

Rio Grande do Sul  
Mais pelegos  
apanhados na deduração  
Pág. 9

# EM TEMPO!

Por motivos de ordem técnica somos obrigados a não utilizar nessa edição original cor vermelha na capa do EM!

Quinzenário Nacional • Ano III • Nº 115 • 25 de setembro a 8 de outubro de 1980 • Cr\$ 30,00

## SEXO EM DEBATE



*Porque  
o erótico  
causa  
cada  
vez  
menos  
vergonha?*

Págs. 14 e 15

Ameaças e pressões  
do governo não  
detêm os trabalhadores

## O PT NA RETA FINAL DA LEGALIZAÇÃO

*A direção nacional, anuncia  
para outubro, a entrada dos  
documentos no TSE, para o pedido do  
registro provisório.*

Pág. 5

**Debate**

## O TERROR, A ABERTURA E A ESQUERDA

*Governo se recusa a punir  
terroristas e negocia com eles a cabeça da esquerda.*

Págs. 2 e 3

# Figueiredo tenta negociar nossas

Qual o significado do terrorismo na conjuntura política e como combatê-lo? Esta e muitas outras perguntas foram respondidas por Vito Letizia, da OSI - Organização Socialista Internacionalista, e por representantes de vários jornais alternativos: Cláudio Campos (Hora do Povo), Bernardo Joffily (Tribuna da Luta Operária), David Capistrano Filho (Voz da Unidade), Luiz Antonio (Companheiro) e Convergência Socialista. Aqui, a esquerda fala da escalada terrorista.

Por Júlio Tavares

As últimas informações colhidas em fontes palacianas e fartamente divulgadas pela imprensa, insinuavam que a estratégia do governo para conter o terror é muito mais sinuosa que as declarações rompanes de Figueiredo, há quase um mês, em Uberlândia.

A via preferida pelo governo é a de apertar os parafusos internos de sua máquina repressiva, e discretamente, sem maiores sensacionalismos ou punições públicas exemplares. Pois, e isto é óbvio, sacrificar um mero sargento é um processo traumático e que não pára aí. O sargento pode entregar o tenente, este por sua vez o major, que entregará o coronel e assim sucessivamente numa avalanche de podres de alcance perigoso para os ocupantes do Planalto.

Portanto, o caminho para o governo não é outro senão o dos acordos internos entre suas várias facções, uma delas a dos próprios terroristas. Ocorre, que todo acordo é negociação: toma lá, dá cá. E que os terroristas estão pedindo a Figueiredo ainda segundo as fontes palacianas - é a cabeça da esquerda.

Os episódios de Barbacena, as investigações da bomba na Câmara dos vereadores do Rio, a apreensão recente do jornal O Trabalho, são alguns indícios de que esta operação está em curso.

O que isso vem colocar é que se as oposições não organizarem uma ofensiva imediata, massiva e mobilizadora, contra o terror, seu espaço de atuação poderá ser radicalmente reduzido. E cumpre reconhecer, que as tentativas neste sentido até agora foram de resultados bastante modestos. A reunião da semana passada, em Brasília, de entidades oposicionistas de todo o país, para discutir uma intensificação da campanha nacional contra o terror, não chegou a muita coisa.

Hoje, o terrorismo já começa a entrar no cotidiano de alguns, e a não mais chocar outros tantos. Vai-se, perigosamente, acostumando com a fera. E, ao que tudo indica, se forças populares de maior densidade, como o PT e a Tendência Popular do PMDB, não assumirem pra valer a tarefa de puxar esta campanha, ela continuará de cúpula, desmoralizadora, e vacilante, como até agora tem sido no geral. Neste batidão, o caminho para as artimanhas tramadas pelo governo estará aberto para novos ataques à esquerda. É hora de reagir!



Mutirões de venda direta dos alternativos lutam contra as bombas nas bancas de jornais.

## 1. A escalada terrorista anuncia algum processo de fechamento político?

- Vito (OSI): A escalada terrorista anuncia o aguçamento da crise política do regime militar. Os agentes do terrorismo tentam continuar a fazer ilegalmente aquilo que o aparelho repressivo oficial teve que renunciar a fazer legalmente devido ao avanço do movimento de massas contra a ditadura militar. O terrorismo para-policial pode ser muito eficiente contra grupos guerrilheiros isolados; mas na medida em que a resposta ao terrorismo for a mobilização das massas o resultado não será o "fechamento" da situação política, mas sim a desagregação mais rápida do regime.

- Claudio (HP): Demonstra o interesse de setores do regime em paralisar o processo de conquistas democráticas que o povo brasileiro vem obtendo... se eles serão bem sucedidos ou não, nesta tentativa, dependerá da resposta que lhes for dada pelo movimento democrático. Nossa opinião é que o movimento democrático está em perfeitas condições de sair-se vitorioso dessa tentativa reacionária e desesperada.

- Bernardo (TO): A escalada terrorista demonstra um desejo de fechamento do processo democrático de parte de uma ala situada dentro do regime militar. E, se ela anuncia ou não o fechamento vai depender não só do desejo dessa corrente, mas também, e principalmente, da resposta das forças democráticas.

Vito (OSI): "Os agentes do terrorismo tentam continuar fazendo ilegalmente aquilo que o aparelho oficial teve que renunciar".

- David (VU): A escalada terrorista é expressão da recusa da extrema-direita à convivência democrática, mesmo muito limitada, mesmo a essa que temos atualmente, fruto da transformação da abertura (concebida como manobra para a conservação do regime ditatorial) em início de um processo de democratização. Ela quer o fechamento, mas não está escrito em parte alguma que conseguirá seu intento. Para derrotar essa escalada, as forças democráticas precisam tomar iniciativas unitárias.

- Luis (Companheiro): Os atos terroristas são certamente o prenúncio de um fechamento, entendido como um processo de golpes importantes nas conquistas do movimento popular. Não se trata de um golpe militar contra o governo, mas sim de um progressivo fechamento, pelo próprio governo, dos espaços conquistados. Este processo está em curso e seguirá caso o movimento operário e popular não responda em tempo hábil à grande manobra que tem sido por um lado os atos terroristas e por outro as lágrimas de crocodilo do general Figueiredo e sua encenação de efetuar uma cirurgia no próprio braço - ou seja, de buscar os terroristas onde todos sabemos que eles estão: no cerne do aparelho repressivo.

- Convergência: O surgimento do terrorismo de direita é a expressão do descontentamento de setores ultradireitistas das FFAA e dos organismos de informação e segurança da ditadura militar em relação ao ascenso e o plano das "aberturas" de Figueiredo. A política do governo adequada ao plano de contrarrevolução democrática do imperialismo americano é de fazer algumas liberalizações na superestrutura política, mantendo a essência da ditadura para angariar maior base social e aplicar seus planos de superexploração dos trabalhadores. No entanto essa política apesar de contar com a simpatia e a convivência dos partidos burgueses (PP, PMDB, PDI, PTB) e do PC, não conseguiu frear o movimento de massas. Não existe de imediato possibilida-

de de golpe da ultra contra Figueiredo, que conta com o apoio da grande burguesia, do imperialismo, da alta hierarquia militar. Existe sim a possibilidade de um acordo de Figueiredo com a ultra que pode significar o recuo temporário dos atentados em troca de uma posição mais dura do governo frente ao movimento de massas e a esquerda. Ou seja uma continuidade mais à direita da atual política do governo que implementa a repressão ao movimento de massas nas greves salariais, intervém nos sindicatos, etc, enquanto acena com aberturas para daqui a dois anos.

## 2. Qual a relação entre o governo e o terrorismo?

- Luiz (Companheiro): A ligação é evidente; hoje está patente para todos que os atos terroristas partem do próprio aparelho repressivo da ditadura militar ou de seus componentes.

- David (VU): Acho melhor falar da relação entre o regime e o terrorismo. O regime inaugurado em 1964 instaurou no país um processo de fascitização, estimulando e formando um imenso aparato de espionagem e repressão, cheio de privilégios - o maior dos quais a impunidade prometida - instrumento para a utilização política do terror contra os democratas. Interrompido o processo de fascitização - que encontrou forte resistência na sociedade - e, não podendo a abertura se conter nos limites previstos, esse aparato reage, de certa forma como expressão do instinto de conservação do regime. Sua ação, entretanto, está em contradição com a política do governo, embora este, detendo como detém a iniciativa política, possa utilizá-lo contra a oposição, para amedrontá-la. Este último aspecto, porém, é mais artimanha que estratégia, e não deve nos confundir.

- Vito (OSI): A origem dos atos terroristas está em segmentos do próprio aparelho repressivo oficial; e o governo encobre deliberadamente os

autores dos atentados de maneira já evidente hoje em dia. Mais ainda, o governo está hoje se servindo do terrorismo fascista para montar uma operação de provocação contra as organizações dos trabalhadores, no momento voltada contra a OSI, através dos supostos "terroristas trotskistas" de Barbacena.

Convergência: "O governo passou a negociar secretamente com a ultradireita para pararem com os atentados".

- Convergência: Os atentados partem do próprio aparato do regime e são por ele acobertados. Isso todos sabem, embora poucos falem. Existem indícios claros - a articulação nacional, a sofisticação das bombas, a impunidade absoluta - dessa origem. O governo inicialmente adota uma posição de absoluta convivência. Quando os atentados passaram das agressões como a que sofreu Dalmo Dallari, as bancas e ataques a partidos como a CS, ao PT, etc, para assassinações como na OAB, o governo mudou de posição. Sentiu que a ultradireita com seus métodos prejudicava e atentava contra seu plano político. O governo Figueiredo passa então a fazer declarações pomposas e demagógicas e deixa ao encargo da Polícia Federal a investigação dos atentados. Na realidade passou a negociar secretamente com a ultradireita para reatuar os atentados. O primeiro resultado dessas negociações já se demonstra: um recuo temporário nos atentados e a montagem da farsa de Barbacena. É possível que depois se descubra também alguns terroristas de direita, secundários e desligados do aparato repressivo. E assim o governo tentaria forjar uma imagem de moderação "contra o terror de direita e esquerda" e justificaria a manutenção da ditadura contra o terrorismo.

- Cláudio (HP): O terrorismo é o setor mais reacionário do regime. Em função da necessidade de apoio que o governo tem desses setores, ele resiste a tomar medidas efetivas contra esses degenerados, como exige toda a nação.

- Bernardo (TO): É evidente que o governo Figueiredo procura, de certa forma, administrar os atentados a bomba no sentido de: 1 - ampliar a sua base de sustentação política; 2 - dividir as forças de oposição; 3 - assegurar a supremacia dentro do sistema, do seu grupo sobre a dos responsáveis pelos atentados criminosos. É isso que explica o fato que além das declarações bem demagógicas, nada tenha sido feito pelo governo para punir os responsáveis dos atos criminosos.

## 3. Qual a política correta para as oposições nesta conjuntura nova?

- Convergência: As oposições burguesas e o PC saíram alegremente a

terrorismo e da abertura

# cabeças com a ultra-direita fascista

dar seu integral apoio a Figueiredo na sua "luta contra o terrorismo". Na realidade os grupos fascistas não tem peso de massas, como o foi no passado. Por isso se utilizam dos métodos de guerrilhas urbana. Sua força advém de seu peso no aparato militar e do acobertamento que a ditadura os oferece. A única forma de lutar contra o terrorismo é mobilizar massivamente contra ele em unidade de ação com todos aqueles dispostos a lutar efetivamente. Não podemos confiar em Figueiredo que acoberta a ultra direita e vai continuar acobertando.

- **Cláudio (HP):** As oposições populares e democráticas devem se unir num contudente basta a esses 16 anos de entreguismo, corrupção, arrocho e arbitrio desenfreado, denunciando intransigentemente todas as irregularidades, exigindo a punição exemplar dos responsáveis, e soldando essa união na luta por uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita.

- **Vito (OSI):** É um erro pretender que Figueiredo resolva os problemas econômicos originados por sua própria política de submissão ao imperialismo, por sua defesa dos grandes capitalistas e dos latifundiários. Só os trabalhadores da cidade e do campo podem resolver os problemas do país, libertar a nação do jogo imperialista, entregar as terras aos que nela trabalham, instaurar um regime que assegure as liberdades democráticas para as massas. Portanto, em lugar de "apoio a Figueiredo" ou de "conciliação nacional" dizemos: unidade dos trabalhadores e das massas oprimidas contra a ditadura; sindicatos livres; partido dos trabalhadores sem patrões; Assembleia Constituinte Democrática e Soberana.

*David (Voz): "O eixo da nossa luta deve ser 'contra o terror, contra a violência, contra a morte, pela vida' e não contra Figueiredo"*

- **Bernardo (TO):** Do ponto de vista imediato impõem-se, sem dúvida a formação de um movimento democrático mais amplo possível contra os atos criminosos das forças do facismo no país. Não teria sentido colocar este movimento a reboque do governo atual, que já provou repetidas vezes sua incapacidade e sua má vontade na apuração dos atentados. Este movimento teria que apresentar uma saída democrática de conjunto, não só em relação à escalada terrorista, mas também para toda a crise que o país atravessa. Esta saída, de acordo com a posição quase unânime das forças de oposição, é uma campanha nacional e de massas pela convocação de uma Assembleia Constituinte Democrática e Soberana.

*Bernardo (Tribuna): "O governo não combate o terrorismo, mas sim busca administrá-lo com vistas a seu plano mais global".*

- **David (VU):** O centro da política das oposições deve ser fechar o caminho ao retrocesso, consolidar as conquistas atuais, garantir a continuidade do processo constituinte que está em curso, pelo menos desde a revogação do AI-5. Ao colocarmos como meta a convocação de Assem-

bléia Nacional Constituinte, expressamos a vontade política de levar esse processo o mais longe possível, à elaboração de uma Constituinte democrática, que não signifique o "bloqueio", o fim do processo constituinte, mas seja permeável a futuros avanços e demandas democráticas.

- **Luiz (Companheiro):** A política das oposições não deve ser apenas de barrar os terroristas mas sim de barrar uma política que joga no bloqueio do movimento popular buscando limitar-lhe os espaços políticos e que é comandada diretamente pelo governo. É neste sentido por exemplo que o PT deve em primeiro lugar garantir o seu reconhecimento legal diante das investidas da ditadura militar. E em segundo lugar funcionar o mais rapidamente possível como um movimento político dos trabalhadores e do povo unitário tentando criar uma alternativa de mobilização popular.

## 4. Como dar continuidade e intensificar a luta contra o terror?

- **David (VU):** A fraca reação das forças democráticas ao terrorismo pos a nu as debilidades das oposições: desunião e escassa capacidade de mobilização de massas. A receita para superar essa situação contém alguns ingredientes que nós, comunistas, estamos repetindo sempre: ampliação da democracia no seio da frente de oposição, ampliação desta mesma frente, fim a quaisquer discriminações. No terreno das palavras de ordem, por exemplo, achamos que o eixo deve ser "contra o terror, contra a violência, contra a morte, pela vida", e não contra Figueiredo.

- **Vito (OSI):** A única forma eficaz de lutar contra o terrorismo fascista é a mobilização das massas e a autodefesa das mobilizações dos trabalhadores e das suas organizações. Nossas palavras-de-ordem: abaixo a repressão!; libertação dos presos políticos (Davi Maximiliano e José Sales)!; punição dos responsáveis pelos atos terroristas!

- **Convergência:** Ampliar a mobilização contra o terrorismo em unidade de ação com todos os que apoiem. Precisamos exigir do governo respostas às investigações sobre o terrorismo, particularmente sobre os atentados do Rio. A nossa proposta é a convocação de um dia Nacional de lutas, com eixo: Resposta do Governo! Abaixo os atentados terroristas! Punição para os verdadeiros responsáveis! Apuração pública de envolvimento dos organismos repressivos e desmantelamento dos mesmos!

- **Luiz (Companheiro):** As questões capazes de promover hoje a mobilização popular contra a situação vigente são simples de perceber: 1) a luta contra a repressão à liberdade de manifestação e organização dos trabalhadores que se manifesta seja no enquadramento de Lula e outros na Lei de Segurança Nacional, seja nos atos terroristas fascistas, seja nos ataques à imprensa alternativa e nos espancamentos de populares como foi o da Freguesia do Ó; 2) a luta contra a política econômica do governo, levantando a bandeira do reajuste trimestral, do desemprego, no interior das campanhas salariais levantando a questão da estabilidade; 3) por fim em cima disso o PT deve orga-



Ato público contra o terror, em São Paulo

nizar uma ação unitária para o dia 15 de novembro próximo. Um plebiscito popular onde os trabalhadores e os pobres exerçam na prática o direito à manifestação que lhes foi surrupiado. Não se trata necessariamente de atos públicos, mas de uma campanha onde o processo é tão importante quanto os fins e que deverá ser levada através de cartazes, cartilhas de esclarecimento etc.

- **Cláudio (HP):** A classe operária, o povo e a democracia são visceralmente contra esses atos tresloucados, que demonstram o desespero em que se encontra a reação. Estamos seguros que a resposta que vem sendo dada se intensificará nas ruas, praças públicas, imprensa e por todos os canais democráticos, constituídos a partir do próprio povo. A principal contribuição que podemos dar, para estimular essa resposta é a denúncia intransigente desses desvarios. Nessa medida, é útil que procuremos convergir para um amplo Comitê de luta contra os atentados terroristas.

*Cláudio (Hora do Povo): "Temos que marchar para um amplo Comitê de luta contra os atentados"*

- **Bernardo (TO):** De certa forma a resposta popular aos crimes do 27 de agosto indica a alternativa: grandes manifestações de massas unitárias e corajosas e a formação de comitês unitários com a participação de todos os partidos, sindicatos, entidades empenhadas na luta contra o terrorismo. Ao mesmo tempo é importante assinalar que as únicas investigações que, até agora, deram algum resultado foram as conduzidas pelas forças de oposição, de forma independente. Seria, portanto, importante que estas investigações continuassem.

## 5. Qual a relação do atual terrorismo com a política de repressão no Cone Sul?

- **Vito (OSI):** Após a derrota do Vietnã, após as crises revolucionárias do Irã e da Nicarágua, o imperialismo não está com forças para aplicar um plano global à América Latina, ou mesmo a um segmento desta, que implique a precipitação de um enfrentamento geral com o movimento de massas. Nesse quadro geral desfavorável se movem os governos de

Videla e Figueiredo que, evidentemente, nem por isso deixam de fazer o que podem, inclusive articulando golpes de estado para tentar cortar o ascenso revolucionário, como no caso da Bolívia, ou baixando leis com a referente aos estrangeiros no Brasil, assim como também dando sinal verde ao terrorismo para-militar.

*Luiz (Companheiro): "O apoio dos liberais à 'sinceridade' dos propósitos anti-terror de Figueiredo pode abrir espaço para investidas do regime contra a esquerda".*

- **Luiz (Companheiro):** Todos estes eventos estão intimamente ligados e fazem parte da ação de bloqueio do movimento popular a que nos referimos.

- **Convergência:** Para manter o controle de sua liberalização, o governo necessita também promover a paz contrarrevolucionária nas fronteiras do Brasil. Não seria nada favorável para Figueiredo a existência de processos pré-revolucionários e revolucionários, como na Bolívia, nas suas fronteiras.

- **Cláudio (HP):** É de total convicção como demonstram as declarações atribuídas ao ministro da Marinha, a viagem de Figueiredo ao Chile e o sequestro de patriotas estrangeiros em nosso território, como é o caso de Lilian Celiberti e Universindo Diaz.

- **Bernardo (TO):** Ao nosso ver está em formação dentro das forças da reação e do imperialismo, no plano mundial, uma corrente do tipo fascizante. Como exemplo desse processo podemos citar o golpe na Bolívia, a candidatura Reagan.

- **David (VU):** Nenhuma.

## 6. A farsa de Barbacena foi um episódio isolado ou é um prenúncio de uma grande repressão à esquerda?

- **Luiz (Companheiro):** Não se tratou de um fato isolado. A invasão do jornal Trabalho em São Paulo mostra isso. Da mesma forma o escândalo do Rio onde no atentado à Câmara dos Vereadores as vítimas estão em vias de serem transformadas em réus pela polícia. O que eu receio é que os liberais possam estar contribuindo para esta farsa na medida em que fortalecem ou acreditam na sinceridade das declarações anti-terror do general Figueiredo. Ao fazerem isso, eles abrem espaço para as investidas do regime militar contra a esquerda.

- **Vito (OSI):** É um ataque à OSI, além de ser uma cortina de fumaça para encobrir os verdadeiros culpados. Evidentemente o ataque à OSI, uma vez sendo levado até o fim nos termos almejados pela repressão, abriria para o governo a possibilidade de um ataque mais amplo e generalizado contra as organizações dos trabalhadores e o movimento democrático.

- **Convergência:** Essa farsa, além de ser resultado de uma negociação com a ultra, é parte de um plano do governo para isolar do conjunto das oposições, um setor de esquerda - OSI - que não está enquadrada em seus planos, para justificar posteriormente uma repressão.

- **Cláudio (HP):** É uma clara tentativa de desviar as investigações dos culpados, isto é, como é evidente, dos grupelhos ultradireitistas, demonstrando a convicção governamental com eles, tentando jogar as responsabilidades dos atentados na oposição democrática

- **Bernardo:** Não acredito que se trate de um ato isolado contra a OSI. Acredito que é uma escaramuça da luta entre os responsáveis pelos atos terroristas e as forças de oposição.

- **David (VU):** A "farsa de Barbacena" caiu no ridículo e no vazio. Até os poucos atentados sentiram o cheiro dos velhíssimos plano Cohen, incêndio do Reichstag e quejandos. Mas não devemos subestimar essa gente. Eles são tão teimosos como nós, e nem sempre tiram as conclusões necessárias dos passos em falso que dão. Como ensaio de repressão à esquerda, deu chabú. Mas não se pode descartar novos ensaios.

## DEFENDA A IMPRENSA POPULAR

Leia, divulgue, venda e assinie

- |                         |                          |
|-------------------------|--------------------------|
| Companheiro             | Movimento                |
| Convergência Socialista | O Trabalho               |
| Coojornal               | Pasquim                  |
| Correio Sindical        | Repórter                 |
| Em Tempo                | Tribuna da Luta Operária |
| Hora do Povo            | Voz da Unidade           |

Compre nas bancas. Ajude a vender. Estimule os jornaleiros a resistir aos terroristas. Faça a sua assinatura.

# É difícil achar os terroristas?

Uma comparação entre as atividades da CEI paulista por um lado, e do DEOPS do mesmo Estado e da CPI de Minas por outro, mostra claramente que o governo mais do que não investigar o terror faz tudo a seu alcance para bloquear a ação da oposição.

Freguesia do Ó / SP.

## Agora, os "peixes grandes"

Comissão de Inquérito dirigida pela oposição faz o cerco aos bandos fascistas de Maluf

Por Cristina Pereira

A CEI, já provou com a identificação de quase 40 funcionários da prefeitura envolvidos no episódio, que "os amigos" de Maluf são pagos pelos cofres públicos e, conseqüentemente, pelos moradores da Freguesia do Ó. Apesar do inquérito do DEOPS já ter dois meses e meio, só agora, sob pressão das constatações da CEI, é que ele começa a ouvir funcionários da prefeitura e militares da PM. Mas, como era de se esperar, ainda não indiciou - e provavelmente não o fará - ninguém.

A CEI foi instalada há três semanas e é composta por cinco deputados do PDS e cinco da oposição: Fernando Morais (PMDB, Presidente da CEI), Mauro Bragato (PMDB), João Leite Neto (PMDB), João Batista Breda (PT), Reginaldo Valadão (PDT). Comparando-se com a infraestrutura e o "know kow" da polícia, diríamos que a CEI não teria mínima chance de competição. No entanto sucedeu-se o contrário.

O próprio presidente da CEI - deputado Fernando de Morais - falando para **EM TEMPO** - aponta para a omissão do DEOPS no caso: "Não estão fazendo nada. Se não fosse a pressão de nossos advogados Luiz Eduardo Greenhalgh e José Carlos Dias, não teriam ouvido ninguém". Diga-se de passagem que os dois advogados foram impedidos de acompanhar o interrogatório.

O deputado Fernando Morais continua: "depois que o jornal **O Globo** identificou o tenente Celso Antônio Rapace da P2 dando um pontapé em um manifestante, e depois que o próprio major Carlos Carvalho (vulgo "Taturana"), chefe do serviço reservado da PM reconheceu que "estava a serviço da segurança do governador na Freguesia, já era tempo de chamá-los a depor".

Fernando Morais identifica a ligação da violência da Freguesia do Ó com outros atos do mesmo gênero ocorridos nos últimos meses: "Temos provas concretas que em outras eventualidades as mesmas pessoas estão envolvidas em atos de violência contra a população. O tenente João Leonardo Mele, por exemplo, foi visto atuando no ABC e na Freguesia do Ó. O mesmo

ocorrendo com o major Carlos de Carvalho e o rapa João dos Santos ("Kojak"). E os dois oficiais foram vistos na pancadaria da Freguesia do Ó comandando as forças para-militares.

Para o deputado procura-se com estes atentados e violências "provocar a tensão e a apreensão. Ficando comprovado a existência de organismo para-militar ligado à Prefeitura e ao governo do Estado".

O presidente da CEI afirmando ter esta o direito legal de convocar depoentes e instalar-se em qualquer organismo público (nas AR, Prefeituras etc.) avança que ela está, atualmente, preparando-se para pegar "os peixes grandes". O tenente Rapace, o Major Carlos de Carvalho, assim como o chefe de gabinete das Secretarias das AR, Naor Guelfi começam a depor esta semana.

Mas a CEI, esclarece Fernando Morais, não tem força judicial. Depois de concluído seu relatório este é enviado a justiça, que deverá encriminar ou absolver os indiciados.



Major "Taturana", da PM: um dos grandes, já flagrados.

## Relembrando Z

Há muito os chamados "governos itinerantes" de Maluf vinham se tornando uma cadeia de insucessos. A população da Freguesia do Ó, uma região de grande concentração operária e popular, totalmente abandonada pelo governo, vinha organizando-se com ajuda do clero progressista, líderes da região e deputados e vereadores da oposição.

Os representantes do bairro foram à sede da Administração regional, dias antes da "descida" itinerante de Maluf, solicitar permissão para realizar uma grande concentração para a entrega das reivindicações ao governador no dia 21 de julho, sem repressão. O que foi garantido pelo diretor do DEOPS.

Mas as garantias do Diretor do DEOPS mostrariam-se palavras mais do que vazias. Antes mesmo de que a população se dirigisse em caminhada para o local marcado (Largo Clipper), alguns manifestantes foram ameaçados por elementos estranhos, que arrancavam de suas mãos os cartazes e faixas. Enquanto isso viaturas policiais rondavam o Largo.

Ao chegarem no local marcado, populares, deputados, jornalistas, mulheres e crianças começaram a ser violentamente espancados. Para isso tudo servia: pedaço de paus, "socos ingleses", bombas lacrimogênicas, etc. Os agressores eram indivíduos "diferentes": alguns portavam revólveres e blusões escuros de couro; todos mostravam profundo treinamento nestas "atividades". A cena, lembrava vivamente o filme Z, de

Costa Gravas. A PM, que lá se encontrava permanecia totalmente omissa.

Resultado: seis feridos mais graves, entre eles dois deputados.

As forças "malufianas" que participaram na pancadaria seriam calculadas em 245 homens: 150 "rapas" escolhidos "a dedo" em 10 das 17 Administrações Regionais da Prefeitura de São Paulo; 70 P2 (Polícia Militar Secreta) e 25 elementos do DEOPS.

Na linha de frente da agressão estavam os "rapas", muito bem armados; em seguida os 70 P2 e, na "retaguarda", os 25 agentes do DEOPS (geralmente portando revólveres). Sem falar na PM ostensiva que estava "à parte".

O governo do Estado, representado por Maluf atribui os incidentes à ação de seus "amigos", revoltados com a manifestação de protestos feita pelos moradores da Freguesia contra o "governo de integração" e sua principal figura: ele mesmo. No entanto, o adágio diz: "Diga-me quem são teus amigos, te direi quem és".

O delegado do DEOPS, Romeu Tuma e o Prefeito Reinaldo Barros afirmavam logo em seguida, e categoricamente que não havia funcionários da prefeitura envolvidos no caso. Agora, a Comissão Especial de Inquérito - CEI - da Assembléia Legislativa provou, que os "amigos" de Maluf eram, porém, todos pagos pelos cofres públicos. (C.P.)

Minas

## Francelino pára CPI

Porque o governo não deixou funcionar a CPI do Terror em Minas

Da Sucursal

"A barra é mais pesada do que você pensa". Este, o comentário que, inadvertidamente, o deputado do PDS Narciso Michelli - vice-presidente da CPI que começava a investigar as denúncias de "omissão e descaso das autoridades na apuração dos atentados terroristas em Minas" - deixou escapar em resposta a um outro deputado, do PMDB, que denunciava as manobras e pressões da Secretaria de Segurança sobre a Comissão.

No comentário lacônico e distraído do deputado Narciso Michelli, está o porquê da série de sessões tumultuadas de que foi palco a Assembléia Legislativa mineira a partir do dia 9 de setembro.

Neste dia, quando deporiam pela primeira vez autoridades acusadas de vinculações com o terrorismo, o PDS iniciou manobras no sentido de esvaziar a CPI. Da primeira vez, utilizando a sua posição de maioria para não permitir a instalação de seus trabalhos através da ausência de seus membros; da segunda, marcando presença e fazendo votar a suspensão da reunião e, por último, realizando uma reunião administrativa, e deliberando o adiamento das sessões e a desconvocação de depoentes. Com o prazo de até 19 de outubro para chegar a uma conclusão, com os depoimentos suspensos e o relator do PDS, a CPI se encontra praticamente sem saída.

O comentário de Michelli vem confirmar informações que circulavam oficiosamente na Assembléia de que no dia anterior ao primeiro impedimento do PDS, o presidente da casa, João Navarro, havia recebido pressões de um general instalado em Minas e interessado em que a CPI não continuasse os seus trabalhos, justamente na sessão anterior, havia sido citada uma informação prestada pelo ex-agente da repressão Nelson Sarmento, incriminando um tenente-coronel de "nome de guerra" Guimarães, chefe da 2ª seção da 4ª Divisão do Exército, comandada pelo general Coelho Neto, que foi apontado pelo deputado Genival Tourinho como ligado ao terrorismo no país.

Enquanto a CPI encontrava seus limites políticos, o processo de Barbacena esgotava-se no descrédito e ilegitimidade. A apresentação à imprensa de Eduardo Vilanova, principal acusado, foi sucessivamente adiada enquanto informações de seus familiares davam conta de seu estado psicológico lamentável.

Com a certeza crescente da falsidade do processo de Barbacena e do depoimento confissão de Eduardo Vilanova, que constitui sua peça chave, crescem as suspeitas sobre as personalidades envolvidas na trama. Pois, o fiador do depoimento é o promotor especial José Maria Santos, designado em caráter de confiança pelo governador Francelino Pereira para acompanhar as investigações sobre os atentados em Minas.

Enfim, tudo indica que em Minas assentou praça e está bem colocado um dos "bolsões de resistência" à linha distensionista ainda predominantes no governo. Não faltam episódios como o da greve dos professores mineiros em 1979 quando os grevistas negociavam com o Planalto num momento em que Francelino já encerrava as negociações no Estado; como a recente troca de "amabilidades" entre Francelino e Abi-Ackel e, enfim, como o próprio episódio Barbacena a indicar uma relação no mínimo de tensão entre o Palácio da Liberdade em Minas e o do Planalto, em Brasília.

## Rachas se aprofundam nos PCs

Os prestistas relançam o jornal Voz Operária, contra o Voz da Unidade, e no PC do B a direção faz novos expurgos.

Por Maura Veiga

As divergências internas no PCB e no PC do B tomaram contornos mais radicais nos últimos 15 dias. Em ambos os partidos, tomou-se decisões que extrapolam os marcos de discussões de divergências internas e que, no caso do PCB, revelam a iniciativa de uma conduta externa diferenciada por parte dos setores divergentes, o que poderá culminar em uma cisão orgânica mais radical.

### O Voz Operária está de volta

A Carta aos Comunistas, lançada por Prestes há meses, confirma a iniciativa de um programa, ainda que mínimo, de ação deste setor. E entre as medidas constava a reedição do tradicional porta-voz do PCB, o jornal Voz Operária, que serviria não só para a publicação das políticas do setor prestistas, bem como para organização dos "verdadeiros comunistas", segundo Prestes. Agora, aparece o primeiro nº do relançamento do jornal, com uma entrevista de Prestes onde ele coloca seu firme propósito de dar um combate pela reorganização do PCB. E para isso insiste na sua política de Frente Democrática, colocando os pontos programáticos que nela devem constar: 1) Revogação de todas as leis de exceção; 2) Defesa do calendário eleitoral e voto direto para todos os cargos do governo; 3) Anistia, ampla, geral e irrestrita; 4) Desmantelamento do aparato repressivo; 5) Liberdade de associação e organização partidária, e legalização do PCB; 6) Liberdade e autonomia sindical e revogação da legislação restritiva ao movimento sindical.

Estes pontos programáticos, segundo Prestes, deverão ter como base a defesa dos interesses econômicos e políticos da classe operária e demais trabalhadores e a articulação dessa frente requer a ofensiva dos comunistas, que deverão tomar a dianteira deste processo e convocar a formação de uma "Unidade das Esquerdas", onde se inclui todos os militantes e organizações que se reivindicam socialistas.

O atual Comitê Central do PCB também foi alvo de duras críticas por parte de Prestes que ataca chamando-os de "direitistas e imobilistas". O dirigente termina conclamando os comunistas a se unirem em torno à "Carta aos Comunistas" e ao jornal Voz Operária.

### E o do PC do B ?

As cisões neste partido parecem ainda não ter um desenvolvimento tão claro como o do PCB. Porém, as últimas decisões do Comitê Central poderão precipitar um rompimento mais radical.

As resoluções de destituição de cinco membros do CC e de dois comitês regionais, São Paulo e Bahia constituem um sério ataque aos setores que hoje reivindicam uma reavaliação crítica da política de guerrilhas no Araguaia, por considerarem que esta não foi acompanhada de um trabalho nas bases camponesas, o que levou ao isolamento e à vulnerabilidade dos militantes; e que defendem a necessidade de uma política mais firme de intervenção no movimento sindical operário. Outra crítica de que é alvo o atual Comitê Central do PC do B é a sua recente proposição de defender a formação no Brasil de um "Governo Democrático e de Unidade Popular". Segundo os setores divergentes, esta formulação de governo terminaria levando à conciliação com a burguesia.

# Na reta final da legalização

ESTADOS	Nº DE MUNICÍPIOS EXISTENTES	Nº DE COMISSÕES MUNICIPAIS NECESSÁRIAS	Nº DE COMISSÕES MUNICIPAIS JÁ CONSTRUÍDAS
ACRE	12	3	12
ALAGOAS	94	19	—
AMAZONAS	44	9	15
BAHIA	340	68	1
CEARÁ	141	30	36
ESPÍRITO SANTO	53	11	6
GOIÁS	233	47	—
MARANHÃO	130	26	15
MATO GROSSO	55	11	—
M. GROSSO DO SUL	54	11	—
MINAS GERAIS	722	145	150
PARÁ	89	20	—
PARAÍBA	171	35	—
PARANÁ	300	60	1
PERNAMBUCO	163	35	—
PIAUI	114	23	22
R.G. DO NORTE	150	30	2
R.G. DO SUL	232	47	24
RIO DE JANEIRO	63	19	10
S. CATARINA	197	40	35
SÃO PAULO	590	118	110
SERGIPE	74	14	4

## O PT no parlamento

Também no plano parlamentar o PT superou as expectativas de quase todos os analistas políticos, e mesmo de militantes seus. Cerca de por vários lados de muitos riscos contra seu futuro legal o partido vem no entanto conseguindo crescer significativamente nas adesões parlamentares até agora recebidas.

No plano federal, depois da surpreendente entrada e mal explicada saída do senador Henrique Santillo e seu irmão deputado Adhemar Santillo, e da retirada do deputado carioca Edson Kahir - este, aderente de primeira hora inclusive - o PT ficou com uma bancada de seis deputados: Aírton Soares, Benedito Marcolino e João Cunha, por São Paulo; Freitas Diniz, pelo Maranhão, Antônio Carlos, pelo Mato Grosso do Sul e Luis Cechinel por Santa Catarina.

Pelos Estados, a situação hoje é a seguinte. São Paulo bate o recorde com uma bancada estadual de seis parlamentares: Irma Passoni, Geraldo Siqueira, Eduardo Suplicy, Marco Aurélio Ribeiro, João

Batista Breda e Sérgio Santos. E quatro outros Estados apresentam-se cada um com um deputado estadual: Geraldo Maia no Acre; Línio de Paiva em Goiás, Nelson Aguiar no Espírito Santo e José Eudes no Rio de Janeiro.

A nível municipal, não há informações completas em São Paulo, na sede do partido. Mas sabe-se que há dezenas de vereadores petistas hoje no país. Só para dar um exemplo, no Rio Grande do Sul eles são atualmente em número de 10.

Noutro nível, há que se ter em conta também o recente processo de transferência de várias bases da Tendência Popular do PMDB para o PT. Este movimento, até agora de profundidade incerta, muito provavelmente trará ainda alguns parlamentares a mais para o PT.

Mas de toda forma será somente nas primeiras eleições que vier a concorrer que o PT se mostrará um partido de peso na sua expressão parlamentar. Com o que ele só terá a ganhar, formando desde as bases os seus futuros quadros parlamentares.

Apesar de todas as intimidações do regime, o PT já vai agora entrando na reta final da corrida para a obtenção do registro provisório do partido junto ao Tribunal Superior Eleitoral. O prazo, inicialmente marcado para meados de setembro pela direção nacional, teve que ser adiado para outubro em função do atraso na formalização das comissões municipais provisórias. Mas, ao que tudo indica, esta medida foi positiva. Se por um lado ela impôs a demora de mais de um mês, por outro manteve-se assim a preservação de uma característica ímpar do PT, se comparado com os demais partidos, que é o fato das comissões serem eleitas, e não nomeadas de cima para baixo como recomenda a lei.

Se este procedimento é mais lento - e isto é óbvio, tanto assim que os outros partidos já deram entrada de seus documentos no Tribunal - o PT, no entanto, vem agora demonstrar na prática que construir um partido de baixo para cima, é um procedimento não somente possível, capaz de viabilizar o partido como, principalmente, a comprovação de seus compromissos básicos de fundação.

O quadro ao lado, mostra que o PT vai entrar no Tribunal com cerca de 12 Estados prontos: Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Três, portanto, além dos nove minimamente exigidos pela lei com a condição de terem constituído comissões municipais provisórias em pelo menos 1/5 dos seus municípios.

Os dados foram obtidos junto à Secretaria de Propaganda do partido, e parcialmente atualizados por nós, mas são precários. Alguns já estão sabidamente ultrapassados pela dinâmica dos mutirões pela legalização que foram ultimamente impulsionados em várias regiões. Há também, uma certa desorganização da centralização das informações, com algumas lacunas do quadro não significando resultado zero, mas tão somente que a Secretaria não recebeu as informações precisas. É, por exemplo, o caso de Mato Grosso do Sul, onde seguramente, o partido será viabilizado legalmente agora, mas que não se dispõe de informações em São Paulo. Coisas típicas de um partido construído de baixo para cima, diriam alguns.

Por outro lado, também, muitas comissões já foram constituídas de fato, e várias passadas no papel; só que há uma série de detalhes formais que a documentação deve conter e que requerem um vai-e-vem exaustivo das direções às bases para retificação de falhas técnicas.

De toda forma, o quadro ao lado é uma aproximação da realidade atual do PT na corrida pela legalização. Apesar das informações serem imprecisas e desiguais, ele vale como um referencial para se avaliar a situação, hoje.

O fundamental desta batalha, no entanto, ainda está por vir, segundo revelam vários dirigentes do partido. Tem-se como certa uma investida do regime durante o período em que o Tribunal retém o pedido de registro, analisando-o e abrindo-o a eventuais impugnações.



O PT não estava nos cálculos do pluripartidarismo restrito do governo, este desafio não passará impune. Prova disto, são os vários processos (ver nota oficial do PT abaixo) hoje movidos contra lideranças do partido na tentativa de preparar o caminho para obstruir o registro, sob a alegação de ser o PT um partido inconstitucional, de acordo com os preceitos que a reforma do regime trouxe para a regulamentação da vida partidária do país.

Em resposta a este perigo iminente, é que a direção está articulando uma campanha a nível nacional contra a falta de liberdade de organização política para os trabalhadores e pela legalização do PT e demais partidos dos oprimidos. Só assim, espera-se, será possível consolidar no plano legal, institucional, a vitória que foi o surgimento do PT há mais de um ano atrás. (F.A.)

## Notícias do PT

### • Rio Grande do Sul

Ativando a Legalização:

Em caravana pelo Estado, na semana passada, Lula juntamente com a Comissão do PT, programaram um comício em Cachoeirinha, cidade próxima a Porto Alegre, para onde se deslocaram muitos militantes e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores. Falaram na ocasião líderes locais, parlamentares e outros membros do PT da capital.

Um dos pontos abordados por Lula no seu discurso, que causou mais atenção, foi relacionado à Constituinte. Para ele, "uma Constituinte convocada pelo regime não irá modificar o atual quadro de miséria do país". O mais importante "é uma ampla discussão em torno da formação de um governo popular".

Sobre o que julga mais importante numa Constituinte, o presidente do Partido dos Trabalhadores considerou que "a questão central é a reforma agrária". Mas ele enumerou alguns pontos básicos que seriam resolvidos com a reforma agrária: desemprego, rotatividade, custo de vida, entre outros.

Antes de concluir a sua intervenção, Lula defendeu a união das oposições contra o terrorismo e citou a morte da secretária da OAB, considerando que atentados piores que este "são cometidos no campo pelo sistema, como a fome e miséria, consequência da política econômica do governo".

Interviram ainda, o ex-presidente do Sindicato dos Bancários, Olívio Dutra, os vereadores, Antônio Cândido

de e Flávio Betamin, como também os militantes Clóvis Igelfritz, Pedro Calet e Firmo Trindade. (W.F.)

### • São Paulo

Comícios no interior:

Na semana passada estiveram em Araraquara no comício de lançamento do PT: Luis Inácio (Lula), Ratinho (metalúrgico de S. Bernardo), Valter do Amaral (advogado), Alfinio Dantas (ex-presidente da UNE), Mirian Schel (vereadora de São Carlos), Geraldo Siqueira (deputado estadual), onde apresentaram ao povo a Comissão Municipal do P.T. de Araraquara, onde o partido tem em torno de 90 filiados.

A Comissão Provisória é composta por 5 pessoas e um suplente e já começa a se movimentar no sentido de alugar uma sede e o número de filiados necessários ao futuro diretório.

De Araraquara a comitiva seguiu para São Carlos e depois para Bocaina, onde realizou-se mais um comício do PT reunindo cerca de 200 pessoas para ouvirem Lula e Altino Dantas. Depois do ato, a caravana foi recebida com um churrasco na chácara do presidente da Comissão Provisória Municipal do partido, na cidade.

### • Diversos

O PT livro sobre o PT:

Acaba de ser lançado pela Ched Editorial o livro "Sobre o PT", reunindo vários ensaios sobre o partido de autoria do pensador Mário Pedrosa. O livro contém inclusive uma carta,

até então inédita, enviada por Pedrosa a Lula, ainda em 1978, quando o PT não era mais do que uma idéia. O livro traz também os vários documentos que o partido já aprovou desde a Carta de Princípios de maio de 1979.



Saiu o Estatuto:

O Estatuto do PT, por muito tempo aguardado pelas bases, acaba de ser publicado pela direção. Um folheto à venda na sede traz, além do Manifesto e o Programa, também os 106 artigos que regerão a vida interna do partido. Lamentavelmente, o Regimento Interno, que regulamenta várias questões deixadas em aberto no Estatuto, ainda não foi apreciado pela direção. O relevante aqui é, que seria justamente o Regimento Interno que consagraria a maior parte dos itens importantes aprovados no Encontro Nacional, dadas as limitações que a lei impõe ao Estatuto. Assim, é urgente cobrar da direção uma resposta a este ponto.

## "Firme contra as ameaças"

A nota oficial da direção do PT contra as ameaças do regime à sua legalização.

O Partido dos Trabalhadores (PT) vem protestar publicamente contra as crescentes tentativas do regime de enquadrar seus dirigentes na Lei de Segurança Nacional para dificultar seu registro no Tribunal Superior Eleitoral.

Primeiro, o regime submete à LSN treze sindicalistas do ABC - entre os quais Lula, Osmarinho, Djalma Bom, José Cicotti e outros dirigentes nacionais e regionais do PT - a um processo por desrespeito à lei de greve.

Ontem, também com o apoio no artigo 53 da Lei de Segurança Nacional, denuncia "por ofensa ao presidente da República" o deputado João Cunha, do PT - que se pronunciou energeticamente a favor dos grevistas do ABC e responsabilizou o regime pela repressão aos trabalhadores - e, com essa denúncia, ameaça o seu mandato parlamentar.

Hoje, o regime acaba de indiciar Luiz Inácio da Silva, Lula, presidente nacional do PT e presidente destituído do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo a Diadema, tendo indiciado anteriormente Jacó Bitter, secretário-geral do PT e presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Campinas, num processo conduzido pela Polícia Federal para apurar responsabilidades por "luta entre classes sociais pela violência", de acordo com a definição do inciso IV do artigo 36 da Lei de Segurança Nacional. Esse processo refere-se a conflitos da terra no Acre, dos quais resultou o assassinato do líder camponês Wilson Souza Pinheiro, dirigente municipal do PT em Brasília, naquele Estado, assassinato cometido provavelmente a mando dos fazendeiros locais, mas cujas responsabilidades as autoridades ainda não foram capazes de apurar; não obstante, essas mesmas autoridades não hesitam em apontar diri-

gentes do PT, dirigentes da CONTAG, líderes sindicais rurais e agentes pastorais da Igreja Católica como "incitadores" de fatos dos quais teria resultado a morte de um administrador de fazendas do Acre.

Fica, portanto, cada vez mais claro o significado real da "abertura" e do "diálogo" apregoados pelo regime. Toda vez que os trabalhadores tentam organizar-se, em um sindicato ou partido político, encontram pela frente os atentados da direita e a repressão dos patrões e do regime. As greves são dissolvidas pela polícia e declaradas ilegais, e o Governo intervem nos sindicatos, cassa seus dirigentes e os enquadra na LSN. As personalidades e entidades que se pronunciam a favor dos trabalhadores são ameaçadas, e, muitas vezes, vitimadas por agressões e atentados, por tiros e bombas, cuja autoria o Governo jamais descobre. Os assassinos dos operários e dos camponeses continuam impunes, mas os protestos dos trabalhadores são objetos de investigações minuciosas e de intimidações repressivas. O Governo, que não conseguiu impedir o surgimento e o crescimento do Partido dos Trabalhadores com a sua feroz lei de reforma partidária, tenta fazê-lo agora com a sua opressiva Lei de Segurança Nacional.

Mas os trabalhadores saberão dar a sua resposta e todas essas manobras: continuarão cada vez mais firmes no seu propósito de se organizarem livremente nos seus sindicatos e nas suas associações e, igualmente, de construir e registrarem legalmente o Partido dos Trabalhadores, para terem vez e voz na política do País.

São Paulo, 11 de setembro de 1980.

Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores

## Rio Grande do Sul

## PDS é contra melhores salários

Sob vaias os deputados do PDS gaúcho acabaram votando contra a equiparação salarial dos professores aos técnicos-científicos do quadro do funcionalismo estadual.

Por Worlim Félix

Com o plenário lotado de professores, que vaiaram muito os deputados do PDS, a sessão especial do dia 11, na Assembléia Legislativa, foi aberta para a votação do veto total assinado pelo governador do Estado, Amaral de Souza, que equiparava os vencimentos dos professores de nível 5 aos técnicos-científicos dos quadros do funcionalismo estadual, conforme o decreto-lei nº 42/80 de autoria do deputado Lélcio Souza (PMDB).

Para derrubar o veto do governador, permitindo a equiparação salarial, seria necessário que, dos 56 deputados que compõem o Legislativo estadual, 38 votassem a favor do projeto-de-lei. Mas como os partidos de oposição (PMDB e PDT) possuem 31 cadeiras seria necessário que apenas 7 parlamentares do PDS votassem contra a decisão de Amaral de Souza. Como isto não houve, a revolta dos professores atingiu momentos de verdadeiro constrangimento para os deputados do governo.

Apesar do regimento interno da Casa proibir as manifestações das galerias, foi praticamente impossível impedir que os professores aplaudissem os parlamentares da oposição.

Depois de oito oradores da oposição usarem a tribuna é que o PDS, pressionado pelo

deputado Algir Lorenzon, manifestou a sua posição alegando que o projeto era inconstitucional. Entretanto, quando outro deputado do PMDB, Lélcio Souza, perguntou por que o PDS não apresentou um projeto-de-lei alternativo que propusesse a equiparação, houve um silêncio na bancada do governo que não encontrou argumentos convincentes para apresentar ao magistério.

## Cercos ao PDS

Durante a sessão muitos deputados da oposição foram à tribuna defender o aumento salarial ao magistério. Sem argumentos, os representantes do PDS se viram envolvidos num cerco cada vez mais intenso e ao usarem a palavra geralmente faziam críticas pessoais à oposição, com a intenção de fugir do assunto principal em discussão.

As contradições dos deputados do PDS viriam à tona quando foi lido o programa do partido, pelo peemedebista, Algir Lorenzon, na tribuna: "Dispensar o devido respeito ao magistério, propiciando aos professores remuneração condigna, compatível com suas responsabilidades e demais vantagens que devem constar do Estatuto do magistério".

Algir Lorenzon ainda comparou os vencimentos dos professores com o que percebem os soldados da Brigada Militar. "O governo equipara os professores não aos técnicos-científicos, mas sim aos soldados de terceira classe da Brigada Militar. Esta é a remuneração condigna que o Estado dá aos professores".

Ao ser encerrada a sessão, os professores levantaram-se para cantar espontaneamente o Hino Nacional e depois abriram faixas conclamando todos a continuarem unidos.

Antes de abandonarem o plenário gritaram: "Airton Vargas, traidor", "Queremos eleições".

## Manobra na assembléia

No primeiro semestre deste ano os professores gaúchos da rede pública estadual sofreram mais uma derrota em sua campanha salarial. Numa assembléia em que a maioria dos presentes saiu confusa e indignada com a proposta aprovada. O que houve foi na verdade uma troca fatídica ao invés de lutar por um índice de aumento, decidiu-se encaminhar, via legislativo, uma reivindicação bastante antiga de equiparação do professor nível 5 ao técnico-científico do Estado.

Embora a reivindicação seja justa, não substitui o índice de aumento; porém a diretoria do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - CPERS - decidiu ressuscitá-la, como forma de conter a disposição de luta do professorado e de respeitar o acordo firmado com o governo à revelia da categoria, de que os aumentos concedidos depois da greve de 1979 seriam "descontados" no reajuste salarial do ano seguinte.

De fato, ao entregar para o legislativo o encaminhamento da luta,

os professores deixaram de lado uma boa oportunidade de avançar na sua organização por escola. Mas, certamente, nem o governo nem a diretoria do CPERS esperavam que o "caso equiparação" tivesse os desdobramentos que teve. Depois de discussões intermináveis sobre a constitucionalidade ou não do projeto de equiparação e do lembrete de que os professores são 100.000 votos em todo o estado, o governador vetou o projeto e o PDS fechou questão em torno da manutenção do veto.

Diante dessa intransigência, tornou-se voz corrente entre os professores que "a equiparação não foi alcançada ainda, mas, certamente professor nenhum vota mais no Partido do governo".

Por outro lado os professores, que se preparam para mais uma assembléia, dia 29 de setembro, já começam a discutir a possibilidade de entrarem em greve, como forma de pressão e de luta pelas suas reivindicações.

(Da sucursal)

## Campinas

## Vitória no movimento de docentes

Em fevereiro, Adalberto Paranhos, presidente da Associação de Professores da PUC de Campinas - APROPUC e mais seis integrantes da entidade, foram demitidos arbitrariamente pelo reitor da universidade. De lá prá cá acentuou-se a oposição à administração da escola. Em junho o reitor foi deposto e dias atrás a nova reitoria anunciou a readmissão imediata de Adalberto e mais três ex-diretores da associação.

A cena, para todos os que estão familiarizados com a vida interna da PUC de Campinas, parecia não ser real: do alto da cadeira curul, ocupada 12 anos pelo deposto reitor Benedito José Barreto da Fonseca, o professor Adalberto Paranhos atendeu às solicitações dos jornais, rádio e TV, tão logo estourou a notícia da sua readmissão. Todos se confraternizavam com o professor, ex-presidente da Associação dos Professores da PUC - APROPUC - demitido em fevereiro pelo ex-reitor por causa das críticas formuladas à sua administração e à estrutura ditatorial de poder na universidade. O "bunker" de Barreto Fonseca, afastado da reitoria da PUC em junho, por pressão do movimento dos professores e dos estudantes, havia sido tomado de assalto.

## Reviravolta na PUC

A readmissão do prof. Adalberto Paranhos, ex-presidente e membro da atual diretoria da APROPUC, adquire um significado todo especial porque representa um fato sem precedentes ao nível do movimento dos professores no Brasil. Conforme se denunciou no início do ano durante o II Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários, ocorrido em João Pessoa, foram demitidos nos últimos tempos 7 presidentes e mais de 50 diretores de Associações, não tendo se registrado nenhum caso de readmissão. Na PUC de Campinas, a vitória soou estrondosa: além da nova reitoria declarar nulo o ato de demissão do prof. Adalberto Paranhos, ela já se comprometeu publicamente com a re-

contratação de mais 3 ex-diretores da APROPUC, profs. José Maria de Paiva, ex-vice-presidente, Enildo Pessoa e Silvio Romero, ficando pendentes outras 3 demissões.

Simultaneamente ao anúncio dessas decisões, o reitor Heitor Regina determinou, no entanto, a instalação de uma Comissão de Sindicância para julgar da procedência ou não das acusações que pesavam sobre o professor. Entretanto, ainda que instalada a Comissão de Sindicância, as forças vivas da comunidade universitária não esperam outro resultado senão a absolvição pura e simples do "acusado". Afinal, o próprio Grão-Chanceler da PUC, foi obrigado frente às pressões de professores e estudantes e ao caos em que se achava mergulhada a PUC, decidir pelo afastamento de Barreto Fonseca.

Para Carlos Martins, atual presidente da APROPUC, "a demissão de Adalberto Paranhos foi, entre todas as demais ocorridas na PUC, a que mais claramente caracterizou uma investida contra a liberdade de expressão e de organização dos docentes. Já a decisão tomada agora, é, antes de tudo, uma vitória que deve ser computada à mobilização de professores e estudantes da PUC através de suas entidades representativas - APROPUC e DCE."

Segundo comentário corrente, Barreto Fonseca, o ex-reitor, teria dito certa vez que os diretores da APROPUC, para voltar à universidade, teriam que passar por cima dele. Palavras proféticas. Rei deposto, ai estão eles reassumindo os seus postos, assinalando um avanço na luta pela democratização da universidade brasileira.

## estudantes

Eleições da UEE-SP

## A crise das direções

Tendência estudantil Centelha-São Paulo



## Opinião

A situação que o Movimento Estudantil apresenta hoje em São Paulo e consequentemente na UEE mostra-nos uma contradição: ou seja, a capacidade de mobilização dos estudantes, de um lado e a incapacidade das direções majoritárias do Movimento Estudantil em apontar para a unificação destas mobilizações, de outro.

É neste quadro que transcorre o processo de eleição para a UEE paulista marcado para os dias 24 e 25 de setembro, ao qual irão concorrer quatro chapas: "Mãos à Obra" (ligada aos colaboradores do jornal Hora do Povo); "Unidade e Democracia" (baseada na atual diretoria do DCE-USP); "Viração" (ligada às tendências Refazendo, Resistência e Convenção) e finalmente "Mobilização Estudantil" (ligada às tendências Liberdade e Luta e Novo Rumo).

Apesar da variedade de chapas, as variações programáticas não são tão grandes assim, principalmente em cima de algumas questões que são centrais tais como: questão das verbas e a crise da Universidade, questão da democratização da Uni-

versidade e a questão política mais geral. Vejamos estas questões ponto por ponto.

Sobre a questão das verbas encontramos basicamente duas posições. De um lado "Mãos à Obra" e "Unidade e Democracia" que defendem simplesmente subsídios para as escolas pagas e "Viração" que também defende esta posição somente para as escolas que eles consideram não lucrativas e para as demais estatização. De outro lado encontramos "Mobilização Estudantil" que defende estatização para todas escolas particulares. Neste particular esta chapa é mais coerente com a luta pelo ensino público e gratuito e concordamos com ela. Não tem sentido lutarmos apenas por subsídios para as universidades particulares, que na realidade são máquinas de fazer diplomas. Muito menos sentido tem fazermos distinção entre as escolas lucrativas e as não lucrativas. Será que a luta pelo ensino público e gratuito se faz em função da taxa de lucro das escolas?

Entretanto, nós não lutamos apenas pela estatização das escolas particulares, nós associamos a luta pela

estatização com a luta pelo controle das verbas através de uma gestão paritária e democrática da universidade. Isto implica, desde já reivindicarmos a abertura dos livros das fundações e democraticamente examinarmos a utilização das verbas destas escolas. Tudo isto feito com um único objetivo: democratização da universidade. O que envolve desde a luta por eleições diretas para todos os cargos dentro da universidade até a gestão paritária da mesma. É exatamente neste aspecto que os programas das quatro chapas são mais falhos.

Das três primeiras candidatas, "Mão à Obra" somente fala em elei-

ções diretas, "Viração" genericamente diz eleições livres e participação paritária e "Unidade e Democracia" simplesmente não diz nada. da mesma forma que "Mobilização Estudantil". Enfim, nenhuma das chapas apresenta uma alternativa real na chamada luta pela democratização da universidade.

Sobre a questão política mais geral nós encontramos nas três primeiras chapas uma mesma concepção implícita ou explícita que parte do pressuposto que quaisquer referências a partidos seria um atrelamento da entidade aos partidos. Entretanto em todas elas aparece a proposta de uma aliança dos estu-

dantes com o movimento popular e democrático na luta contra a ditadura, formando uma frente das oposições. Por outro lado "Mobilização Estudantil" se propõe a dar um amplo apoio ao PT, entendendo o PT como uma articulação dos trabalhadores, independente do Estado e dos patrões.

Nós também somos contra a vinculação de qualquer entidade a partidos políticos, mas entendemos que isto não significa que as direções do movimento estudantil não tenham posições políticas definidas e explicitem estas posições. Uma coisa é se ter militantes de um partido dirigindo uma entidade de massa outra coisa totalmente distinta e incorreta é transformar-se esta entidade em correia de transmissão do partido. Por isso é que enquanto estudantes militantes do PT entendemos que o partido é um campo para a construção da unidade de todos os oprimidos e explorados, é um instrumento para o desenvolvimento da ação e organização independente dos trabalhadores.

Defendemos também a articulação dos estudantes do PT em uma corrente e consideramos que ela é

muito importante para a superação das contradições que hoje vive o movimento estudantil. Mas formar uma corrente do PT não é juntar em conchavo duas tendências estudantis e se fazer uma chapa para uma UEE. A corrente tem que se formar a partir de todos os militantes estudantis do PT, indistintamente, num processo igual ao dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Entretanto, frente às eleições da UEE-SP achamos que é incorreto não nos posicionarmos. Também seria incorreto propagandermos o voto na entidade, pois isto significaria que para nós tanto faz quem esteja na direção dos estudantes paulistas. Sendo assim, apesar das restrições levantadas, apoiamos criticamente "Mobilização Estudantil" por entendermos que os companheiros desta chapa foram os que apresentaram uma maior combatividade durante este primeiro semestre, fugindo da idéia de usar a UEE como "instrumento de pressão". Eles entendem a UEE como uma entidade de combate ao lado dos trabalhadores e nisto os apoiamos.

# A Greve Geral unificou o movimento

Apesar de não ter havido significativas manifestações de rua nos grandes centros estudantis como São Paulo e Rio a conclusão geral dos estudantes é que a Greve Geral de três dias foi um sucesso, abrindo perspectivas novas para o movimento estudantil a nível nacional, a serem definidas no próximo congresso da UNE.

Pela primeira vez no Brasil, professores e estudantes, coordenados e simultaneamente, pararam a quase totalidade das universidades e escolas de ensino superior. O fato, supera pela sua extensão territorial, pelo envolvimento do conjunto universitário e pela perspectiva de continuidade dos principais eventos já ocorridos na universidade brasileira. A greve dos 1/3, por exemplo, em 1963, a primeira greve nacional dos estudantes, envolveu somente estes, na época 125 mil de um total de 150 mil. Hoje, este número representa pouco menos dos estudantes que não aderiram à greve. Cerca de 1 milhão de estudantes paralisaram, num total de 1.4 milhões.

Na greve recente, houve um mútuo fortalecimento entre os professores e estudantes. Unificou-se a bandeira central, a luta pelo índice de 12% do orçamento para a educação. Ao lado dessa grande bandeira comum, cada movimento agregou outras de interesse específico, como as reivindicações sindicais dos professores federais (reajuste semestral de 48% de reposição desde março), ou como a dos estudantes (congelamento das anuidades e suplementação de verbas para escolas públicas). A questão da democracia na Universidade, apesar de constar em todas as declarações, não surgiu como reivindicação concreta, mas seria uma das vertentes de continuidade do movimento, pois em cada universidade se debate e já se ensaia praticar eleições diretas para todos os cargos. O clima de crescente confiança entre estudantes, professores e funcionários é outro fator que contribui para propostas comuns.

A grande questão agora, para ambos os movimentos, é a da continuidade. O Governo já demonstrou que não atenderá qualquer das reivindicações básicas. Nenhum aumento substancial no índice, nada de complemento às anuidades, nada de reposição e muito menos de reajuste semestral.

## Como continuar?

O que ocorrerá, se depender do governo, será, no máximo algumas suplementações de verbas e o encaminhamento de um projeto do MEC para controlar a anárquica expansão e organização do ensino privado. Mais ainda: o governo parece seguir à risca as orientações do general Golbery, conforme conferência feita na Escola Superior de Guerra: "Desconhecer entidades não legalmente representativas, alianças estranhas de mestres e alunos e quaisquer pressões contestatórias em relação a medidas anunciadas, levando-as tranquilamente a seu termo". O governo também não se dispõe a tocar nas prioridades estabelecidas para o orçamento, ainda mais em período de vacas magras.

Como avançar a partir de agora? É hora de acumular forças e apontar perspectivas. Neste round se não houve vitória econômica, abundaram as vitórias políticas. Para a sociedade, ficou claro que são os professores, funcionários e estudantes os que querem transformações que interessam ao povo oprimido; que o movimento é justo. Internamente aos movimentos fortaleceu-se a confiança nas próprias mobilizações, ampliou-se a organização local e nacional, a união da comunidade acadêmica e, sobretudo, criou-se a convicção



A combatividade do Movimento Estudantil demonstrada nas passeatas de Belo Horizonte.

de que a viabilização das soluções levantadas para a crise universitária, passa por colocá-las como reivindicações sociais do povo trabalhador.

Criam-se assim, condições para embates mais prolongados contra o Estado. Os professores, desde o início da mobilização, colocaram a possibilidade de paralisação por tempo indeterminado das suas atividades, o que pode ter início a partir do dia 15 de outubro, dia dos professores. Os estudantes vão definir os rumos de seu movimento, no próximo Congresso da UNE, em outubro.

## O Movimento Estudantil está de pé

Todos, na última reunião da diretoria da UNE, não se cansaram de demonstrar o sucesso da greve nacional dos estudantes. Segundo Rui César, presidente da UNE, as manifestações mais expressivas foram a de Vitória, com 8 mil estudantes (já a universidade continua em greve),

Curitiba com 7 mil, Belo Horizonte com 5 mil e Recife com 3 mil; todos com passeatas. Também em Porto Alegre, houve manifestações de ruas e em algumas cidades do interior do Rio Grande do Sul, até tratores desfilaram em apoio aos estudantes.

Por outro lado, nos grandes centros industriais, como São Paulo e Rio, não houve manifestações de peso nas ruas, apesar da adesão generalizada à greve. Em São Paulo, apenas 500 estudantes se concentraram no largo São Francisco.

Estaria o movimento estudantil retomando o curso de grandes manifestações públicas? Qual o significado desta greve nacional bem sucedida?

Para Rui César, a greve nacional, significou a "retomada de confiança da massa estudantil e das direções na capacidade de mobilização estudantil". Fernando Cristóvão, diretor do DCE-UFGM - uma das entidades que lançaram a proposta de greve geral - afirma, por sua vez, que "além da reto-

mada da auto-confiança, por parte dos estudantes, a greve geral define um ramo claro para enfrentarmos as contradições do ensino brasileiro: combinar a organização de base com as mobilizações nacionais unificadas e lutar para que as reivindicações de um ensino público e gratuito, sejam pontos do programa das lutas do movimento dos trabalhadores."

Estas manifestações, no entanto, não conseguiram fazer a ditadura e o MEC arredarem pé de sua política, nenhuma resposta oficial foi dada, nada foi apresentado que manifestasse a disposição do atendimento às reivindicações ou mesmo de entabular negociações. A "cesta" de concessões parece esgotada neste momento de crise, onde as prioridades dos gastos públicos estão comprometidos e disputados arduamente por setores capitalistas.

O MEC, como não poderia deixar de ser, longe está de ser um órgão neutro, mero árbitro e, muito menos "dos estudantes", como exclamou o vice-

presidente da UNE, ao tentar convencer o delegado do MEC, em São Paulo, a receber os estudantes. "O MEC é nosso", teria dito Marcelo Barbieri.

O MEC não é nosso diriam os estudantes. Aliás, é justamente pela esperada inflexibilidade do governo que as lideranças estudantis procuraram dar à greve nacional o caráter de início de uma ofensiva contra a política destruidora do ensino, encaminhada pelo MEC.

O grande momento do debate de sua continuidade, será o Congresso da UNE, a realizarse de 13 a 16, em Piracicaba. Lá, será considerada seriamente a definição de partir para uma greve de tempo indeterminado, no próximo semestre. Segundo Rui César, esta perspectiva não estaria afastada. Ao Congresso estaria colocada a tarefa de estabelecer um programa de todas as reivindicações, desde as mais gerais (como a exigência dos 12% do orçamento), até as mais conjunturais (como suplementação de verbas) e em função do seu atendimento ou não, o movimento optaria por uma greve com prazo indeterminado.

Eduardo Albuquerque, um dos estudantes que lançaram a proposta de formar a corrente estudantil do PT, vai mais longe. Para ele, além de estabelecer um programa claro de reivindicações, o Congresso de Piracicaba deve aprofundar a determinação expressa por milhares de estudantes de conquistar, através das mobilizações nacionais próprias e em união com os professores e funcionários, mudanças significativas no ensino. Para isso, deveria, desde logo, apontar como perspectiva uma greve geral por tempo indeterminado.

## Porto Alegre

### Corrente do PT lança chapa

Os estudantes do PT da UFRGS, no dia 16/09, deram mostras de como se constrói a Corrente do PT no movimento estudantil. Diante das eleições para o DCE eles realizaram uma Convenção Aberta, convocada pelo núcleo estudantil, para discutir programa e chapa para a próxima gestão da entidade.

Com a presença de mais de 120 estudantes, já na abertura as intervenções iniciais ressaltavam o avanço que representa esta forma democrática de se formar uma chapa que escapou aos tradicionais conchavos feitos à portas fechadas. Embora todas as tendências políticas que apoiam o PT estivessem ali representadas, foi frizado desde o início que o objetivo não era fazer uma frente de tendências, mas sim dar passos no sentido da construção da Corrente do PT, através de um programa que é a expressão do Partido dos Trabalhadores, hoje, na universidade.

Os pontos principais aprovados para o programa da chapa CORRENTE, que concorre dias 1 e 2 de outubro à diretoria do DCE, são a luta por mais 800

milhões de verbas para a UFRGS, pelo congelamento de todas as taxas, pela democratização da universidade, por eleições diretas para todos os cargos de direção, com propostas programáticas dos candidatos e a participação de estudantes professores e funcionários, pela Constituinte Livre Soberana e Democrática, por todo apoio a organização independente dos trabalhadores e pela garantia de uma gestão democrática e combativa.

Com referência a este último ponto, foi realçado pela maioria do plenário o entendimento de que embora esta chapa seja composta por militantes e simpatizantes do PT, ela é a maior defensora do apartidarismo e da democracia na entidade. A diretoria, enquanto tal, se submeterá ao seu programa e prestará contas aos 15.000 estudantes da UFRGS.

A considerar pelo ânimo dos militantes do PT ao final da Convenção e pela implementação que tem esta chapa desde já no movimento, é provável que ela obtenha um número significativo de votos, o que representará, sem dúvida, um grande avanço no movimento estudantil na UFRGS e em todo o país.

## Congresso da UNE

### Articulações em andamento

Com a expectativa de reunir o dobro do número de delegados e escolas presentes no último congresso, o XXXII Congresso da UNE vai se caracterizar principalmente pela sua vinculação com os recentes mobilizações estudantis. A continuidade das lutas será o tema predominante.

Mas, ao lado deste, sobressai um outro, decisivo para as próprias lutas: quem vai dirigir a UNE no próximo ano. Até agora apenas uma articulação corre de forma aberta. É a proposta lançada por diversos estudantes representativos principalmente no Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul onde dirigem ou participam das direções dos principais DCEs de construir a corrente estudantil do PT. A partir da corrente, lançariam uma proposta programática a todos os grupos estudantis, onde se destacam a luta pela democracia e pelo caráter unitário das entidades, pela combatividade e aprofundamento das mobilizações estudantis e pelo fim do regime ditatorial, desde logo, reforçando neste com-

bate a perspectiva de independência política dos trabalhadores. Esta proposta pode ser bastante fortalecida pelas atuais mobilizações, uma vez que foram nestes Estados onde estas aconteceram com maior intensidade.

De outro lado, a repetição da frente "Mutirão" não é descartada, embora com problemas expostos pelo ano de gestão. Um dos grupos, "Refazendo", perdeu muito de sua antiga influência no movimento estudantil. Outro dos componentes, a tendência "Mãos à Obra" que se formou por dentro de "Mutirão" e que vinha compondo com a tendência "Unidade" hoje os rejeita explicitamente, como ocorreu nas eleições para a UEE de São Paulo. Os diretores membros de "Mãos-a-Obra" desgastaram-se ao longo da gestão principalmente ao se oporem às mobilizações estudantis. Por fim, a tendência majoritária encabeçada por Rui César, embora enfraquecida em centros como a USP e UFGM ainda mantém um peso considerável no movimento, mas passa por redefinições importantes. Entre estas, estaria a hipótese bastante provável de ingressar no PT.

Convite

## Encontro dos estudantes do PT

A partir de encontros realizados durante o CONEB (Julho, no Rio) e do CONEG (Agosto, em Maceió) estudantes de núcleos estudantis de diversos estados concluíram pela necessidade de convocar uma grande reunião nacional de estudantes militantes do PT.

A partir deste encontro os estudantes poderão dar uma contribuição bastante positiva à construção do partido, pois estarão inserindo o PT num movimento social, estarão contribuindo para um PT comprometido com as lutas por uma educação segundo o ponto de vista dos trabalhadores.

Neste encontro será discutida a seguinte pauta: 1; informe e posicionamento da Executiva Nacional do PT 2; Informe dos estados, troca de experiências 3; O PT e os movimentos sociais 4; A unificação dos estudantes do PT 5; Congresso da UNE; Continuidade da reunião.

O local de realização do encontro será no próprio local do Congresso da UNE e o dia será 12 ou 13 de outubro (a definição do dia será a seguinte: se a abertura do Congresso for feita na noite do dia 13 o encontro será na tarde do dia 13; se a abertura do Congresso for na manhã do dia 13 o encontro será dia 12).



PREV



piquetão

## Hospital Matarazzo

### Enfermeiros reclamam

É um lema da enfermagem: o paciente em primeiro lugar. Mas parece que é também um lema do Hospital Matarazzo: os enfermeiros e os funcionários em último lugar. Desde o sergente até a supervisão geral, ninguém é respeitado. Salários-família são surrupiados com desculpas, suspensões absurdas de 15 dias são aplicadas por motivos mínimos e existem até ameaças constantes de descontar no salário o prejuízo dado por material ineficiente. Não bastasse isso, há momentos em que são necessários até 30 descargas de RX em uma só cirurgia, mas o pessoal da enfermagem não tem nenhuma proteção, não recebe sequer o salário-insalubridade. O índice de contaminação é muito alto e há locais, como o Centro Cirúrgico, que é um ambiente fechado, onde a inalação de material tóxico é muito grande. Por causa disso, o corpo de funcionários do Hospital já começa a se mexer, e logo o Hospital Matarazzo receberá a resposta dos funcionários.

## Direito do Trabalho

### Conferência na S. Francisco

Está no Brasil o professor Gino Giugni, da cadeira de direito do Trabalho da Faculdade de Direito de Roma. O professor Giugni, um dos autores do Estatuto dos Trabalhadores Italiano estará na sexta, 26, na Faculdade do Largo de São Francisco, onde, às 18 horas, falará sobre "Liberdade Sindical".

Outra liberdade, a de Imprensa, título de um filme de João Batista de Andrade, será tema de debate no Sindicato dos Bancários de São Paulo, com início previsto para as 19h30m.

## Funcionários Públicos

### Querem reajustes semestrais

Várias entidades e associações de funcionários públicos do Estado de São Paulo prepararam e desencadearam uma campanha pela conquista do reajuste semestral de salários. Como parte dessa luta, foi programada uma concentração, dia 19/9, sexta-feira, às 17 horas, diante do palácio do governo do Estado. Cerca de 150 pessoas lá se postaram, acompanhando uma comissão de dirigentes de entidades que se entrevistou com Maluf e seus secretários.

Enquanto se esperava a saída da comissão - o que se deu apenas depois das 19 horas - numerosos oradores se dirigiram àquela pequena multidão. Afora os protestos e denúncias - como o da APEOESP (Associação dos Professores do Estado de São Paulo), que sofre uma "sutil" perseguição econômica do governo, pelo bloqueio de seus descontos nos holerites dos professores - o representantes da ASUSP (Associação dos Servidores da USP) en-

caminhou 3 propostas para a continuidade da luta: a) trazer a comunidade atendida pelos serviços públicos para dentro da batalha, para o que propôs uma caminhada na cidade, divulgando o movimento; b) realização de assembleias por setor do funcionalismo; c) realização de assembleias por cidade. O representante dos diretores de escolas públicas juntou a estas propostas a de "transformar o ensino", dando-lhe um caráter de denúncia da superexploração, das injustiças sociais, etc.

Quando a comissão de negociação saiu, trouxe a resposta que já se esperava. O governador e seu secretariado (Calim Eid, Wadi Helou e Ferreira Martins) simplesmente responderam que o funcionário público "ganha bem e está satisfeito com o governo", acrescentando ainda que "funcionário público é vagabundo".

De qualquer modo, ao fim do ato, ficou a certeza, para os funcionários, de que a luta apenas começou e que ela está "pegando no breu" agora. Novas reuniões e assembleias serão realizadas, por setor. Ficou também a certeza lembrada por muitos oradores - de que a luta pelo reajuste só terá sucesso dobrando um sistema de decisões anti-democrático e imposto aos trabalhadores (públicos e privados), que não determinam, neste país, o que se produz, onde se empregam os recursos, porque, na opinião dos maluf e generais, são todos vagabundos, ladrões e incapazes.

## Saúde/RJ

### Encontro Popular

Cerca de mil pessoas participaram, no Rio de Janeiro, do 1º Encontro Popular pela Saúde, realizado na Cidade de Deus, numa promoção da FAFERJ (Federação de Favelados), Sindicato dos Médicos, FAMERJ (Federação de Moradores). Apesar da importância do Encontro, que surgiu como fruto do trabalho das comissões de saúde das comunidades cariocas, é inegável o fato de que poderia ser melhor aproveitado: além da falta de maior discussão sobre as causas mais profundas da miséria popular, não surgiram, ao seu final, propostas que unificassem as reivindicações comuns à todas comunidades, como saneamento básico, água, esgoto, iluminação, transporte e abastecimento, ademais, é claro, da melhoria das condições de saúde da população.

Não se pode deixar de mencionar, ainda, a parcialidade com que foram conduzidos os trabalhos, por parte dos representantes da FAFERJ, limitando rigorosamente o tempo de alguns participantes, enquanto se mostravam liberais com outros.

## Metalúrgicos/NH

### Vote Chapa 2

Depois da derrota do pelegão José Moreira, do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, mais um traidor dos trabalhadores pode cair: no dia 26, sexta-feira, deverá chegar a vez de Sebastião Ody, há 23 anos presiden-

te do Sindicato dos Metalúrgicos de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Antidemocrático, incapaz e imobilista, Ody, antigo candidato e convencional da falecida ARENA, tem seu futuro ameaçado pelos trabalhadores combativos que integram a chapa dois, da Oposição Sindical. Melhor preparação das campanhas salariais, incentivo à organização nas fábricas, democratização das assembleias e da vida do sindicato, campanha de sindicalização, luta por melhores condições de trabalho, fim do arrocho, reajustes trimestrais, delegado sindical e construção da CUT, são algumas das propostas da Oposição Sindical, visando a construção de um sindicato voltado para os interesses da categoria.

Pessoal da terra do calçado. Dia 26 o negócio é votar em - João Machado Mendes (ERPS), José Garcia Neto (COPE), Adão Souza (ENKO), Elvio Rodrigues (PI.ANG) e Osmar Bloss, que encabeçam a chapa dois.

## Construção Civil/POÁ

### Pelego esbulha

O pelegão Felipe Delgado, escoraçado pelos trabalhadores da construção civil de Porto Alegre, durante a memorável greve de 1979, conseguiu, com a ajuda da polícia, dos patrões da DRT, e da justiça do trabalho e, adivinhem quem? (acertaram, o pessoalzinho aquele da "Hora do Povo" - pelo jeito o mais certo é a "Hora dos Pelegos") sair como candidato único às eleições para o sindicato da categoria. Isso só foi possível depois que a canalha impugnou vários nomes da Chapa de Oposição formada pelos trabalhadores que integraram o Comando de Greve alegando que suas carteiras do trabalho eram frias. Mesmo uma liminar, obtida pelo candidato da Oposição Sindical, Pedro Carletti, foi cassada pelo Juiz Osvaldo Alvarez, da Justiça do Trabalho. Com isso, o pelego ficou com o campo livre para sair sózinho, numa eleição em que somente dois mil trabalhadores estavam aptos a votar, numa categoria de 40 mil (o que demonstra o grande trabalho de Delgado à frente da entidade).

## Osasco

### Congresso Metalúrgico

Com a presença de apenas 50 trabalhadores (contra perto de 150, no ano passado) realizou-se nos dias 20, sábado e 21, domingo, o 2º Congresso dos Metalúrgicos de Osasco. Na ocasião, foi decidido que será apresentada à assembleia do Sindicato, no próximo dia 26, sexta, a proposta de aumento equivalente a 20 por cento acima do INPC. Durante o encontro, dividido em três comissões que discutiram a Estrutura Sindical, Contrato Coletivo e Direito de Greve, foi aprovada ainda uma proposta, apresentada pelas metalúrgicas presentes, visando a formação de uma Comissão de mulheres para estruturar o departamento feminino do Sindicato, bem como incentivar a participação das trabalhadoras na campanha salarial.

## Coureiros/SP

### 1º Congresso

E por falar em Congresso: vem aí o 1º Congresso Inter-fábrica dos trabalhadores em Curtumes e Artefatos de Couro de São Paulo, previsto para os dias 18 e 19 de outubro. Espera-se a participação de 100 delegados estáveis e trabalhadores representantes das 50 principais empresas do setor. Naquela oportunidade, a moçada filiada ao sindicato dirigido por Paulo Skromov discutirá o seguinte temário: dia 18: a) Situação dos trabalhadores da categoria; b) lutas recentes da categoria; c) reivindicações específicas; organização sindical dos coureiros. Dia 19: a) Política Salarial e Econômica; b) Estabilidade e Contrato Coletivo de Trabalho; c) Liberdades sindicais e democráticas; d) Organização Sindical Livre.

## Petroleiros

### Jornada de 40 horas

Vitória da maior importância obtiveram os petroleiros de todo o país, abrindo um precedente para as demais categorias de trabalhadores: arrancaram da Petrobrás a jornada semanal de 40 horas (antigamente trabalhavam 43 horas), reivindicação importante do conjunto do movimento sindical brasileiro. Do ponto de vista econômico, as conquistas também foram significativas, embora estejam muito distante do que era exigido pelos do "ouro negro": foi conseguido 7,5 por cento acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os que ganham até três salários mínimos, 5% sobre o INPC para os situados nas faixas entre três e 10 salários, e dois por cento para os que ganham mais de 10 salários mínimos.

## João Monlevade

### Belgo assustada

No mesmo dia em que o Piquetão estava sendo fechado, os trabalhadores da Belgo Mineira, em João Monlevade, Minas Gerais, realizavam assembleia geral da categoria, para definir a pauta de reivindicações a ser apresentada à multinacional. Por isso mesmo, não se pode falar sobre elas. Mas o que pelo menos se pode comentar, é o apavoramento da Belgo, que teve que enfrentar uma greve, no ano passado, comandada pelo sindicato dirigido por João Paulo de Vasconcelos. Vitoriosa, aliás, que é para reformista e nenhum "cavalo de tróia" infiltrado no movimento operário dizem que greve só pode ser feita "quando pára todo o mundo", localizada não dá, e outras lenga-lengas (o que não quer dizer que o Piquetão desconside a importância da greve geral). Mas voltando à multi da terra da rainha Fabíola: a empresa, antes mesmo da assembleia, talvez para "amortecer" os ânimos da moçada, publicou matéria paga nos jornais mineiros, lembrando que seus operários são "muito bem remunerados". Segundo a Belgo, o salário médio vigente é de Cr\$ 24.897,00, e 96 por cento de seus 9.586 empregados ganham acima de 10 salários mínimos.

Só que se esqueceu de publicar uma coisa: se na Belgo a situação é melhor, não é porque foi concedida na maciata. É que foi conseguida na marra, como na greve de 1979.

## Pernambuco

### Rurais prometem greve

Se até o próximo sábado, 27 de setembro, suas reivindicações não forem atendidas pelos usineiros e plantadores de cana, 240 mil trabalhadores rurais de Pernambuco prometem cruzar os braços. Essa decisão foi aprovada por mais de 80 mil trabalhadores que realizaram assembleias simultâneas em 39 sindicatos rurais do Estado (50 mil desse total eram sindicalizados), oportunidade em que também aprovaram

um documento com 26 itens. Piso profissional de Cr\$ 6.899,11, transporte gratuito para os locais de trabalho, pagamento semanal feito até às 16 horas, para que a moçada possa também batalhar por mais uns cobres nas feiras livres, são algumas das reivindicações aprovadas pelos trabalhadores.

## Metalúrgicos/SP

### Encontro em Vitória

Reunidos no dia 15 e 16 de setembro, na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, representantes de 39 sindicatos de trabalhadores em empresas Urbanas (eletricitários) de todo o país e duas Federações (a de São Paulo e a Nacional, que abrange os trabalhadores da categoria, nos demais Estados), decidiram reivindicar o direito de greve, inserido na Constituição, acabando com a dupla discriminação que sofrem, já que são enquadrados nas chamadas "atividades essenciais", criadas pelo decreto lei 1632. Segundo o presidente da Federação paulista, Hugo Perez, os representantes sindicais exigem, também, a livre negociação salarial com as empresas, o que implica na desvinculação do Conselho Nacional de Política Salarial, entidade que determina os reajustes de categorias como eletricitários, funcionários do Banco do Brasil, Banco Central, etc.

Os participantes do Encontro, que também aprovaram moção de repúdio aos atos terroristas, à divisão dos sindicatos metalúrgicos do ABC e se propõem a batalhar na construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), decidiram iniciar, também, uma campanha pela conquista do adicional de insalubridade, antiga aspiração dos eletricitários. De acordo com Hugo Perez, esse adicional, já recebido pelos trabalhadores nas empresas fabricantes de explosivos e material inflamável, seria equivalente a 30 por cento do salário base. E no caso dos eletricitários, mais do que justificável já que se trata de uma categoria com maior número de acidentes do trabalho, em todo o Brasil, superior, mesmo, à dos trabalhadores da construção civil. E para mostrar que não são nada apressados e não transam as coisas de afogadinho, os do quilowatt decidiram dar um prazo até o dia 15 de setembro de 1982 ao governo federal para que atenda a essa exigência. Caso contrário, promoverão greve geral em todo o país, com ou sem decreto 1632 (pelo jeito que as coisas andam, é bom começar a preparação da greve, Hugo Perez).

## Festa de Apoio à Imprensa Popular

Cr\$ 50,00

Dia - 26 de setembro  
Local - Alojamento de Estudantes, Ilha do Fundão  
Promoção - Comissão Comunitária (Dep. de Imprensa)

Com grande show de Jaime Allen e Nair Cândia, artistas independentes.  
E mais, batida, chopp, vinho, etc.

Participação: Jornais

EM TEMPO,  
COMPANHEIRO,  
HORA DO POVO e  
TRIBUNA OPERÁRIA.

## Pelo fim da intervenção nos sindicatos.

Os trabalhadores brasileiros estão cansados da tutela do Ministério do Trabalho. Por isso, querem ter o seu direito a um sindicato livre e independente.

Este anúncio será publicado por este jornal enquanto perdurar a intervenção (total ou parcial) nos seguintes sindicatos:

Metalúrgicos de São Bernardo e Santo André, Bancários de Porto Alegre, São Paulo, Uberlândia e Fortaleza.



## Mais podres no peleguismo gaúcho

## Pelego: profissão, dedo duro

Novos pelegos são denunciados pelos sindicalistas autênticos gaúchos como tendo vínculos regulares com a polícia.

Por Sérgio Ruckert

A divulgação das "íntimas relações" entre o Sindicato dos Motoristas do Rio Grande do Sul, o DOPS, a DRT e os patrões, só comprovam as suspeitas dos dirigentes sindicais gaúchos mais combativos, e os animaram a aumentar as denúncias de direções pelegas que mantinham os órgãos de segurança informados de toda movimentação de suas categorias.

Olívio Dutra, presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e integrante da direção regional do PT, ao saber da publicação das cartas de Otelo, declarou: "Este aí é mais do que um pelego, porque para manter seu esquema de corrupção vai além da obrigação que deve aos órgãos de segurança e faz questão de mostrar serviço pedindo a presença dos agentes da polícia nas assembleias, não só para observar, como também para prender os que se destacassem com uma atuação mais firme nos interesses da categoria".

Mas para Olívio, o mais importante é o fato de que além dos sindicatos, esta posição colaboracionista típica da estrutura sindical vigente no país, é comum também nas federações de trabalhadores. Para dar um exemplo, ele cita a Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário, responsabilizando-a pelo afastamento de diversos dirigentes sindicais combativos de seus cargos na diretoria do Sindicato de Porto Alegre. Outra federação citada por Olívio, foi a dos Bancários.

## Questionários

Menos de 24 horas depois desta denúncia, Edir Inácio da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário, principal organizador da Semana Sindical Oficial e considerado o "Ari Campista do sul do país", por suas manobras políticas e longa folha de serviços prestados ao governo, abriu seu arquivo de correspondência com o SNI, para explicar à categoria que nunca tinha dedurado ninguém. "Apenas fiz relatórios a respeito da situação geral da categoria em resposta aos questionários que o SNI me mandou", justifica ele. "Mas nunca tive intenção de prejudicar ninguém. Sempre achei que sendo o Serviço Nacional de Informações, um órgão ligado à Presidência da República, mandando relatórios para eles contendo a real situação do trabalhador, o Presidente estaria informado" (ver matéria ao lado).

Além disso, Edir explicou que os relatórios eram pedi-

dos por escrito desde 1973 - antes, a solicitação era feita por telefone - e não tinham caráter obrigatório. "Fiz tudo a título de colaboração com o SNI. Além do mais, todas as federações, tanto de trabalhadores como de patrões, recebem estes questionários e eu, pelo menos, mostro eles, prá provar que não entreguei ninguém. Só fiz relatórios de 73 até 1978. Em 79 e este ano não fiz porque a atuação da Federação já era por demais conhecida da opinião pública e achei que não haveria necessidade de mandar relatórios para o SNI". Mas 1979 foi o ano da greve do vestuário em Porto Alegre e, talvez, por isso mesmo, ele não nos tenha mostrado os possíveis relatórios.

## As acusações viperinas

A reação frente às denúncias de Olívio encontraram outra resposta por parte da diretoria da Federação dos Bancários. Em nota do dia 19, a Federação anuncia que "tomará as medidas cabíveis para o resguardo de seu nome", podendo chegar, inclusive, a uma interpelação judicial contra Olívio Dutra.

Parece que a Federação, ao contrário do que se esperaria, não considera o mais importante a denúncia dessas pressões, pois na nota que lançou, lê-se também: "as acusações viperinas do sr. Olívio Dutra, coincidem com a política do governo de tentar dividir o movimento sindical", divisão caracterizada por Steinhaus em suas declarações, pela existência de uma campanha de descrédito contra o movimento sindical, que parte de setores interessados na sua divisão. Como exemplo, cita o ENTOES (Encontro Nacional de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical), entidade segundo ele, que pratica o paralelismo sindical, atuando à margem dos sindicatos e seu movimento.

Com isso, fica claro que o presidente da Federação dos Bancários está mais preocupado em preservar a estrutura sindical, não dando importância à intervenção dos órgãos de repressão no interior dos sindicatos, do que denunciar as pressões que os trabalhadores sofrem em suas entidades. Ao invés de investir contra o Serviço Nacional de Informações, aquele senhor investe contra Olívio Dutra, um autêntico líder sindical. Denúncia, inclusive, o movimento que combate a estrutura sindical atrelada - o ENTOES - de tentar dividir o sindicalismo brasileiro.



## Federação dos Trabalhadores do Vestuário

## Os relatórios para o SNI

Até 1973, conforme as afirmações de Edir Inácio da Silva, a solicitação dos relatórios pelo SNI eram feitas por um simples telefonema. Nesse ano a praxe mudou, aparecendo o primeiro questionário por escrito, com data de nove de agosto - ofício 297/19 (19.1 - N.º 38) assinado pelo cel. José Paiva Portinho, ex-chefe da APA SNI (Agência de Porto Alegre) e ex-secretário de Segurança do Estado. O ofício iniciava com: "Em cumprimento do decreto-lei 66-732 de 16/06/70, solicitamos relatório semestral...", para finalizar: "O Relatório deverá ter caráter secreto, em termos do art. 62 do decreto-lei 60.417 de 11/03/67, que regulamenta a salvaguarda de assuntos sigilosos". Esse mesmo decreto foi que criou o SNI.

O questionário toca os seguintes itens: "política trabalhista do governo", "relações capital e trabalho", "desemprego e mão-de-obra", "atividades sindicais", "dificuldades do trabalhador na participação dos benefícios da expansão de renda nacional" e, por último, "outros assuntos".

Citamos alguns trechos do relatório de 31/08/73 da Federação do Vestuário. No item "Política Trabalhista", a primeira pergunta do questionário é: "Manifestações da classe sobre a política salarial", seguindo-se a resposta: "as entidades, os trabalhadores filiados a esses órgãos, aplaudem o Governo pelo trabalho que realiza no sentido de conter a inflação". A segunda pergunta - "Opinião da Classe sobre a distribuição dos benefícios indiretos na composição da remuneração do trabalhador..." -, tem como resposta: "O trabalhador mostra-se otimista com a série de medidas que o Governo vem pondo em prática, para melhorar as condições de vida, no que diz respeito a remuneração indireta". Isto em pleno 73, um dos anos mais duros do arrocho salarial.

No item "Relações Capital e Trabalho", o questionário inquiriu: "Se há exploração do trabalho humano por grupos ou pessoas influentes política, social e economicamente.", e em resposta: "Não conhecemos exploração do trabalho por grupos ou pessoas influentes políticas, social ou economicamente". Logo depois, o SNI solicita para "informar se a Classe já foi beneficiada com os programas governamentais de valoriza-

ção da mão-de-obra", a que Edir responde que "a classe esta diariamente sendo beneficiada com os programas governamentais de valorização da mão-de-obra...". Sobre as "Atividades Sindicais": "Percentual de sindicalizados da categoria. Apreciação". Resposta: "Antes da implantação dos convênios assistenciais, com o INPS, as bolsas de estudos, nos sindicatos onde não existiam condições de manter-se uma excelente assistência médica, o índice de sindicalização beirava na maioria dos órgãos a 30%. Com o advento dos convênios, bolsas de estudos, esse percentual subiu auspiciosamente, podendo afirmar-se que ele soma a casa de 70%, onde há convênios e bolsas de estudos".

Os outros relatórios seguem o mesmo desenvolvimento e as respostas pouco se modificam, a não ser no relatório de 10/10/74, endereçado ao cel. Portinho, onde, no item "outros assuntos, a critério dessa presidência", o presidente da Federação agradece a Escola Superior de Guerra. Literalmente, está escrito: "Registramos com satisfação, nossa participação, no CICLO DE ESTUDOS SOBRE A DOUTRINA DE DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA NACIONAL, realizado em Novo Hamburgo, no período de 13 de maio a 31 de julho último, da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, onde muito aprendemos, e aperfeiçoamos nossos conhecimentos, capacitando-nos, cada vez mais, a sermos úteis à nossa Pátria".

Em oposição ao pelego Edir, o presidente do Sindicato de Trabalhadores do Vestuário de Porto Alegre, João Paulo Marques, um destacado sindicalista autêntico gaúcho, fala da Federação. Para ele, "a existência desses relatórios não constitui propriamente uma novidade, pela sua atuação como sindicalista. Acreditamos que possam existir mais coisas que esses documentos divulgados. Edir é comprometido. É só observarmos todos os atos oficiais onde ele, sem nenhuma representatividade, aparece como representante dos trabalhadores. De uma pessoa assim, pode-se esperar tudo, pois o Edir está desde 64 na Federação, depois de ser preso. Aí dedurou todo mundo e, como prêmio, recebeu a Federação." (S.R.)

## A deduração é feita dentro da lei

Esta foi a resposta do pelego Otelo, denunciado em nossa última edição através da revelação de vários ofícios que ele envia ao DOPS, DRT e patrões.

Dois semanas se passaram desde a denúncia exclusiva, feita por este jornal, à deduração do pelego Otelo O. da Silva do Sindicato dos Motoristas gaúchos, neste espaço de tempo, ainda que pequeno, já se revelaram as "tendências" dos atores envolvidos no caso ou seja, motoristas, a diretoria do Sindicato e os advogados.

Os primeiros, motoristas e cobradores, começaram a se movimentar em torno do caso, movimento que se refletiu, inclusive, nas vendas deste jornal. "A categoria está tão desiludida com a direção do Sindicato, tem tanta raiva dele, que já não comparece mais ao Sindicato e, nem mesmo, faz questão de pertencer aos quadros de sindicalizados", afirmou um motorista ao saber da denúncia. É este quadro que começa a mudar. Primeiro foram reuniões espontâneas em garagens, pontos finais de linhas que serviram para iniciar a troca de informações acerca do que cada um sabia para, num segundo momento, iniciar-se o processo de rearticulação de uma oposição sindical. Exemplo foi a comissão formada por 50 motoristas, representando os ônibus, táxis e carga.

Mas não se resume a isto as consequências da denúncia: no seio da categoria pode-se esperar para breve pressões sobre a direção do Sindicato muito mais efetivas.

Do lado do pelego, a sua primeira reação ao ser entrevistado foi afirmar que "um dirigente que faz isso (a deduração) é um criminoso", revelando mais uma vez, alta dose de cinismo. Ao contrário do que a denúncia afirma e prova, responde o pelego, a responsabilidade não seria sua, mas sim de um ex-funcionário seu, o Jair, que estaria falsificando sua assinatura e enviando as cartas. Confirmou, no entanto, que o sindicato mantinha correspondência com a DRT e os órgãos de segurança, mas "esta é feita dentro da lei". Não explicou, porém, nem como nem porque ela é feita.

"Não levei nada. Parece que ele tem a intenção de achar um bode expiatório. Não sei porque o Otelo nega ter mandado fazer as cartas já que as relações dele com o DOPS são as mais amistosas", nos revelou o ex-secretário administrativo, o Jacir Rabello.

Da mesma forma, na assembleia de 2/10/79, quando a diretoria foi pressionada pela oposição para prestar esclarecimentos de sua gestão, o Otelo interpeleou a comissão representativa dos motoristas, no sentido de que dessem o nome de cada um de seus integrantes, bem como seus locais de trabalho. Um dos motoristas lhe perguntou: "Os nomes são para entregar ao DOPS?", ao que o Otelo respondeu que jamais faria uma coisa dessas. Pois nessa assembleia contavam-se oito agentes do DOPS!

A acusação do pelego ao ex-funcionário não possui base nenhuma e peca por não corresponder à realidade factual: o último ofício data de agosto deste ano, enquanto que Jacir saiu do sindicato em julho.

Luis Burmeister, o advogado acusado também pelo pelego de ser "persona non grata" ao regime, não se sente atingido pela correspondência. "O grave, para ele, é que essa correspondência evidencia a fiscalização da DRT nos assuntos internos do Sindicato, atitude inaceitável pelos profissionais de direito. A OAB deve se pronunciar a esse respeito".

Esta por sua vez, através de seu presidente Justino Vasconcelos, prometeu dar um pronunciamento oficial da entidade, assim que receber a correspondência entre o Sindicato e a DRT, embora já adiantasse que tendo se comunicado com o delegado regional, Celito de Grandi, este negou peremptoriamente ter recebido tal correspondência (as cartas do Sindicato, no entanto, estão protocoladas na sede da DRT). (S.R.)



Otelo, o pelego flagrado

# Uma vitória ainda por consolidar

A realização do ENTOES, se por um lado demonstrou a enorme representatividade que tem hoje a luta contra a estrutura sindical atrelada, por outro encontrou uma série de dificuldades que podem, se não forem sanadas a tempo, comprometer definitivamente os próximos passos da luta.

Por Antônio Nahas

O ENTOES com uma representatividade além das expectativas, realizou-se nos dias 13 e 14 de setembro em Nova Iguaçu, no Estado do Rio. Contou com a participação de 92 dirigentes sindicais (rurais e urbanos), como delegados natos. 321 delegados e 44 convidados. Teve a presença de personalidades como Frei Betto, Manoel da Conceição, João Paulo Vasconcelos, Olívio Dutra e Devanir Ribeiro (diretor cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo) entre outros.

Dele participaram diversas categorias profissionais saídas de quase todos os Estados brasileiros (do Rio Grande do Sul ao Pará) contando ainda com a presença de muitas lideranças camponesas expressivas.

No entanto, sua realização deixou muito a desejar. A plenária de abertura, na manhã de sábado, aprovou um regimento interno e uma pauta que iriam dificultar bastante. Foram, a partir daí, formados 12 grupos de discussão bastante heterogêneos, compostos de delegados com experiências de luta muito diferenciadas, para discutir temas excessivamente genéricos, centrados na análise da estrutura sindical. O resultado foi que nos grupos, ou a discussão não avançou, ou ficou polarizada entre tendências políticas com posições cristalizadas. Quem não tinha posições claras, principalmente os trabalhadores do

campo, ficou à margem do processo, como espectador da polêmica entre as tendências políticas.

Da frágil e confusa discussão dos grupos, passou-se para a plenária final, que iria ocupar todo o segundo dia seguinte. Ali aconteceram os fatos mais lamentáveis. A começar pela ordem dada às discussões, iniciadas por aspectos organizativos do ENTOES, lançando para o final a discussão da plataforma de lutas. Perdeu-se toda a manhã em polêmicas confusas e estereis, centralizadas por um grupo de pessoas que insistia em literalmente bloquear as redondezas da mesa e o acesso ao microfone. Apoiava-se que o ENTOES teria uma coordenação nacional e coordenações estaduais, gastou-se um vasto tempo discutindo o critério da eleição destas coordenações, o prazo para que esta eleição fosse feita, num clima tumultuado e incompreensível para aqueles pouco habituados às discussões de pequenos grupos.

Na parte da tarde, após várias questões de ordem e encaminhamentos votados e não cumpridos, abre-se a palavra aos camponeses, para que estes relatassem suas experiências. Sem dúvida, este foi o melhor momento do ENTOES. Pelo menos, conseguiu-se ouvir a experiência viva dos trabalhadores pela sua própria voz. Mas, infelizmente, durou pou-

co. Logo a seguir, quando iniciava-se novamente a discussão sobre o futuro do ENTOES, o caldo voltaria a entornar.

Algumas tendências políticas presentes, excessivamente preocupadas em não fazer do ENTOES embrião de uma nova entidade de massas, mostraram toda sua técnica de como fazer para que uma plenária nada decida. Questões de ordem e encaminhamento se sucediam; encaminhamentos eram bloqueados por pedidos de "esclarecimento", particularmente em cima da marcação da data para o segundo ENTOES. Uma corrente defendia que este deveria se realizar antes do CONCLAT (Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, prioritariamente organizado pela Unidade Sindical); outra, que o IIº ENTOES se realizasse depois do CONCLAT. Temerosos de perder posição, os adeptos da segunda proposta pressionaram tanto que acabaram conseguindo seu intuito: a renúncia do presidente da Mesa, a balbúrdia no plenário, e o seu posterior esvaziamento.

A partir daí, as discussões seguiram, propostas eram aprovadas, mas o final do ENTOES não poderia ter sido menos frágil: os trabalhos da plenária foram encerrados porque só restavam presentes menos de 150 delegados no final da tarde de domingo.

Apesar de ter sido aprovada uma plataforma de lutas, for-



Plenário tumultuado do Encontro

mada por pontos genéricos (reajuste trimestral, estabilidade e garantia no emprego, fundos de greve, extinção do imposto sindical; congelamento nos preços dos gêneros de 1ª necessidade; unificação das bases; salário mínimo unificado etc), e uma estrutura organizativa - comissões estaduais e nacional, eleitas por Estado num prazo de 60 dias -, é muito difícil que estas resoluções tenham al-

gum efeito prático. Mais que isso, o ENTOES não definiu eixos ou bandeiras unificadoras das lutas dos trabalhadores nacionalmente. A discussão das campanhas não foi feita, o que só desarma os seus participantes para uma ação comum a nível nacional.

Como saldo, fica a experiência. Não se organiza "no grito" um Encontro de Trabalhadores. Não é permissível que um

camponês viaje cinco dias, saindo do Pará para chegar ao Rio, e encontre disputas políticas de tendências com poucas raízes no movimento, a briga pela palavra, a manipulação de questões de encaminhamento, a irresponsabilidade na condução do processo. Como disse um trabalhador do campo "QUEM TEM BASE, NÃO FAZ BAGUNÇA". Falou e disse.

## E agora; que fazer?

Por Luiz Cunha

Que lições os trabalhadores devem retirar do ENTOES? A lição de que é impossível se reunirem porque alguns grupos políticos sempre vão aparecer para atrapalhar? Ou, ao contrário, a de que é preciso que eles se organizem ainda mais, para justamente evitar esta ação desorganizadora?

Os trabalhadores da cidade e do campo, presentes ao ENTOES saíram com um justo sentimento de frustração. Um Encontro tão longamente preparado e que provocou uma expectativa generalizada, não conseguiu retirar uma linha sequer de um combate articulado contra o peleguismo e a estrutura sindical. No entanto, este fato tem de ser cuidadosamente interpretado para que não se espalhe o desânimo entre os setores combativos do movimento sindical e para que não se dêem passos atrás na articulação de uma corrente sindical nacional, efetivamente comprometida com as lutas dos trabalhadores.

### Marco histórico

O ENTOES é um marco

histórico no movimento sindical brasileiro. Pela primeira vez, desde o golpe de 1964, centenas de trabalhadores da cidade e do campo, puderam se reunir desejosos de falar das dificuldades de suas lutas por uma organização sindical autêntica e das vitórias que vêm conseguindo. No entanto, a falta de uma experiência pesou bastante. É com dificuldade que os trabalhadores vão tecendo o fio de sua organização nacional, após tantos anos de dura repressão do governo e da burguesia. Por isso, não foi ainda neste ENTOES que os trabalhadores conseguiram impor seu ritmo e retirar dele indicações precisas para uma atividade de organização sindical pela base.

Por outro lado, algumas características do Encontro pesaram bastante para dificultar seu sucesso. O Encontro reuniu trabalhadores urbanos de diversas categorias e trabalhadores rurais, com um nível de preocupação extremamente diferenciado. Para um Encontro desta natureza, é desejável que haja a maior preparação prévia possível para que ele assumia um caráter essencial-

mente deliberativo. É desta forma que deve se encarar a realização do CONCLAT (Congresso das Classes Trabalhadoras), marcado inicialmente para fevereiro de 1981, mas que, pela proximidade da data, deve ser adiado a fim de não comprometer sua democracia. É desejável haver encontros regionais e nacionais por categorias, além de encontros regionais únicos, onde as especificidades de cada setor sejam de fato contempladas e onde os trabalhadores reforcem sua perspectiva de articulação nacional.

### Duas posições

Uma outra questão a ser resolvida pela base do movimento sindical, é a de como comprometer a "Unidade Sindical" (articulação intersindical existente em alguns Estados brasileiros) com as lutas dos trabalhadores. O ambiente tumultuado do ENTOES não permitiu que seus participantes definissem uma posição sobre esta questão. As discussões nos grupos deixaram aparecer duas visões: a primeira, colocando corretamente a partici-

pação na U.S., "defendendo sua ampliação às associações profissionais, com a participação das bases e lutando por mais participação dos sindicatos combativos e dos ativistas de base de cada categoria, eleitos em assembleias e órgãos intersindicais". Esta posição implica em que os trabalhadores conscientes ajam nas bases de suas categorias para forçar o aparelho sindical a assumir de fato as lutas que mais interessam ao conjunto e através das quais os dirigentes pelegos mostrem na prática a quem servem.

A segunda visão, insiste num combate de princípio à U.S., vendo nela "um instrumento que vem servindo à uma prática cupulista, burocrática, pelega e autoritária e que por esse caminho pretende se transformar num comando ou numa Central Sindical sobre controle dos reformistas e pelegos".

Que muitos dos membros da U.S. já manifestaram abertamente o desejo de reeditar a CGT, de triste memória, é inquestionável. No entanto, para um ativista sindical consequente, a questão não se resolve aí. O caminho para uma CUT

democrática, autônoma e de massas passa pelo desenvolvimento de todos os elementos positivos existentes na realidade do movimento sindical. Se alguns sindicatos já sentiram a necessidade de uma articulação comum para encaminhar melhor sua intervenção na luta dos trabalhadores, o dever elementar dos sindicalistas consequentes é atuar na mobilização das bases, visando que se estabeleçam uma fiscalização e um controle da ação dos dirigentes, especialmente os pelegos.

O nível de organização sindical dos trabalhadores brasileiros não pode ser idealizado. A articulação da U.S. tem de ser vista em seu aspecto contraditório: uma articulação majoritária de pelegos e reformistas, que foram levados a isto, tanto para se defender de uma pressão democratizadora das bases, quanto para ter de responder às demandas econômicas e políticas impostas pela luta dos trabalhadores. Ao ativista sindical consequente, que não busca facilidades enganosas para sua atividade, cabe tomar a U.S. como um dado do atual estágio do movimento, lutar por sua democratização e ação

classista, com base num programa de lutas que unifique e reforce o movimento, desmascarando o peleguismo e seus aliados.

### O perigo da fragmentação

O insucesso do ENTOES terá implicações negativas para a aproximação que se vinha dando entre os sindicalistas autênticos e as oposições sindicais? Após o Encontro, essa preocupação tomava conta de muitos dos participantes. Alguns profetizavam que haverá um recuo deste grupo (formado ainda pelos militantes operários das comunidades de base da Igreja) para a articulação do chamado "Encontro de São Bernardo", o qual se mostraria bem menos receptivo ao diálogo com as oposições.

Este é um perigo que corre o movimento, mas que ele tem de saber contornar, principalmente agora que a tarefa de realização de um CONCLAT amplamente democrático, deve mobilizar o concurso de todos os setores sindicais ou não, interessados nas lutas dos trabalhadores.

## Representante Sindical

## Metalúrgicos repudiam manobra da Volks

Anunciada bombasticamente, a proposta de criação de uma representação dos empregados, não "colou" entre os metalúrgicos de São Bernardo. Na porta da fábrica e nas assembléias, a manobra da empresa é respondida com uma palavra de ordem: "boicote".

Por Vilma Amaro

A Volkswagen, que muitas vezes barrou o trabalho da imprensa quando estavam em causa problemas ligados aos trabalhadores, teve curiosamente uma atitude diversa no dia 10 de setembro. Convidou editores dos grandes jornais para um almoço, através de seu presidente, Wolfgang Saeur, fez um anúncio-bomba. A partir dessa data ficava instituída na empresa a representação dos empregados que foi imediata e tendenciosamente confundida pela TV Globo e a grande imprensa como a concessão do delegado sindical.

No mesmo dia, à tarde, os dirigentes metalúrgicos de São Bernardo do Campo, reunidos na sede do Fundo de Greve (a rua Alferes Bonilha 47) tratavam de desfazer o equívoco. A Volks não concedera o delegado sindical, uma antiga reivindicação dos trabalhadores, incluída em todas as pautas de negociações nos últimos anos. Ao contrário - esclarecia Luis Inácio da Silva - a empresa acabava de criar uma "comissão de colaboração", o que não deixava de ser, no entanto, uma nova tentativa de golpe contra o sindicalismo independente do ABC.

Para Lula, o fato de a empresa ter estabelecido um total de 17 representantes em sua fábrica de São Bernardo, sendo 7 sindicalizados, outros 7 não sindicalizados e outros três mensalistas, já dá uma idéia de suas pretensões, pois a maioria caberá, teoricamente, ao setor menos consciente (10 contra 7) Some-se a isso, o fato de a empresa exigir vínculo empregatício superior a cinco anos para que o funcionário possa ser candidato, barrando, dessa forma, o acesso à comissão de novos quadros do sindicalismo. Nas atribuições da referida comissão de representantes, também não consta a questão salarial, o que na opinião de Lula indica o caráter que terá esse novo mecanismo de controle criado pela Volks: ficará restrito a problemas de produção.

Lula definiu, aliás muito simplesmente, o que significa a Comissão: "o que é bom para a Volks e bom para o ministro do Trabalho Murilo Macedo, não pode ser bom para o trabalhador". E não deixou por menos: "todo metalúrgico que participar dessa comissão será considerado traidor da categoria".

Mas a próxima companhia também já tinha tomado suas providências para impedir que qualquer elemento combativo participasse das eleições para a comissão. Um dia antes de anunciar a nova medida, demitiu o ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, Devanir de Carvalho.

Quase todos os ex-diretores do Sindicato dos Metalúrgicos se manifestaram contrários à medida.

### Não vingará

Para Gilson Correia de Menezes, presidente do Fundo de Greve e que viveu uma experiência semelhante na Scania (quando a empresa criou uma comissão de cooperação, em 1978), a proposta não vai vingar. "No começo, chegaram a confiar nas possibilidades da Comissão, mas depois

esse instrumento ficou desmascarado, principalmente quando a Scania forçou uma queda de 17 por cento nos salários, utilizando-se de sutis mecanismos com o respaldo da referida Comissão."

Para Gilson, a iniciativa da Volks, no mesmo esquema já utilizado pela Scania, é mais uma tentativa das multinacionais e do Ministro do Trabalho para criar o sindicalismo paralelo.

Na opinião de outro ex-diretor, Djalma de Souza Bom, "negar ao Sindicato o papel de intermediário entre a empresa e os trabalhadores é querer praticar o sindicalismo paralelo e esfacelar o movimento sindical". Djalma considerou também a medida anti-democrática, pois no seu item 15 estabelece que só a companhia "poderá a qualquer momento, alterar ou complementar disposições" da resolução. Só este item já é suficiente, ao seu ver para se avaliar a honestidade da empresa. E, para bom entendedor, meia palavra basta.

### Assembléia repudia

A posição da direção sindical foi endossada pelos trabalhadores durante as assembléias realizadas no Largo da Matriz de São Bernardo, na sexta, 19 (duas reuniões) e no sábado, 20, pela manhã. Assim como já ficou evidenciado nas idas à porta da Volkswagen, os metalúrgicos presentes aprovaram a proposta apresentada por Lula, repudiando a formação da comissão de colaboração da multinacional alemã. "Boicotar as eleições" foi a determinação final.

## opinião

### Uma injeção de democracia

Por Carlos Costa

O que significa "diálogo" e "democracia" para a Volkswagen? O que se pode esperar do novo sistema de representação operária recentemente anunciado por essa empresa? Apesar do entusiasmo de Murillo Macedo, do "Jornal da Tarde" e de muitos empresários, o novo sistema de representação não deixa de ser um não disfarçado ataque ao sindicalismo autêntico de São Bernardo. Em vez de atender às reivindicações legítimas dos operários durante a greve de abril-maio, a Volkswagen aproveitou-se das forças da repressão para levar operários seus à fome. Depois da volta ao trabalho, mandou embora os diretores do sindicato e, nos dois meses seguintes, mais de 900 operários. Também aproveitou o interventor para introduzir mudanças nos horários de trabalho, já rejeitados pelos operários.

E, depois de tudo isso, a Volks quer o diálogo. Não um diálogo de verdade. A Volks impôs um "canal de comunicação" para que a gerência possa ficar mais alerta às queixas dos operários. Nem mais nem menos. O novo esquema só se destina a este fim, e a Volks colocou fortes obstáculos para que os "representantes" dos operários e a comissão dos representantes não se tornem órgãos de luta. A repartição da representação: 7 horistas não sindicalizados, 7 horistas sindicalizados e 3 mensalistas na fábrica de São Bernardo - garante que as lideranças naturais, que se encontram entre os operários sindicalizados sejam uma permanente minoria. Um tempo mínimo de casa de cinco anos para os representantes assegura a predominância dos puxa-sacos e dos acomodados e o esquema só é implantado agora, justamente após a expulsão de muitos militantes.

A Volks não está arriscando muito. Os representantes têm a função de comunicar à direção as opiniões e as sugestões dos operários. Se forem além dessa função podem ser destituídos (e portanto demitidos) por uma comissão de sete, dos quais três serão nomeados pela companhia e o quarto será o Diretor de Relações Industriais em pessoa! Colocar cartazes, defender os operários, juntar as reivindicações às de outros representantes sindicais, andar em outras seções da fábrica, etc - e o representante vai para a rua. Tudo muito bem controlado: e, se não

funcionar ainda assim, a Volks tem reservado o direito de mudar o sistema!

Mas por que essa súbita vontade de dialogar? Seis anos atrás, o tipo de diálogo que interessava à Volks era aquele entre os militantes e o DOI-CODI, mas hoje em dia a situação mudou. Nem a intransigência absoluta dos patrões, nem a intervenção no sindicato, nem os processos contra seus líderes consegue derrubar o sindicalismo autêntico de São Bernardo. Ele vive e cresce, longe de desaparecer, Lula e a ex-diretoria permanecem ainda sendo os únicos líderes reconhecidos pelos operários da indústria automobilística. Ameaçada pelo crescimento da força dos operários e pela eficácia da atuação sindical no terreno não salarial, a Volks tenta reagir. Ela quer marginalizar o sindicato e resolver os pequenos problemas na expectativa de, com isso, terminar por conter a mobilização e a revolta com relação aos grandes. Ameaçada pela crescente organização do sindicato dentro da fábrica a Volks quer acabar com ela conjugando a força (dispensas em massa) com o paternalismo (o sistema de representação). Com isso, visa também fortalecer a ala reacionária do empresariado e conter a pressão das firmas que se sentem obrigadas a negociar com os líderes autênticos da classe operária.

Os candidatos para as vagas dos sindicalizados, não precisam ser líderes autênticos. Qualquer puxa-saco sindicalizado pode ser candidato e não existe prazo mínimo de sindicalização (só existe prazo mínimo de casa). Todas as regras eleitorais serão determinadas pela gerência da empresa e é possível que haja uma "lei Falcão" da representação operária para limitar o apelo das lideranças militantes.

Entretanto, é possível usar o novo sistema - ou para desmascará-lo ou para utilizá-lo para reivindicar mudanças. A Volks está preocupada com a revolta e a força dos operários e estas não serão contidas por uma representação atrelada e inoperante.

Dentro e fora dessa representação, a tarefa dos militantes operários continua a mesma - fortalecer as bases e lutar por melhores condições de trabalho e de exercício da atividade sindical.

## A nova tática do velho pelego

Bem assessorado, Joaquim dos Santos Andrade, assume uma postura mais dinâmica e "audaciosa".

Por Tom Duarte

Um dois, três, quatro, milhão: Joaquinzão, Joaquinzão!!! Quem comparecer à primeira assembléia da campanha salarial dos metalúrgicos de São Paulo, certamente notará algumas novidades em comparação ao que ocorreu no ano passado. Não só o cinema é outro, - ainda que no mesmo bairro, o Brás - do velho cine Piratininga passou-se ao carcomido cine Rox, obrigando os trabalhadores que vêm das zonas sul e oeste a atravessarem o viaduto do largo da Concórdia. Certamente se surpreenderá ao ver que, ao contrário das vaias unânimes de 1979, Joaquim dos Santos Andrade, o arquipelego que assumiu a direção do Sindicato da capital, no caminho aplainado pela intervenção governamental, que praticamente desca-beçou os militantes mais combativos da entidade (ele próprio, por sinal, foi interventor em Guarulhos) terá toda uma claque a seu favor.

Joaquinzão, Joaquinzão!!! Em vez de mil, que o mandava à puta que pariu, de 1979, terá o milhão, de

1980 que rima com o aumentativo de seu nome.

Não só a inflação justifica essa multiplicação. Os tempos são outros, a tática do pelego mudou. Não mais a postura passiva da campanha passada, quando deixou o comando praticamente entregue às Oposições Sindicais, apostando no fracasso da greve insistentemente preparada e jogando com o suicídio político dos militantes mais combativos. Não mais o imobilismo, tão característico dos que como ele tem servido de sustentáculo à estrutura sindical corporativista: o distanciamento da base sindical, a ênfase apenas no assistencialismo. O jogo é muito mais alto, e o presidente do maior sindicato da América Latina sabe disso.

### Comissões de Fábrica

Assessorado por uma equipe de sociólogos, jornalistas, economistas regamente paga, com o apoio amplo e irrestrito de reformistas e

carrapatos que, inegavelmente, têm contribuído grandemente para construir a nova imagem, a direção dos metalúrgicos da capital, de súbito, sofreu um acesso de dinamismo. Reuniões de fábrica foram feitas às dezenas, e resultando na formação de grupos de fábrica (Joaquim que se orgulha de ter núcleos organizados nas 50 principais empresas metalúrgicas de São Paulo, distribuiu carteirinhas de representantes para 1.500 trabalhadores), cursos intensivos de formação sindical foram dados no sítio do Sindicato, em Mogi Guaçu, ciclo de conferências se estende durante semanas, às quintas feiras, no prédio da rua do Carmo, sede da entidade.

Como coroamento desse trabalho prévio à campanha, uma grande reunião, no domingo, 14 de setembro, no sítio de Mogi. Ali, 800 trabalhadores escolhidos a dedo aprovaram, em princípio, o elenco de reivindicações a ser apresentado à assembléia, a decisão de constituir e praticamente fechar a Comissão

de Salários, com representantes das fábricas. E, de quebra, o lançamento oficial da campanha de difamação aos trabalhadores de oposição. Aliás, são muito sugestivas as versões de uma música insistentemente cantada na ocasião: "Este ano não / Acabou tudo para a oposição / não tem mais colher de chá para ladrão". E mais adiante, num verdadeiro "sinal verde" às agressões físicas: "Este ano não / Oposição: você vai entrar no pau / se fizer o jogo do patrão."

### Evitar a provocação

Em meio à agressividade (em todos os sentidos) da diretoria pelega, a posição das Oposições Sindicais é, sem dúvida, delicada. Da sua habilidade em evitar o confronto e não cair na provocação do pelego, dependerá o seu sucesso ou fracasso. Por exemplo, atitudes como as adotadas por certos setores que encaminham uma perigosa prática paralela, só podem reforçar as

acusações de divisionismo feitas por Joaquim e seu bando. Querir tirar na marra boletins em nome de fantasiosas Comissões de Mobilização, à revelia das assembléias sindicais como aconteceu na zona sul é, na certa, botar azeitona na empada do pelego. Além de tudo, é desrespeitar a própria democracia interna das oposições, pois o que fora aprovado, no máximo, tratava-se da constituição de uma comissão encarregada de encaminhar a campanha na região.

Da mesma forma, a atitude de negar-se a distribuir os boletins do Sindicato convergem no mesmo sentido. Sobretudo, considerando-se que na maior parte, as propostas de reivindicações a serem levadas pelos pelegos podem ser assumidas tranquilamente: 20 por cento de aumento sobre o INPC, salário piso profissional de Cr\$ 13.950,00 (ou Cr\$ 50,00 a hora), reajuste trimestral de salários, garantia no emprego e representação sindical, com estabilidade, na empresa.



Joaquinzão, o pelego

Enfim, a sobrevivência da oposição depende da sua capacidade em readequar-se diante da nova tática de Joaquim dos Santos Andrade. Chamá-lo de pelego apenas não adianta nada - o buraco é bem mais embaixo. É saber disputar com ele a hegemonia perante a categoria, nas fábricas e nas assembléias. E levar a luta, avançando onde certamente ele recuar, evitando suas traições e transações com os patrões, desnudando sua "combatividade" de fachada e meramente retórica.

Memória presente

## Aos mortos e “desaparecidos”

Agosto e setembro: 47 pessoas mortas e “desaparecidas” pela ditadura militar.

Agosto:  
17 vítimas

**BENEDITO GONÇALVES** - Operário metalúrgico. Morto pela Polícia Militar em agosto de 1979, quando participava de um piquete de greve em frente à Cia. Siderúrgica Paim, em Divinópolis, Minas Gerais.

**ORACÍLIO MARTINS GONÇALVES** - Operário da Construção Civil, assassinado durante a greve em agosto de 1979, atingido pela Polícia Militar mineira durante passeata

**BENJAMIM DE OLIVEIRA TORRES** - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Preso em agosto de 1979, no Rio de Janeiro, pela equipe do delegado Sérgio Fleury, foi visto pela última vez sendo torturado no DOI/CODI-RJ.

**JOSÉ RAIMUNDO DA COSTA** - Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Ex-sargento da Marinha. Preso no dia 5 de agosto de 1971, pelo DOI/CODI-RJ e assassinado, sob torturas, no mesmo dia.

**FREI TITO DE ALENCAR LIMA** - Frade dominicano. Preso em novembro de 1969 pela equipe do delegado Sérgio Fleury, sob a acusação de pertencer à Ação Libertadora Nacional (ALN). Barbaramente torturado durante 40 dias. No dia 11 de dezembro, levado para a Operação Bandeirantes (OBAN), atual DOI/CODI, após 2 dias de novas torturas, tentou o suicídio com uma gilete. Banido do país em 13 de janeiro de 1971. Frei Tito suicidou-se em 7 de agosto de 1974, na França.

**ISMAEL DE JESUS SILVA** - Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Preso no dia 8 de agosto de 1972 e levado para o 10º Batalhão de Caçadores de Goiás (atual 42º Batalhão de Infantaria Motorizada), onde foi torturado até a morte.

**DILERMANO MELO DO NASCIMENTO** - Preso no dia 13 de agosto de 1964, por ordem do Cel. Waldemar Turolo, chefe do IPM do Ministério da Justiça, foi interrogado até alta madrugada. Na manhã do dia seguinte, saltou por uma janela do 4º andar do Ministério da Justiça.

**RAUL AMARO NIN FERREIRA** - Militante anti-fascista, perseguido pelos órgãos de segurança desde o golpe de 1964. Engenheiro mecânico. Preso pelo DOI/CODI-RJ no dia 1º de agosto de 1971, morreu no dia 12 de agosto, em consequência das torturas.

**CELIO AUGUSTO GUEDES** - Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Morto sob torturas no 1º Distrito Naval do Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1974.

**JOSÉ JÚLIO DE ARAÚJO** - Militantes da AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN). Preso no dia 18 de agosto de

1972, em São Paulo, por agentes do DOI/CODI-SP.

A intensidade das torturas levaram José Júlio a conduzir os policiais a um suposto encontro com companheiros seus metralhado pelas costas na Av. Teodoro Sampaio.

**IARA YAVELBERG** - Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Psicóloga e professora universitária. Morta no dia 20 de agosto de 1971, em circunstâncias ainda não esclarecidas, em Salvador, Bahia.

**AMARO LUIS DE CARVALHO** - Militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Líder camponês do Sindicato Rural de Barreiros, em Pernambuco. Amaro, cumpria pena na Casa de Detenção do Recife, onde foi assassinado por envenenamento em 22 de agosto de 1971.

**LUIS ANTONIO SANTA BÁRBARA** - Militante do Movimento Rev. 8 de Outubro (MR-8) Camponês. Morto na fazenda Buriti, em Brotas de Macaúbas, sertão baiano no dia 28 de agosto por agentes do DOI/CODI.

**OTONIEL CAMPOS BARRETO** - Militante do Movimento Rev. 8 de Outubro (MR-8). Camponês. Fuzilado em 28 de agosto de 1971, juntamente com Luis Antonio Santa Bárbara.

**MANOEL ALEIXO DA SILVA** - Militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Líder camponês do sertão pernambucano. Preso e assassinado sob torturas no dia 29 de agosto de 1973.

**JOÃO ALFREDO** - Membro das Ligas Camponesas de Sapé, na Paraíba. Desaparecido” desde o dia 29 de agosto de 1964, quando foi novamente preso.

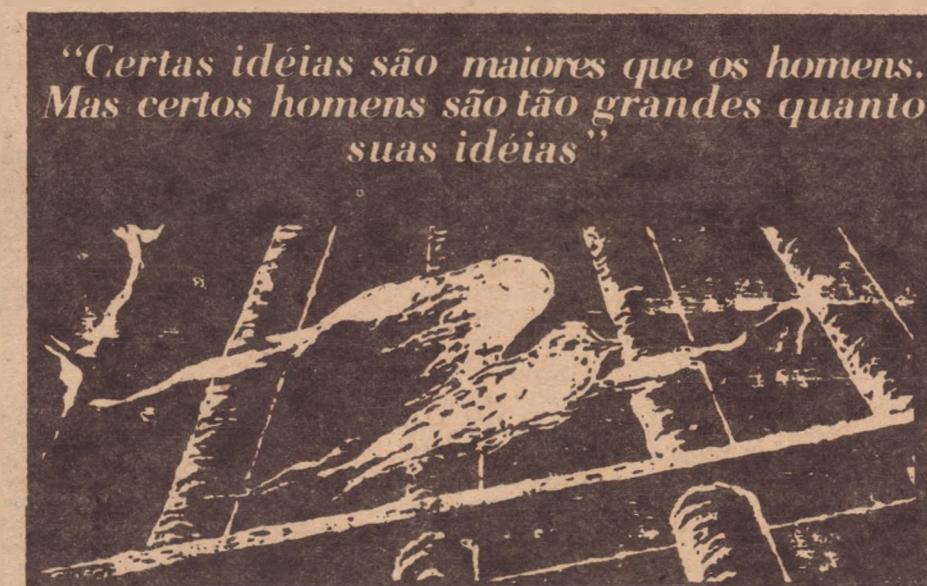
**LUCIMAR BRANDÃO GUIMARÃES** - Militante da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES). Preso e submetido a torturas, foi assassinado no dia 31 de agosto de 1970.

Setembro:  
30 vítimas

**LUIS EURICO TEJERA LISBÔA** - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Assassinado em 3 de setembro de 1972. Em 1979, o corpo de Luis Eurico foi localizado no Cemitério Dom Bosco em Perús, São Paulo, enterrado sob o nome falso de Nelson Bueno.

**JOSÉ WILSON LESSA SABAG** - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Fuzilado em 3 de setembro de 1969, em emboscada montada por agentes do DOPS-CENIMAR.

**ROBERTO CIETO** - Militante do Movimento Armado Revolucionário (MAR). Morto, sob torturas, em apenas algumas horas, na sede do CENIMAR, Rio de Janeiro.



“Certas idéias são maiores que os homens. Mas certos homens são tão grandes quanto suas idéias”

Com a frase acima, o Comitê Brasileiro pela Anistia, há tempos, lançou a luta pelo esclarecimento da situação dos mortos e “desaparecidos”, vítimas da repressão política no Brasil desde 1964, e pelo julgamento e punição dos responsáveis por estes crimes. O CBA/SP dando continuidade à campanha - importante sobretudo neste momento em que se faz cada vez mais patente a ligação dos aparelhos repressivos com o terrorismo e se coloca portanto na ordem do dia o seu desmantelamento como condição para a democratização - solicita aos órgãos da imprensa comprometidos com a luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita que, a cada mês, recordem e cobrem justiça pelos mortos e “desaparecidos”, através da publicação da lista dos nomes de todos aqueles cujo final trágico ocorreu no mesmo mês em curso.

A primeira lista, referente aos meses de abril e maio, foi publicada em nossa edição nº 108. A segunda, dos meses junho e julho foi entregue pelo CBA em final de julho e saiu na edição nº 111. Agora, o CBA acaba de nos entregar a terceira, contendo os nomes de todos aqueles que, desde o golpe militar, “desapareceram” nos meses de agosto e setembro.

A todos os que tombaram, nossa homenagem e o compromisso de levarmos a luta até o fim.

**EMANOEL BEZERRA DOS SANTOS** - Militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Assassinado, sob torturas, no dia 4 de setembro de 1973, no DOI/CODI de São Paulo. Segundo denúncia dos presos políticos de Itamaracá, Emanuel foi completamente mutilado, tendo-lhe sido arrancados dedos, umbigo, testículos e pênis.

**MANOEL LISBOA DE MOURA** - Militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR). Preso em 17 de agosto de 1973, por agentes do DOI/CODI de Recife. Trazido para São Paulo, foi assassinado no dia 4 de setembro, pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e por “Luis Miranda”.

**NELSON DE SOUZA KOHL** - Militante do Partido Operário Comunista (POC). Exilado na Argentina desde 1971. Em 1972

viaja para o Chile, onde é preso pela Força Aérea Chilena em 15 de setembro de 1973, “desaparecido” desde então.

**CARLOS LAMARCA** - Comandante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em 1971, Lamarca é localizado no interior da Bahia, juntamente com outros companheiros seus, sendo assassinado

**JOSÉ CAMPOS BARRETO** - Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Operário metalúrgico de Osasco. Assassinado junto com o Capitão Carlos Lamarca no interior baiano.

**PEDRO JERÔNIMO DE SOUZA** - Preso em 12 de setembro de 1975, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Assassinado, sob torturas, no dia 17 de setembro.

**JOSÉ FRANCISCO CHAVES** - Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Combatente da guerrilha do Araguaia, morto em combate no dia 29 de setembro de 1972.

**JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA** - Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Combatente da guerrilha do Araguaia, morto em combate em 20 de setembro de 1972.

**ANTONIO SÉRGIO DE MATOS** - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Assassinado por agentes do DOI/CODI São Paulo em uma emboscada, no dia 23 de setembro de 1971.

**EDUARDO ANTONIO DA FONSECA** - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Assassinado por agentes do DOI/CODI-SP em uma emboscada, no dia 23 de setembro de 1971.

**JOSÉ MANUEL MENDES NUNES DE ABREU** - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Assassinado por agentes do DOI/CODI-SP em uma emboscada, no dia 23 de setembro de 1971.

**LUIZ FOGAÇA BALBONI** - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Assassinado em uma emboscada montada pelos delegados Sérgio Fleury, Rubens Tucunduva e Firminismo Pacheco, do DOI/CODI-SP, no dia 24 de setembro de 1969.

**EDSON CABRAL SARDINHA (ou JOSÉ MARIA FERREIRA DE SOUZA)** - Militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Preso no dia 23 de setembro de 1970, pelo DOI/CODI-SP, morrendo em consequência das torturas perpetradas.

**HELENIRA REZENDE DE SOUZA NAZARETH** - Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Combatente da guerrilha do Araguaia. Morta a golpes de baioneta em 28 de setembro de 1972.

**JOSÉ MONTENEGRO DE LIMA** - Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Preso em 29 de setembro de

1975 e “desaparecido” desde então.

**VIRGÍLIO GOMES DA SILVA** - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Operário da Indústria Química de São Paulo. Preso em 29 de setembro de 1969 por agentes da Operação Bandeirantes (OBAN), atual DOI/CODI-SP. Assassinado sob torturas.

**CIRO FLÁVIO OLIVEIRA SALAZAR** - Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Combatente da guerrilha do Araguaia. Morto em combate em 30 de setembro de 1972.

**JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO** - Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Combatente da guerrilha do Araguaia. Morto em combate em 30 de setembro de 1972.

**MANUEL JOSÉ NURCHIS** - Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Combatente da guerrilha do Araguaia. Morto em combate em 30 de setembro de 1972.

**ROBERTO LANARI** - Militância política desconhecida. Engenheiro. Preso pelo DOI/CODI-RJ em setembro de 1971, e torturado até a morte. Sua prisão foi efetuada juntamente com outros integrantes da Ação Popular (AP).

**GUIDO LEÃO** - Operário metalúrgico. Morto em setembro de 1979, em Betim, quando participava de um piquete de greve em frente à Fiat, em Minas Gerais.

**ISHIRO NAGAMI** - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Morto em setembro de 1969.

**SÉRGIO CORREIA** - Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN). Morto em setembro de 1969.

**TULIO QUITILIANO** - Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Preso em setembro de 1973, no Chile, sendo fuzilado no Regimento Tacma.

**ANTONIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA** - Militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Combatente da guerrilha do Araguaia. Ferido em combate em setembro de 1972, foi levado para São Geraldo, onde foi torturado até a morte. “Desaparecido”.

**FELIX ESCOBAR** - Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Preso no final de setembro de 1971, por agentes do DOI/CODI-RJ, e levado para a Vila Militar.

**PAULO STUART WRITH** - Dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Sequestrado na primeira quinzena de setembro de 1973, em São Paulo e “Desaparecido” desde então.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE PRESOS POLÍTICOS, MORTOS E “DESAPARECIDOS” DO COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA SÃO PAULO.

# O divã e seus efeitos sociais

- O que é psicanalismo?

- O psicanalismo é um conceito um tanto polêmico. Trata-se de pensar o modo de ser da psicanálise, qual a sua função social. Fala-se de uma psicanálise verdadeira, pura, dura, que é aquela que se passa na relação dual psicanalista-psicanalisando, e que seria irrepreensível politicamente. Isto porque ela trata da exploração da problemática de um sujeito, de seus afetos, da subversão dele através do conhecimento de si próprio, etc. Ora, de outro lado, há a idéia de uma psicanálise traída, o campo em que ela é passível de ideologização e da qual ela mesma não pode ser responsável, na medida em que é captada pelo econômico, político e social. O que tentamos demonstrar é que, para o psicanalismo, tal dicotomia não existe. Para o psicanalismo, há uma relação essencial entre o que se faz na relação a mais pura, a mais ortodoxa exposta na psicanálise e seus efeitos sociais. Na relação dual começa um tratamento de problemas que se faz pela neutralização da dimensão sócio-política, em contraposição à colocação dos afetos, à explicação do que se faz em termos dos afetos, etc. Isto começa assim, e em seguida, efetivamente, é exportado para um círculo mais amplo, ou seja, para a instituição. Há uma continuidade entre o que se passa na relação analítica e o conjunto dessa conduta da psicanálise na sociedade compreendida em seus planos políticos, ideológicos.

## A interferência da psicanálise no real

- Você insiste que não há esta dicotomia?

- Sim, mas os psicanalistas não estão de acordo com isso. Há um conceito que serve ao psicanalista para não pensar a responsabilidade social e política dos efeitos de sua conduta: a noção de recuperação. Há um ponto suspeito na psicanálise. Pode-se demonstrar que tal conceito é ideológico, é defensivo, servindo para recusar uma análise da totalidade dos efeitos da psicanálise, que vai desde a relação dual até bem mais longe, quando por exemplo, um analista exterioriza sua mensagem, quer por rádio, TV, etc. É claro, isto é bem diferente da relação analítica, mas o que ele faz, efetivamente - o que ele transmite -, é uma interferência no processo de interpretação da realidade. Essa interferência é do mesmo tipo - não é a mesma coisa - daquela que se passa na relação dual. Por certo, tal espécie de corte entre um campo dito puro e outro impuro, o verdadeiro e o traído, é um pensamento religioso que pretende guardar dentro do real uma certa extra-territorialidade. A analogia com a história do cristianismo, ou com a história do marxismo pode ser feita. Na Igreja primitiva, por exemplo, tida como mais verdadeira e seus efeitos sociais: as palavras de um bom Jesus Cristo ou mesmo de Marx, e a institucionalização dessas mensagens. É nesse ponto que devemos nos deter e desconfiar do tipo de pensamento que a psicanálise passa. A psicanálise é uma descoberta, um trabalho sobre si mesmo na relação dual, mas é também um conjunto que abrange uma parte do real; como a Igreja é uma instituição e tem seus efeitos sociais, assim também a psicanálise tem os seus. Um efeito da psicanálise é o de colocar entre parênteses esse trabalho dual. Não chega a ser uma perversão tal fato, mas quando se transporta esse tipo de construção para outros espaços, como em indústrias, empresas, isto se torna um problema a pensar.

## O divã: uma instituição muito forte

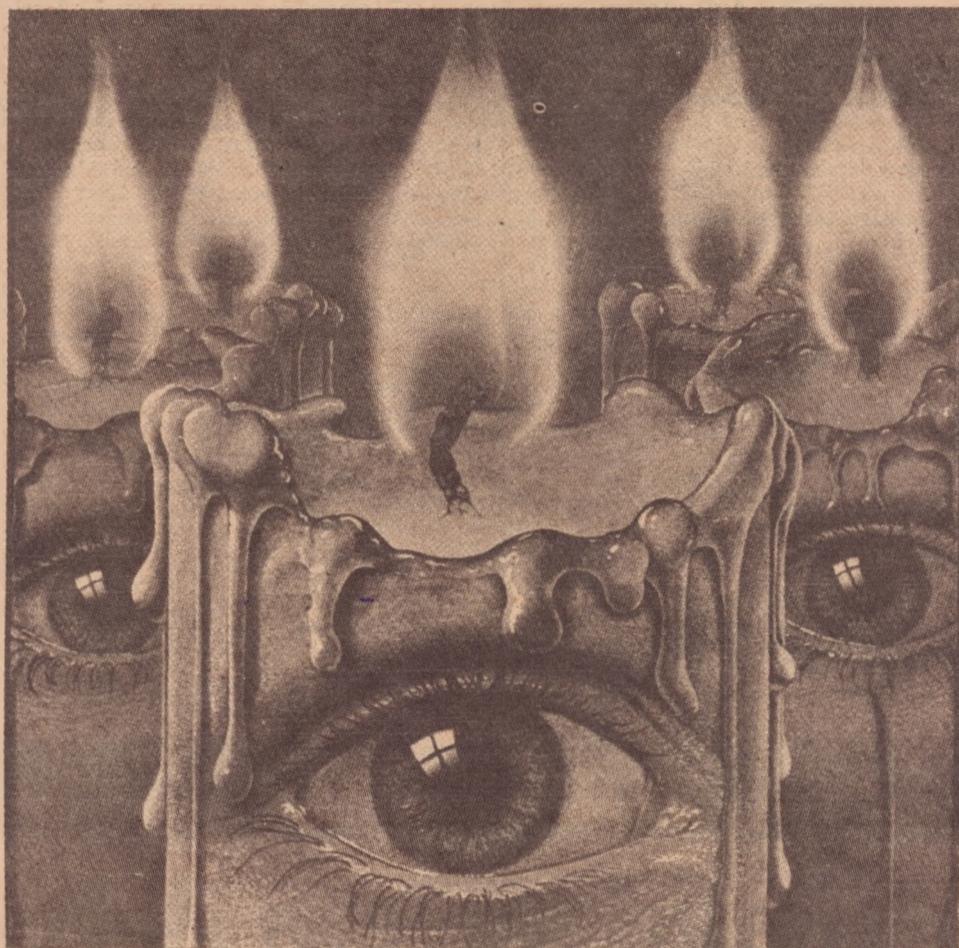
- Como pensar o inconsciente nesse quadro? Você acha que há lugar para uma instância pura que possa ser trabalhada numa relação dual?

- Mesmo Freud não pensava assim. A descoberta do inconsciente por Freud é a descoberta de uma situação experimental na qual pode-se manipular, analisar o inconsciente. O inconsciente freudiano (ou mesmo o lacaniano, talvez) não é uma instância que esteja fora de uma determinada situação, e isto, mesmo a nível mais material. Há uma instituição - o divã -, muito forte, que pretende operar de forma a reunir os cortes, as dissociações da vida cotidiana. Fala-se da sexualidade sem agir, há um rito de 3, 4 ou 5 vezes por semana, etc. Isto é algo muito ritualizado e Freud bem sabia disso e criou um dispositivo experimental tão bem cuidado, como o que o químico faz quando trabalha em seu laboratório, com seus fenômenos químicos, seguindo uma série de regras práticas, convenções. Traba-

ROBERT CASTEL, sociólogo francês de Vincennes, esteve agora no Brasil a convite da PUC-Rio.

Sua obra principal "O psicanalismo", traduzida aqui pela editora Graal, tem provocado muitos debates, uma vez que CASTEL coloca a psicanálise como "um novo tipo de poder que, recusando as características mais evidentes do exercício da autoridade tradicional, não é senão mais funcional com relação ao que é hoje requerido pelas novas formas de dominação". Entrevistado pelo EM TEMPO, ROBERT CASTEL - que nunca foi analisado e se irrita quando um argumento desse tipo vem à tona no debate - analisa alguns pontos básicos que já estão desenvolvidos em suas obras.

por Rachel de Andrade (\*)



ha-se com o inconsciente dessa mesma forma.

- A situação analítica tem algo de religioso? Você já havia abordado um pouco isso...

- Veja bem, Freud está longe de ser um espírito religioso. A psicanálise é um dispositivo científico. A religiosidade começa, exatamente, enquanto a psicanálise pressupõe um procedimento que, neste caso, implica um analista que interpreta, propaga e justifica suas descobertas. Através da história da psicanálise, podemos perceber um funcionamento religioso, um séquito religioso que se formou em vista de um mestre, em Viena, e a instituição psicanalítica com sua ortodoxia, seus anátemas, etc. É um funcionamento religioso, mas o dispositivo é científico. É um saber positivo - que se perdeu um pouco com Lacan e seu simbolismo. Mas aí já é um outro problema.

## A psicanálise não existe sem o liberalismo

- Que relações você faria entre a psicanálise e Estados totalitários e democráticos?

- Bem, penso que a psicanálise é uma prática liberal e necessita de condições liberais para seu exercício. Sob o fascismo ela tem problemas. A Argentina é um exemplo. Isto é importante para uma reflexão. Há um espaço para a psicanálise que deve ser liberal. A relação de serviço que pressupõe a prática analítica é a mesma relação de serviço que se coloca no campo médico, porém a psicanálise aparece como uma espécie de sublimação (no sentido psicanalítico do termo) da relação de serviço da medicina comum. A psicanálise tem necessidade do liberalismo para respirar e existir. Assim, os psicanalistas podem dizer "somos revolucionários", já que nas sociedades totalitárias "somos perseguidos". A

conclusão de que a psicanálise traz consigo a subversão, vem junto com tais afirmações. Ora, isto não é verdade. Sim, a psicanálise carrega em seu bojo valores liberais, mas não revolucionários. Há um deslocamento da linguagem política nesse sentido, quando se afirma uma posição política, mas não há uma ruptura nesse discurso, entre o liberal e o revolucionário.

- Quando Videla tomou o poder, os psicanalistas argentinos ou "foram sumidos" ou fugiram para outros países, inclusive para o Brasil.

- Sim, isto não prova o caráter revolucionário da psicanálise, apesar de ser um fato escandaloso. Simplesmente, a psicanálise só pode existir no liberalismo. Sob o stalinismo ela foi reprimida. Há condições sociais para a prática da psicanálise dentro do liberalismo, mas não há um funcionamento revolucionário da prática analítica.

- Não há psicanálise na URSS? E no bloco soviético?

- Na Iugoslávia houve, num primeiro momento, quando ela atravessa o que poderíamos chamar de "liberalismo-anarquista". Com o stalinismo essa prática liberal não pôde existir.

## A confiança no analista se paga, e é caro

- Você pode dar outros exemplos de práticas que, como a psicanálise, necessitam de condições sociais liberais?

- A medicina privada. Numa sociedade onde haja coletivização dos meios de produção não pode haver coerência se ela deixar um espaço para uma relação paga - como a psicanálise. Há os honorários, uma espécie de prestação (outro termo que usamos para medir a extração da

mais valia), há toda uma definição muito precisa da psicanálise como prática liberal. Um dos pontos que mais se aborda é que a psicanálise custa caro. Como toda profissão liberal ela custa, ela é paga, mas o fato de a psicanálise custar, e custar caro, soa como algo espetacular. Paga-se ao analista como se paga um excelente advogado, um médico de alto nível. A relação de serviço criada não é a mesma que se estabelece entre o mecânico que conserta seu carro, por melhor que ele seja. O que está em jogo é um contrato de confiança, já que não é simplesmente um carro que se conserta. Há uma idealização do profissional liberal, que não estabelece uma relação de amizade mas que, em se tendo uma relação profissional, a mola é a confiança. Isto só pode existir nas sociedades liberais. E a confiança se paga, e isto é normal, mesmo sendo muito cara. Há um certo discurso de esquerda que fala em socializar a psicanálise. Isto não vai ao fundo das coisas, pois não se coloca a estrutura liberal da psicanálise. Há um capital de saber, de confiança, que está em jogo.

- Dentro da divisão do trabalho poder-se-ia dizer que a psicanálise é uma prestação de serviço personalizada?

- Sim. A psicanálise exige um investimento muito grande. Ela é interminável. O não-término da análise, eu diria, é um "saber-narcisista" que tem chance de ocupar a vida, isto é, há um processo interminável que se desenvolve e ocupa a vida de uma pessoa.

## Fascínio e alienação da psicanálise

- Qual a diferença entre a psicanálise e outras técnicas psicológicas?

- É próprio da psicanálise dizer que trata de problemas não só patológicos, e isto as outras técnicas psicológicas também falam. É evidente que alguém delirante pode ou não estar em análise ou submetido a medicamentos, etc. Mas quanto ao quadro patológico específico, ele se modifica e passa a uma outra coisa. Uma vez tal acontecendo, o processo iniciado termina, se ele não for psicanalítico. O que é certo é que na psicanálise há uma relação entre psicanalista e psicanalisando que dificilmente passa a outra coisa. Frequenta-se o analista, no limite, como um "viver a vida", uma espécie de viver através do reflexo do divã. Há pessoas que passam a maior parte de sua vida contando sua vida e interpretando sua vida. Claro, isto é um tanto patológico... Há uma tentação que está inscrita na trajetória da psicanálise que leva a isso. Essa trajetória tende a uma neutralização, uma privatização da subjetividade. É uma forma refinada do psicologismo, uma tendência positivista em última instância.

- O que você diz pode estar mais ligado à França, onde a psicanálise predomina. No Brasil não há essa predominância. Ao contrário, há uma preferência pelas outras técnicas psicológicas, desde a "reicneana", passando pela gestaltiana, bioenergética, etc.

- Há muitas técnicas psicológicas como as comportamentais, manipulativas e que têm, ultimamente, entrado num certo modismo, como aquelas que manipulam o corpo, etc. Estas são mais pontuais. Há uma certa indicação e uma vez chegado ao objetivo ela termina. Há uma diferença entre tais técnicas e a psicanálise, mas não uma diferença de natureza, acredito. Na psicanálise há um prestígio, uma sedução, ela é fascinante. Algo como uma tarefa de vida. Como todo fascínio é alienante, o ideal tentador do "conhece-te a ti mesmo" é uma espécie de alienação. Nesse ponto a psicanálise tem seus efeitos sócio-políticos, como já procurei apontar.

## As novas técnicas psicológicas: para o pobre?

- No Brasil há técnicas que exercem maior fascínio do que a psicanálise. Alguns segmentos tendem a ver, inclusive, a psicanálise como algo ligado à direita.

- O que posso dizer é que todas as técnicas psicológicas são técnicas para os "normais", como se diz nos EUA. Trabalhar sobre a normalidade (e isto ainda é freudiano), tem sido a noção difundida pelas técnicas de tipo reicneana, gestaltaria, etc. Há uma continuidade do trabalho freudiano, mas em etapas não patológi-

continua na página seguinte



Comemoração da vitória da Copa em 1958

## Cinema “Os anos JK”

por Helena Hirata

A fascinação é aquilo que não se descreve nem se analisa. Sob o fundo musical do antigo sucesso americano “Fascination” desfilam, portanto, imagens que indicam a internacionalização do capital na década dos 50 sem muitos discursos nem explicações: a visita de Juscelino aos Estados Unidos, o encontro com Nixon, a linha de montagem da Volkswagen e da Ford em São Paulo, as visitas à cata de tecnologia alemã para a importação de equipamentos industriais, tornada possível graças à Instrução 113 de Café Filho.

Alternando com classicismo entrevistas atuais a cores com documentos da época, “Os anos JK”, de Silvio Tendler, traça uma visão panorâmica dos últimos 35 anos da história brasileira (o documentário se abre com o discurso de Prestes na legalidade, em defesa da carta constitucional de 46), tendo como fio condutor a trajetória política de JK, cuja personalidade o filme exalta, apaixonado, e cujas obras ele mostra, fascinado, desde seus primeiros passos como prefeito mineiro: de 41 à Frente Ampla de 66, e o acidente de automóvel rompendo seu exílio político sob a ditadura militar brasileira em 76 (cenas particularmente impressionantes do período: o quebra-quebra do povo contra a polícia no enterro de Vargas, a intencional de Santarém após a posse de JK - “a extrema direita mobilizando índios na defesa da democracia liberal”).

A rica sequência de imagens

que se segue febrilmente como os anos JK - “50 anos em 5”, em particular a que antecede sua posse, mostra as múltiplas influências políticas e ideológicas que deram a tônica do que se convencionou chamar, posteriormente, “o desenvolvimento” de Kubitschek, essa ideologia de construção do Estado Nacional com vocação de massa por excelência, num período de industrialização acelerada; o nacionalismo e a manipulação estatal do aparelho sindical e do movimento operário características do varguismo e retomados nas manifestações a favor da indústria nacional em 57; o anti-imperialismo expresso em campanhas contra a instalação de bases militares americanas em Fernando de Noronha; o trabalho que se expressou eleitoralmente na aliança PTB (Goulart) e PSD (JK) em 55; a tese cepalina de que o desenvolvimento nacional é compatível com a penetração estrangeira, que o Estado enquanto agente primeiro da acumulação pode ser ajudado pelo capital estrangeiro; o populismo, tão bem captado na cena da entrevista com JK descrita por Marcos Pais (UNE), em que aquele lhe oferece a cadeira presidencial, sentendo-se no do Ministro da Fazenda para declarar: “é você quem sabe o que é melhor para a nação”, conselho patronal não isento de força, como se verá na sua atitude face às greves operárias. “Greve contra a justiça não existe: ou fazem a revolução e derrubam o governo ou o pau vai comer”.

Se o ritmo acelerado do crescimento do emprego industrial e urbano permitia um amortecimento dos conflitos de classes, o fortalecimento econômico e político da burguesia industrial ligada ao grande capital internacional vai minar e arruinar, progressivamente, o Estado integrador. JK desvia a atenção das massas para a construção de Brasília, revelando, simultaneamente, sua dimensão de Ludwig nacional: “sonhei a noite inteira com o palácio”. A Copa do Mundo (58) vem ajudá-lo nesse intento. Fogos de artifício, como as “caravanas de integração nacional” utilizando produtos da indústria automobilística local nascente, completam esse quadro.

Documentário que dá fome de outros ainda por fazer: as seqüências de greves dos marítimos e dos carreteiros no final dos anos 50, e sobretudo das greves de massa do período Goulart, lembram-nos que só vimos, das movimentações populares de 64, a ampliação cinematográfica de “Terra em Transe”. Além de filmes sobre “Os anos Goulart” a fome de outros enfoques: o filme de Tendler entrevista apenas personalidades políticas. Por que não entrevistar, agora, mulheres e homens, trabalhadores(as) anônimos, sobre a inflação, a crise e a euforia desses anos de auge do populismo? Após anos de pornochanchadas e amenidades, o surgimento de um documentário político como esse dá lugar a todas as esperanças.

### continuação da página anterior

cas, o que permite falar no mito do analista de esquerda, na vulgarização da psicanálise, na democratização dela, etc. É um sonho que está prestes a se realizar através das técnicas que se apresentam mais limitadas no tempo, menos exigentes, menos custosas, o que permite incluir um grande grupo de pessoas que estão marginalizados do processo analítico. Se pensarmos no reichismo na França, ele aparece como de esquerda, uma espécie de terapia mais política. Parece-me que essas técnicas difundem algo que está na psicanálise e que, sociologicamente podemos detectar. Há uma fascinação e um ressentimento contra a psicanálise, exatamente porque ela representa, ao mesmo tempo, uma promessa sedutora e alimenta uma barreira para chegar até lá. As outras técnicas tendem a, pode-se dizer, transpor a barreira, mesmo banalizando, talvez, todo o processo no qual a psicanálise se sustenta. A psicanálise se apresenta como uma miragem impossível. Essas novas técnicas tendem a ocupar um espaço que, no limite, poderíamos dizer tratar-se da psicanálise do pobre, um espaço onde os processos de trabalho estão também voltados sobre os desejos, descobrimento das próprias potencialidades, afetos, uma mistura de organicismo, maquinismo positivista, estrutura que já é dada pela psicanálise. A psicanálise não está democratizada. Ela é elitista

por definição. Sua democratização se dá via essas técnicas psicológicas, ao que me parece.

### Psiquiatria e Psicanálise

- O que você teria a dizer sobre o casamento psiquiatria-psicanálise?

- Posso falar da situação francesa. Rapidamente, nos começos dos anos 60, houve o movimento de reforma da psiquiatria, antes estruturada na pura intervenção, segregada aos hospitais, aos asilos, totalitária. A psicanálise ajudou a psiquiatria a se modernizar. Houve um deslocamento do tipo de relação estabelecido pela psicanálise, para a psiquiatria, inclusive tendo sido esta a política adotada pelo Estado francês. Houve uma renovação da psiquiatria, o que foi um papel importante da psicanálise, apesar de inconvenientes à maioria dos psicanalistas. A pretensão da psiquiatria a uma especificidade (desde sua origem ela pretendeu ser um ramo especial da medicina), encontrou seu referencial na psicanálise, que lhe deu uma tecnologia para se reorganizar como uma nova tecnologia de relação. Se o trabalho sobre o psiquismo é uma relação - uma patologia da relação - a psiquiatria não é uma medicina como qualquer outra. A psicanálise vai fundar essa idéia através da continuidade dos cuidados, da indissociabilidade entre o diagnóstico e a escuta do doente, da família do doente, da história pessoal do doente. Isto tudo foi o que a psiquiatria transportou da psicanálise e elaborou.

## mulheres

# A sexualidade em debate

Discutir a sexualidade é discutir a profunda miséria sexual da humanidade que acompanha as demais misérias forçadas pela sociedade de classes.

Ela não existiu sempre, como também não existiram sempre a propriedade privada, a família e o Estado. No entanto, esse debate apenas se inicia, principalmente nos países periféricos onde a exploração e a opressão assumem as formas mais selvagens. Isto não é casual, como também não é casual o desenvolvimento rudimentar de uma teoria sobre a família quando as teorias que dão conta da propriedade privada e do Estado estão muito mais à frente. Mas “a humanidade nunca se coloca problemas que ela mesma não possa resolver.” E é nesse sentido que espera-

mos estar contribuindo, de alguma maneira, para que esta resolução não surja demasiadamente tarde. (VP)

Participaram: Angelo Gaiarsa, terapeuta reichiano, autor da peça *Tratado Geral da Fofoca*, atualmente em cartaz no Teatro Anchieta, Marta Suplicy, sexóloga, participante do programa *TV Mulher*, onde responde cartas sobre sexualidade feminina; Thais Helena e Maria Tereza Verardo feministas da Associação das Mulheres, Cristina Calixto e Clarice Medeiros, do grupo *Ação Lésbico Feminista*, Sonia Calio, feminista ligada ao *Círculo de Mulheres Brasileiras na França*, de passagem pelo Brasil, Wagner Cardoso e Virginia Pinheiro pelo *EM TEMPO*.



Angelo Gaiarsa

Marta - Eu queria iniciar com uma pergunta que anda me incomodando ultimamente, e já que temos aqui a oportunidade de falar sobre o assunto eu gostaria de tentar esclarecer. A pergunta é a seguinte: até algum tempo atrás havia uma velada proibição de se falar em sexualidade tanto masculina quanto principalmente, feminina. Hoje estamos vivendo uma certa explosão de sexualidade, na TV, no rádio, nos jornais, nas revistas e no bate-papo diário. É claro que esta explosão não é gratuita, nada é gratuito, ela serve a alguma coisa. A que?

Tereza - Segundo Flávio Gikovate essa explosão de sexo é consentida no momento em que serve para ofuscar coisas importantes que andam acontecendo no momento, ou seja, o sistema lhe permite brincar de

falar de sexo porque para ele é conveniente que você se distraia e não perceba coisa mais importante.

Sonia - Eu acho, por experiência própria que uma pessoa que começa a se encontrar na questão do sexo começa a colocar em causa uma série de coisas. É uma situação que você cria, que você sente, é uma energia nova. É nesse sentido que o Gaiarsa diz, por exemplo, que hoje o sexo é uma questão muito importante a ser enfrentada. E é por isso mesmo que ele está tentando ser capitalizado.

Antes na televisão existia a propaganda da mulher vestida de noiva, hoje, existe a da mulher que mostra a bunda...

Gaiarsa - É muito diferente. A propaganda anterior era muito mais socializante e a favor do status-quo. Essa de

hoje duvido muito que seja.

Sônia - Claro. Isso não impede que a dupla moral permaneça em ambos. A mãe que aceita ver na TV a mulher mostrando a bunda, vai continuar pensando que sua filha tem que ir virgem para o casamento. É toda uma dupla moral que se joga com esse novo discurso que a família tem hoje.

Marta - A cabeça das pessoas mudou. A gente estava falando de revolução sexual que ocorre nas pessoas, e como elas mudam a partir disso. Gaiarsa, voce que lida com as cabeças das pessoas como você tem verificado isso?

Gaiarsa - Eu acho que o Reich é para isso um dos instrumentos mais importantes que eu encontrei embora ele seja apenas uma parte importante da minha filosofia.

Como instrumento de trabalho, trabalho corporal para a modificação psicológica não conheço nada melhor, nada mais inédito, nada mais eficaz. Para mim é a luz do sol. O problema é ter condições para fazer o trabalho como ele tem de ser feito. Isso esbarra outra vez no sistema. Vou dar um exemplo concreto: A maior dificuldade técnica do trabalho

corporal é ter naturalidade no contato. Ninguém no nosso mundo tem naturalidade no contato corporal. Eu duvido que alguém no nosso mundo tenha liberdade corporal. O trabalho corporal tem mil maneiras, não há limite para as possibilidades do movimento do corpo. O corpo humano é a forma mais clássica do universo. Não tem fim a possibilidade de movimento e portanto de dança, e portanto de relação.

### A maior dificuldade do trabalho corporal é ter naturalidade no contato

Quando digo dança sou muito genérico. Às vezes é uma dança de olhar, às vezes é de conversa, de música, do corpo na gesticulação, e às vezes é dança mesmo.

Marta - Eu gostaria de saber como que através do corpo e do erótico uma pessoa vai ser afetada nos seus outros comportamentos?

Gaiarsa - De uma forma espantosamente clara. Por exemplo: a função transformadora das carícias, a possibilida-

continua na página seguinte

## A sexualidade em debate



continuação da página anterior

de que as carícias tem de transformar a personalidade. A confusão maciça de tudo que se fez em cima do Reich é essa. Se o corpo está encolhido, preso, porque está machucado e assustado, trate-o bem. E quanto melhor você trata o corpo mais ele vai se soltando. E soltar quer dizer, ter liberdade de movimento. Essa é a função primária das carícias. Mas ainda estamos diante de muitas dificuldades para um trabalho corporal. Por exemplo: nenhum sistema de massagens que eu conheço, e eu conheço talvez uns trinta, faz massagens no perineo. Nenhum massagista toca nesta região quando faz massagem quando tudo indica que ela é a região que mais precisa ser tocada para ser conhecida, assimilada e integrada. Porque as pessoas tem um bloqueio brutal nesta área.

No plano mais geral, a comunicação, a revista está oficializando e carimbando tanto o erótico que ele está sendo especialmente aceito, cada vez mais com menos reserva e vergonha. Eu acho isso uma grande vitória, simplesmente porque está em todas as bancas, em todos os programas de televisão que hoje formam a opinião pública. Então a aceitação coletiva facilita absurdamente a transformação social e pessoal num ato só. Tornar imagem comum, frase comum, facilita a declaração "ah, então pode, é isso mesmo que eu senti, que eu queria e que eu gosto". Então o impulso e aceito, pode ser assumido e entrar na energética da personalidade e começa a dar força. Apesar de tudo o que eu disse, até hoje nunca fui chamado a polícia nenhuma. Acho que sou considerado não perigoso porque não faço parte de partido nenhum. Eu sempre tive o cuidado de me exprimir em termos de transformação social. Não falo em política, falo em revolução dos costumes, mas vou sempre na parte social. Talvez os políticos cometam o erro fatal do especialista.

Ele só vê política. Para a política é interessante esses valores e se o pessoal quer escorregar para sexo, "deixa que isso não tem importância, deixa a molecada se divertir". E eles vão se entubar direitinho.

Virginia - Mas essa visão também está mudando. Mesmo os políticos mais conservadores, dentro da esquerda, estão começando a achar importante discutir sexo.

Gaiarsa - O Reich acha, e eu não estou muito longe dele, de sentir o sexo como a própria energia da vida. É portanto a energia da personalidade e não uma das. A energia da personalidade não é tão metafísica quanto parece; se você fizer um pouco a fisiologia da couraça muscular do caráter verá o quanto ela pode ser resolvida pela carícia bem feita.

Couraça muscular do caráter resume todas as machucaduras, sustos e porretadas que eu levei e que me deixaram assim prevenido de tudo, contra tudo. Jeito de desencolher? Tenho

que ser bem tratado, e pronto.

Quanto mais genuinamente amoroso o gesto, mais rápido a fusão da couraça. Isto é, se eu vejo que o teu ombro está duro, se entro de técnico aqui ó, você abranda um pouco aí porque eu sou jeitoso mas você continua tão prevenida quanto eu estou se eu for o técnico e você a neurose.

Mas se eu entro em você, sentindo, entrando junto, você vai junto. E, às vezes, em cinco minutos resolve-se tensões espantosas.

Invariavelmente, quando uma região do corpo é tocada a sensação local é orgástica. Não pode ser de outro jeito. Você sente um orgasminho naquela região. A sensação imediata é essa. Vejam, não estou falando em teorias. Aliás todo mundo sabe disso. Todo mundo que já recebeu uma cariciuzinha bem oportuna sabe disso muito bem. "Você desmancha" que é a expressão do Reich. E esse "desmanchar" é amoroso por excelência. Quando você desmancha o medo e a raiva das pessoas elas viram amor puro.

*A energia da personalidade não é tão metafísica quanto parece: ela é a sexualidade*

Agora voltando. Tínhamos falado antes sobre a questão de que se está empurrando uma sexualidade artificial, assim, como um novo anestésico. A nova moda é trepar bastante.

Marta - Quer dizer, que o tiro pode sair pela culatra?

Gaiarsa - Eu acho que pode, não garanto que vai. Eu tenho muito mais convicção nos processos vitais do que nos processos inteligentes. Embora eu não descreia desses.

Marta - É, eu acho que pode, se a gente ocupa os espaços, com a permissividade que eles dão, fazendo as cabeças no sentido oposto.

Gaiarsa - É a velha história, todo mundo fala em massificação de hoje pois eu acho que o mundo de hoje é espantosamente rico para quem queira se individualizar. O que você tem como escolha de materiais, de objetos e situações para você se experimentar, é incrível. Isto é, os mesmos processos que massificam podem ser usados para a individualização. A simplificação vem depois. Primeiro eu tenho que estar concretamente rico se eu não sei o que é riqueza abstrata. Eu preciso primeiro experimentar de tudo antes de me desprender de tudo. Conquanto que não se entre na repetição da experiência. Isso é o ponto crítico principal. A minha esperança, quando eu espero que a permissão coletiva faça o pessoal exagerar e desbendar, porque eu acho que vão, é capaz que vire baderna total, mas daqui um ano ou dois eu espero que as pessoas consigam esse senso básico. Depois que você está bem cheio, você começa querer reinar um pouco.

Quando você deixa de ser um instinto você começa a fazer um pouco do sexo e não a acontecer sexualmente, naquele turbilhão, naquela ansiedade...

Marta - O que eu sinto é que hoje se usa o pênis e a vagina separada do corpo. Como enti-

dades. Quando é que a coisa vai chegar lá e se unir?

Gaiarsa - A mãe limpa a chochotinha da criança com álcool e o menino é com celofane. Ela tem celofane nas mãos quando limpa o pinto do menino. A grande mãe mata o pinto da criança. É a grande mãe que castra os homens.

Virginia - E com as mulheres como é que é?

Gaiarsa - A mulher tá assim de castração mais evidente e muito pior. Quase de corpo inteiro que é encoberto para não ser sentido e gostoso. As mulheres têm corpo para deixo, não para sentir. Pelo menos a pressão social é pesada nessa direção.

Virginia - Contraditoriamente, a grande contribuição para a repressão corporal na mulher, é dada pelo fato de socialmente

dor extremamente importante do outro. Eu quero dizer que qualquer pessoa que chega perto de mim, se eu estou em comunicação com os meus genitais, eu vejo essa pessoa, eu ouço a voz, e se eu puder eu pego na mão dela, e também lá em baixo vem uma opinião sobre a pessoa, eu não sei por em palavras, não é obrigatoriamente de atração, é uma resposta ao outro. É uma escolha genética lá no fundo, uma escolha da espécie entre outras coisas.

Virginia - Eu ainda não entendi se existe ou não existe uma diferença real nesse instinto, essa correspondência da mulher com o homem...

Gaiarsa - A educação do macho é profundamente deformante. A da fêmea é preponderantemente omissa, vazia.



ela ser um objeto sexual. Em primeiro lugar, o seu corpo vai ser olhado. Já o corpo do homem não se vê...

Gaiarsa - Realmente são poucas as mulheres que conseguem ver o corpo de um homem.

Virginia - Porque o homem não é um objeto sexual...

Marta - Como não?

Virginia - A mulher não consegue ver os movimentos num homem como movimentos sexuais.

*Quando um ponto do corpo é bem tocado você sente um orgasminho naquela região*

Gaiarsa - Vamos lembrar um detalhe que vem nas histórias eróticas proibidas nas revistas. O clássico umedecimento da vagina vendo um homem. Eu acho que basicamente é um fato verdadeiro. O que não quer dizer que ele é obrigatório. Que se não tem está errado. Mas ele é comum, é uma máquina indiscutível de excitação, inclusive a mulher pode perceber a excitação, como pode perceber só a umidade - que são coisas diferentes, eu quero acentuar. A repressão sexual não atingiu só a função sexual, atingiu uma função de avaliação da personalidade muito mais importante. Por exemplo: observando um macaquinho comecei a descobrir que ele tinha um comprimento do pinto para cada estado emocional. O pinto participava de todas as emoções dele, inclusive da fome, do sono, da excitação do medo e da raiva. O pinto era uma parte do corpo dele que agia com o resto, é óbvio.

Marta - Nós também somos como um macaquinho.

Gaiarsa - É, mas esquecemos disso. Quando nós perdemos o contato com os genitais, a gente perde não só o instinto da escolha sexual que é fundamental como a gente perde um avalia-

Marta - Você quer dizer que a mulher tem mais prazer na sedução, na conquista do que o homem?

Virginia - Não sei se ela tem mais prazer não, mas eu acho que ela tem mais necessidade disso para quebrar com a repressão.

Gaiarsa - Como biologista é preciso dizer que sim.

Marta - O que dá tesão na mulher é ela se sentir desejada?

Gaiarsa - A mulher espera uma relação um pouco mais individualizada do que o homem.

Marta - Outro dia eu li uma revista bem babaca com várias mulheres dizendo que o que mais as excitava era... ser desejada. Aquilo me chamou a atenção de tal maneira que eu fiquei pensando como se passava comigo, e em relação à minha experiência eu achei que talvez estivessem com razão, apesar de eu achar muito ruim que se dê desse jeito.

Tereza - Eu acho que não está errado, a mulher se excita mais sendo desejada, mas o que eu não concordo é que isso seja um dado biológico. Eu acho que é cultural...

Gaiarsa - Não é não! É tremendamente arcaico. São seis milhões de espermatozoides para um óvulo. Não quero brincar não! A natureza é uma força poderosa que nós ignoramos absurdamente. Eu sei o que é comportamento animal e humano e a rigidez das estruturas do comportamento. Os comportamentos da caça, de repouso, de dominação é todo determinado. A posição do coito é sempre a mesma. Os animais são relinhos de repetição de alta precisão. Aliás nós o somos também. Claro que nós podemos mudar muito, aceito isso, mas não podemos mudar qualquer coisa. O processo de seleção natural durante a reprodução é o principal mecanismo de transformação da espécie.

Sônia - O problema é que na nossa sociedade "ser desejada" pode ser substituído por "ser dominada". As relações humanas estão baseadas, hoje, infelizmente, num processo de correlação de forças. De dominante e dominado. É nesse sentido que eu acho que a questão de sexualidade, e no que isso reverte o tal de "gostamos de ser desejadas", vai realçar essa correlação de forças.

*A educação do macho é profundamente deformante. A da fêmea é omissa, vazia*

Gaiarsa - Dominação, dominador é dialético. Estão os dois envolvidos até o pescoço. Não tem culpado nem responsável. Eu dou o poder divino para um

tocarem, as relações de corpo de uma pessoa com a outra e tudo o mais. Agora, não me foge da cabeça que 3/4 da população trabalha 10 horas por dia e não tem condições de tocar seu próprio corpo, que só está a fim de descansar e dormir, precisa se ter tempo, condições de vida para se dedicar ao aspecto individual.

Gaiarsa - É tão importante acabar com o preconceito, quanto acabar com a miséria. Então eu penso na força de minha conceituação, na minha contribuição para acabar com esse preconceito.

Thais - Voltando à questão do desejo. Eu concordo que não existe nada de mal no desejar e ser desejada, mas tem um contexto social pejorativo se for uma opção fechada. A mulher só é desejada. Ora, se a mulher só sente prazer sendo desejada, como é que fica a questão do homossexualismo feminino?

Não existiria homossexualismo se nenhuma delas se desejasse.

Gaiarsa - Acho engraçado isso. Não sei porque a necessidade de formalizar a relação até ao nível verbal. Veja, e mais o teu jeito de falar, faz supor que alguém já sabe a resposta quando eu tenho certeza que ninguém sabe. Sobre o relato subjetivo da homossexualidade, que só é humano, nem o costume animal serve. O comportamento você pode descrever, mas a sensação você não pode.

*O erótico está sendo aceito, cada vez mais, com menos reserva e vergonha. Isso é uma vitória*

Thais - Então não é verbal também dizer que a mulher sente mais prazer ao ser desejada?

Gaiarsa - Eu ia te corrigir na hora porque eu não falei em prazer, eu falei em comportamento. O assédio masculino da fêmea é a cena mais clássica do mundo animal. Mas também não tem muito valor, por exemplo: a nossa posição "padrão" de coito é "papai e mamãe", de certo modo é absurdo biologicamente. Nenhum quadrúpede trepa assim, trepam de quatro e o macho por trás. Quem perde a sensibilidade dos genitais perde uma sensibilidade espantosa, não só na relação sexual, mas também na vida de todo dia e no sentir os outros. Se você tem sensibilidade, você não engole substitutivos. Você só engole substitutivos quando a sua sensibilidade é uma porcaria. Quando você tem sensibilidade não te passam gato por lebre não. A repressão sexual não é só castração. É a perda de uma sensação natural do que é bom para mim. E quando eu não sei o que é bom para mim, qualquer ideologia mete o que quiser na minha cuca vazia. Mas primeiro é preciso não estar interessado em nada. É isso se faz suprimindo a sexualidade na infância. Primeiro a curiosidade. Eu acho que o maior crime que se faz com as crianças é suprimir-lhes a curiosidade da pior maneira possível, com as respostas mais imbecis. A curiosidade é a sensibilidade visual, eu estou olhando para aprender a ver o que me interessa, ou não me interessa, mais do que saber o que é. A criança quer que você afirme que ela está percebendo, que você lhe reconheça a percepção, não a explicação.

que, sabe Deus, me domina porque eu sou fraco. Isso não é explicação. O que a mulher ganhou com a dominação?

Sônia - É o que eu estou dizendo. Eu na qualidade de dominada tenho uma série de traços característicos. Mas sem dúvida essa situação vai ser mudada.

Gaiarsa - Se nós dois mudarmos juntos.

Sônia - Não. Eu na qualidade de dominada vou botar em causa a minha dominação, questioná-la e tentar mudá-la. E impor uma outra situação que permita que os homens percebam e questionem isso.

Wagner - Eu compartilho dela, sendo homem. Eu acho que ao nível da experiência, do laboratório, você pode até estar certo, mas ao nível social não é isso que acontece. O grande problema aqui, na discussão, é de como a gente pode generalizar. Acho que isso inclusive, se restringe a certos setores sociais, toda essa "liberalização" que existe hoje em dia só vai poder "assimilar" gente como a gente. Eu queria dizer que a metodologia de abordagem que você tem é diferente da minha. Acho que seu trabalho é correto, mas ele se restringe à camada que compreendem e podem assimilá-lo.

A nível social, o que ela disse, prá mim é correto. Eu que me preocupo constantemente com isso, tenho dificuldade de sacar quando estou tendo um comportamento dominador, imagine a massa dos caras que não saca nada.

Gaiarsa - Não se esqueça que todos os nossos hábitos ruins, sociais, vinham já com a repressão social, e nós estamos discutindo a desrepressão social e a possibilidade dela.

Sônia - Eu concordo com o que você está falando, mas eu não me sinto incluída nisso. Assim como achei que no que penso você também não se sente incluído. Por exemplo: para mim é importante as pessoas se

# Lei Afonso Arinos: uma inutilidade

Uma sociedade autocrata e dominadora preocupa-se em capitalizar ao máximo, os efeitos provenientes do preconceito de raça e de cor. Isto se reflete também na forma e no conteúdo das leis, para além das intenções de seus autores.

Por Eduardo de Oliveira (\*)

Decididamente não vemos a quem possa interessar a simples enunciação, por vezes pomposa de inúmeros dispositivos legais, uma vez que, em certos casos, pela sua ambiguidade e absoluta falta de precisão normativa, fica impossível de se assegurar as garantias mínimas propostas por estes diplomas jurídicos.

E é este, exatamente, o caso da Lei n.º 1.390, de 3 de Julho de 1951, a que se convencionou chamar de Lei Afonso Arinos. Esta lei existe e inexistiu ao mesmo tempo.

Teoricamente, no papel, esta lei apresenta-se aos olhos de todos como um instrumento que proíbe, protege e defende os cidadãos brasileiros dos assédios, velados ou ostensivos, da discriminação racial e do preconceito de cor.

Na prática, porém - e a sua vigência aí está para confirmá-lo - esta lei tem sido de muito pouca utilidade aos que a ela recorrem.

Na verdade não pode mesmo interessar a ninguém a proteção de uma lei que pune a seus eventuais ou recalcitrantes contraventores com a multa ridícula de apenas Cr.\$ 15,00 (quinze cruzeiros)!

Como se estas falhas ainda não bastassem, esta lei, pela sua configuração dúbia e flexível, sempre foi e há de continuar sendo aplicada de conformidade com a interpretação de cada Juiz que, com base em princípios meramente subjetivos julgaria, apontando quando, como e onde houve a prática do preconceito de cor e da discriminação racial, que na maioria dos casos, atinge frontalmente e de maneira brutal e frequente aos negros brasileiros.

E assim apoiada numa legislação omissa, claudicante e contraditória, a nossa sociedade pode agir ou deixar de agir, orientando-se tão somente por critérios vagos e causuísticos, nada assegurando ou garantindo aos cidadãos que mais necessitam do abrigo das leis e da proteção do Estado.

Portanto, torna-se urgente pelo menos a abertura da discussão em torno da Lei Afonso Arinos, lei esta que os negros, em passeata pelas ruas de São Paulo, acabam de enterrar, ainda que simbolicamente, num ato promovido pelo Movimento Negro Unificado.

Do contrário, a persistir a sua permanência tal qual se nos apresenta hoje, equivaleria a consagração de usos e costumes de perigosos precedentes e aberrações sociais comprometedoras, possibilitando, inclusive, que indivíduos portadores de sentimentos ou complexos de superioridade racial, transitem e ajam livremente, contaminando a própria psicologia da alma brasileira, já que leis como esta, não passariam de meros biombos, atrás dos quais ocultariam-se o preconceito de cor e os próprios racistas contumazes e irrecuperáveis que melhor se identificam com o escravagismo do antigo regime monárquico que vigiu em nossa terra antes de 1889 e tanto infelicitou a comunidade afro-brasileira.

Na verdade, em termos substantivos, o que deve preservar e defender as garantias individuais, mormente ante a fragilidade ou mesmo inexistência de legislações específicas, é o Artigo de n.º 153 e seus respectivos parágrafos contemplados na Carta Magna Brasileira de 1969 como bem recomendam juristas do talento de um Dalmo Dallari. É curioso notar-se que nestas alíneas, também não se admitisse que o negro, pelo simples fato de ser brasileiro, estaria efetivamente amparado por estes dispositivos constitucionais, o que, na realidade, não acontece, conforme seria lícito de se esperar.

Tanto é que, de acordo com os fenômenos resultantes da convivência entre negros e brancos no Brasil, é fácil de se constatar que, apesar de haver decorrido mais de noventa anos da abolição do trabalho escravo, a população negra ainda permanece ocupando os patamares inferiores, compondo as camadas periféricas do sistema de



estratificação econômica, política e social deste país.

## Num país de formação plurirracial...

País este aliás, de formação plurirracial que, apesar de insistir por meio de suas elites dominantes, no sentido de convencer os seus concidadãos de que é verdadeira e irrefutável a existência, entre nós, de uma autêntica "democracia racial", não poderia, por isso mesmo, incorrer em tais erros de omissão, se realmente pretendesse criar e manter uma sociedade justa, pacífica e livre dos males decorrentes desse tipo de anomalias sociais.

Para o negro, o único componente das três matrizes que contribuíram basicamente para a formação de nossa brasilidade, e que fôra submetida a um longo e desgastante processo de escravidão, por encontrar-se ainda totalmente fragmentado em sua identidade racial, é muito difícil e penosa, a sua mobilidade ascensional, no instante em que se torna a comunidade afro-brasileira como um todo. Ainda hoje, invisíveis, mas reais mecanismos de controle ao alcance da ideologia racial dominante, aplicam e com relativa facilidade e sucesso, um poderoso e destruidor sistema de bloqueios, com vistas a manter os negros e seus descendentes dóceis e passivamente "em seu lugar". É inegável que o negro não é tão dócil e passível assim; isso não passa de um gratuito e ledó engano.

Entretanto, não se derrotam as instituições racistas e opressivas nem as pessoas portadoras do preconceito de cor ou racial com provocações ou insultos dirigidos contra indivíduos isoladamente. Não é censurando ou destrutando a pessoa do autor da Lei n.º 1.390, de 03 de julho de 1951, Senador Afonso Arinos de Mello Franco, pelo fato lamentável de seu diploma legal contra o racismo e a prática do preconceito de cor, não haver funcionado conforme os objetivos nele propostos, que devemos corrigir as suas falhas. Os negros como expressão dos cidadãos mais oprimidos e reprimidos deste país, e que lutam com honra mas sem ódio ou ressentimentos em seus corações, não pregam e nem empregam esse tipo de retalhamento porque sabem que denunciando os malefícios impostos pelos racistas sobre toda a população negra e acusando as leis injustas e mal elaboradas que regem as suas instituições é que poderão abrir caminho para o efetivo

estabelecimento de uma sociedade humana e plenamente igualitária entre nós, já que a nossa luta e a do Movimento Negro Unificado é feita no sentido de convencer os racistas, conscientes ou não, a mudarem de mentalidade e de comportamento; e isso só é conseguido dialogando franca e democraticamente com eles, de tal modo que as transformações se operem sem destruir ninguém.

"É preciso que se entenda", lembra-nos Florestan Fernandes, "que a desigualdade racial, em termos da "situação da raça negra", não representa apenas uma condição desvantajosa. Ela se ergue como uma verdadeira muralha, contra a qual se esbatem e anulam as esperanças mais fortes, ambiciosas e sadias da "população de

cor", ao que tomamos a liberdade de acrescentar, dizendo que somente um título legal terá poderes para corrigir estas desvantagens, desde o momento em que não deixe de levar em consideração essa visível e profunda "desigualdade racial" que se manifesta empurrando e mantendo o negro nesse estado da mais sombria, desesperadora e abjeta miserabilidade

## ...o racismo deve ser crime de lesa-humanidade

Não há dúvidas de que o dia em que admitirmos que a discriminação racial e o preconceito de cor, devam juridicamente deixar de ser simples contravenção para que a sua prática venha a ser tratada pela nossa sociedade como crime de lesa-humanidade, desnecessário se torna afirmar que, nesse momento, o legislador, o jurista e a própria consciência nacional deram um grande e decisivo passo na direção da implantação da verdadeira "democracia racial" e da distribuição da justiça no Brasil, fazendo com que a população negra desse País, deixe de ver as instituições com descrédito ou desconfiança, uma vez que a impunidade que hoje se verifica face a tais crimes efetivamente, deixará de existir.

Pois bem. Já não é sem tempo que a consciência nacional está no indeclinável dever de reunir, mais uma vez, o melhor de suas energias e de suas convicções cívico-jurídicas para colocá-las a serviço da elaboração de um texto de lei específica que efetivamente projeta também as prerrogativas do cidadão negro deste País das sanhas e maquinações dos racistas, e que por força de sua concisão, clareza e objetividade respaldadas num corpo de doutrinas de denso conteúdo moral e humano, implante e mantenha esse clima saudável de concórdia, liberdade e justiça igualitária em nossa comunidade multirracial, para que os fundamentos do princípio da legalidade seja um perene apanágio da civilização brasileira e a democracia racial, uma tangível e incontestável realidade.

(\*) Eduardo de Oliveira é professor universitário, advogado, escritor e membro da Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado.

## A íntegra da lei

Lei n.º 1390 de 3 de julho de 1951

Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

Art. 1.º Constitui contravenção penal, punida nos termos desta Lei, a recuar por parte de estabelecimento comercial ou de ensino de qualquer natureza, de hospedar, servir, atender ou receber clientes comprador ou aluno, por preconceito de raça ou de cor.

Parágrafo único - Será considerado agente da contravenção o diretor, gerente ou responsável pelo estabelecimento.

Art. 2.º Recusar alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três a um ano e multa de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Art. 3.º Recusar a venda de mercadorias em lojas de qualquer gênero, ou atender clientes em restaurantes, bares, confeitarias e locais semelhantes, abertos ao público, onde se sirvam alimentos, bebidas, refrigerantes e guloseimas, por preconceito de raça ou de cor.

Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 4.º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabelereiros por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias a três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 5.º Recusar inscrição de aluno em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Parágrafo único - Se se tratar de estabelecimento oficial de ensino, a pena será a perda do cargo para o agente, desde que apurada em inquérito regular.

Art. 6.º Obstar o acesso de alguém a qualquer cargo do funcionalismo público ou ao serviço em qualquer ramo das forças armadas, por preconceito de raça ou de cor.

Pena: perda do cargo depois de apurada a responsabilidade em inquérito regular, para o funcionário dirigente da repartição de que dependa a inscrição no concurso de habilitação dos candidatos.

Art. 7.º Negar emprêgo ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), no caso de empresa privada: perda do cargo para o responsável pela recusa, no caso de autarquia, sociedade de economia mista e empresa concessionária de serviço público.

Art. 8.º Nos casos de reincidência, havidos em estabelecimentos particulares, poderá o juiz determinar a pena adicional de suspensão do funcionamento, por prazo não superior a três meses.

Art. 9.º Esta Lei entrará em vigor quinze dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

# 20 de Novembro: Dia Nacional da Consciência Negra

Debate

Outubro: 50 anos da Revolução de 30

# Uma revolução burguesa "passiva"

Decorridos agora 50 anos desde os eventos de 1930 no Brasil, o seu significado mais profundo ainda permanece em alguma medida enigmático. No entanto, a ausência de grandes mudanças radicais eclodindo concentradamente num mesmo momento, não deve nos impedir de ver ali uma fase importante do longo - ainda que "passivo", para usar a terminologia de Gramsci - processo de revolução burguesa no país.

Por Joã Carlos Brum Torres

Cincoenta anos passados e a revolução de 30 ainda persiste como um acontecimento enigmático, cuja profundidade e "direção" histórica continuam sujeitas a controvérsia.

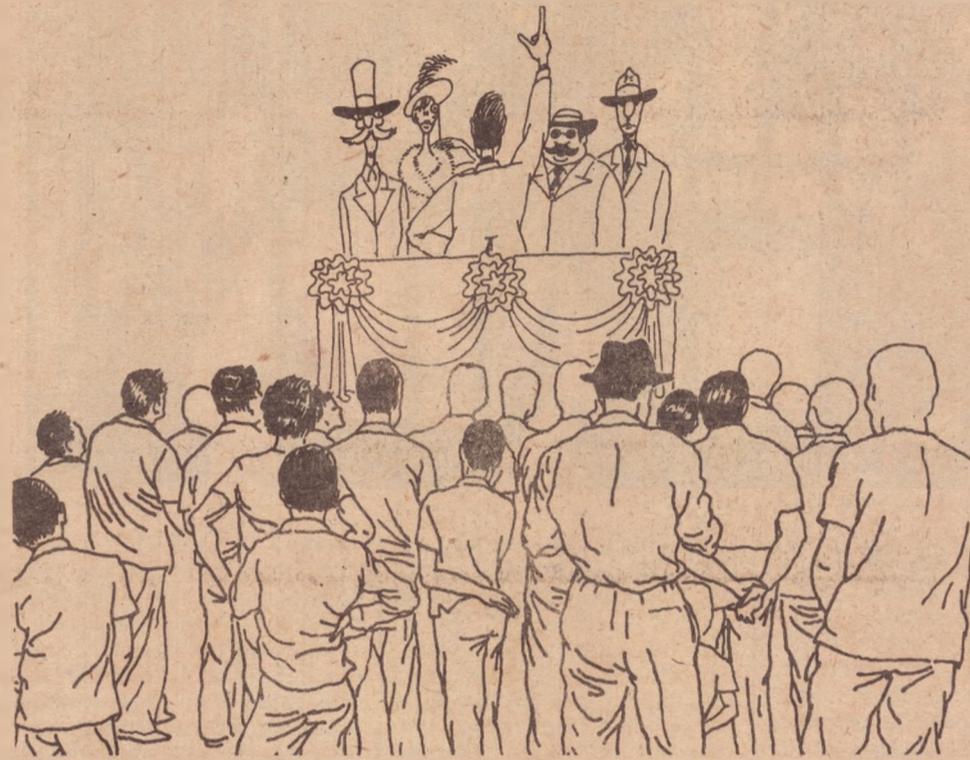
A discussão sobre o "sentido de classe" dos acontecimentos de outubro, longe de se ter esgotado, dá a impressão de que mal foi iniciada e de que caberá aos esforços historiográficos do presente retomarem o assunto à luz da renovação conceitual que caracteriza a investigação histórica de inspiração marxista nos dias atuais. Bem entendido, novas linhas interpretativas terão que apoiar-se, **assim como suscitar**, uma renovação da pesquisa documental, estendida em várias direções, a começar por uma investigação do peso específico dos Estados e notadamente do Rio Grande do Sul no desencadeamento da Revolução e na direção do processo político que se lhe seguiu. Neste sentido se poderia dizer que "O Rio Grande do Sul e a Revolução de 30" é um título óbvio no desenvolvimento de um esforço para aprofundar a compreensão deste período crucial da história brasileira.

Qualquer que seja o rumo que possa vir a tomar esta necessária e urgente retomada dos estudos sobre 30, o que parece indiscutível é a necessidade imperativa de alargar o marco cronológico dentro do qual vem se centrando a discussão e a pesquisa sobre o assunto.

A analogia com a Revolução Francesa é neste ponto esclarecedora. Mesmo ali, onde o episódio revolucionário é provido de uma densidade histórica máxima e no qual um único dia pode repartir duas épocas históricas (assim, por exemplo, a noite de 4 de agosto de 1789, em que a Assembléia Nacional decidiu reconhecer de uma só vez, a igualdade de todos diante das penas, a possibilidade de admissão indiscriminada às funções públicas, a abolição da venda de cargos, a igualdade de todos diante do imposto, a remissão dos direitos senhoriais, etc., decisões das quais resultou um decreto aberto nos seguintes termos: "A Assembléia Nacional resolve abolir inteiramente o regime feudal"). A delimitação e a identidade do processo revolucionário não é pacífica. Gramsci, por exemplo, já dizia (Q. 13, § 17) que, quando se tem uma visão justa das relações entre o que é orgânico e o que é ocasional, talvez seja necessário integrar na Revolução Francesa todos os acontecimentos ocorridos na França entre 1789 e 1870. Ponto de vista que reencontramos num dos mais recentes e interessantes estudos sobre a Grande Revolução, em F. Furet, que diz sonhar com uma história da Revolução infinitamente mais longa, cujo termo não se encontraria antes do fim do século XIX.

## A Revolução inacabada

Ora, no caso da nossa revolução de outubro também parece evidente que não se conseguirá apreender-lhe o significado histórico efetivo se não alargarmos o marco cronológico dentro do qual habitualmente a encerramos. Alargamento a ser feito tanto por antecipação de seu princípio quanto por posposição de seu fim. Na primeira direção fazendo com que 30 não comece em 30 mas com as agitações tenentistas da década passada, ou, numa direção certamente parado-



1930: um momento dentro de um longo processo.

xal, com a semana de arte moderna de 22, ou, quem sabe, ainda mais para trás, com o chamado jacobinismo republicano. E no sentido de seus desdobramentos indo até pelo menos o chamado Estado Novo, mas, talvez, vindo até o movimento de 64 e, consequentemente, ao presente. Nesta última hipótese, poderíamos dizer que a Revolução de 30 continua inacabada e que continuaríamos a viver-lhe os desdobramentos.

Há, porém, um risco evidente nesta proposta de alargamento dos limites históricos do movimento de outubro que é a redução de toda a história nacional no último século à revolução de 30 - procedimento que, além de insensato, diluiria eventos de natureza e alcance histórico muito diversos numa "escura noite em que todas as vacas são pardas". Por isso, talvez o mais certo seja colocar os cortes em 20 e em 45, fazendo por conseguinte, do movimento de 30 a marca identificadora deste período histórico de 25 anos. É que com o movimento revolucionário ao mesmo tempo em que se pôs fim ao federalismo oligárquico da República Velha, já em crise manifesta ao longo dos anos 20, abriu-se o espaço para o conjunto de modificações institucionais e econômicas que viriam a ser decisivas para a afirmação do capitalismo industrial no Brasil e para a consolidação do Estado como elemento decisivo tanto na promoção do desenvolvimento econômico, quanto na "gestão" ditatorial dos conflitos sociais e na organização autoritária do consenso entre as próprias classes dominantes.

Isto não quer dizer, evidentemente, que estes anos possam ser vistos como uma unidade histórica fechada e que as sugestões de ampliação radical dos limites dentro dos quais o período em questão se integra e, em última análise, ganha sentido, sejam totalmente desprovidas de fundamento. Não, tudo indica, com efeito, que é preciso integrar 30 e mesmo que se subsuma aí o largo curso de eventos que compôs a histórica nacional de 20 a 45 dentro de um movimento

histórico maior, começado com a abolição e a imigração em massa em fins do século passado e ainda em curso no movimento de 64 e que prossegue ainda presentemente.

E este movimento maior é, simplesmente,

o do desdobramento da Revolução burguesa no Brasil, processo certamente secular - como, de resto, o foram todos aqueles que marcaram a consolidação do capitalismo nos países hoje desenvolvidos - e caracterizado, entre nós, pela ausência de descontinuidades radicais e de bruscas precipitações da dinâmica de mudança social. Neste sentido caberia dizer que à Revolução Burguesa no Brasil, mais do que à qualquer outra caberia o nome de "revolução passiva", nome forjado por Gramsci, como se sabe, para pensar o Risorgimento como forma específica assumida pela revolução Burguesa na Itália.

## A consolidação do capitalismo

Nesta perspectiva, a Revolução de 30 deve ser encarada não como a revolução brasileira, mas como uma fase desta revolução, de importância equivalente a do último quartel do século XIX e a do período iniciado em 64 e agora em vias de findar-se.

A sugestão de pesquisa e conceituação que fazemos não é, pois, de identificar a revolução burguesa no Brasil ao movimento de 30, mas de integrar a este naquela, compreendendo que o processo de afirmação e consolidação do capitalismo em nosso país desdobra-se de maneira extraordinariamente complexa, em meio a descontinuidades e incoerências desconcertantes, de forma por assim dizer diluída e, contudo, irreversível.

## Nenhuma noite de terror pode atrasar o dia.

**Faça assinaturas do EM TEMPO,  
para você e seus amigos.**

---

À Editora Aparte S.A.  
Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - SP  
CEP 05414 - Fone: 852-8880

Estou enviando o cheque : ..... por uma assinatura anual  
Comum: Cr\$ 500,00 ( ) Apoio: Cr\$ 1.000,00 ( ) Exterior: US\$ 40,00 ( )

Nome: .....  
Endereço: ..... Bairro: .....  
Cidade: ..... Estado: ..... CEP: .....

Bolívia

## Como se organiza a resistência

Uma entrevista com um militante de esquerda boliviano na clandestinidade, onde se discute a organização da resistência ao general-ditador e se apontam as palavras de ordem centrais da luta: reconhecimento do governo na clandestinidade de Siles Zuazo, libertação dos presos políticos, revogação de todas as medidas repressivas e anti-populares de Garcia Meza.

Depois da relativa consolidação do golpe de general Garcia Meza, o movimento operário e popular boliviano entra em uma nova fase. A repressão tem sido duríssima. Atinge os funcionários e diplomatas do governo de Lidia Gueller, e as igrejas católicas e metodistas, além dos partidos de esquerda.

Na região mineira de Caracoles, uma das últimas a encerrar a primeira fase da resistência ao golpe, há testemunhos de um massacre brutal de no mínimo 9.000 civis desarmados. Para dobrar a resistência da mina, foi levado a cabo um ataque com tanques e artilharia pesada, apoiado por bombardeiros.

Além da desarticulação da direção da COB, que teve muitos membros assassinados, alguns partidos de esquerda foram decapitados. Tal é o caso do PS-1, cujo líder Marcelo Quiroga foi assassinado; da UDP; da Vanguarda Comunista.

No entanto, a resistência não desapareceu: passa a uma nova fase. Antes de tudo, é necessário recompor as organizações destruídas, em primeiro lugar a COB.

Publicamos uma entrevista com um militante do POR-Combate (Partido Operário Revolucionário), um dos partidos que conseguiram manter seu funcionamento depois do golpe.

- Como se dá hoje a resistência ao golpe militar?

- Houve uma primeira fase, em que existiu um combate heróico. Lechin falou pela TV em uma conversa com o ministro do Interior, e escutamos suas palavras com o sentido de deter a greve geral detonada pela CONADE. Mas este fato não arrefeceu a resistência: foi seguido de violentas lutas em defesa do processo democrático, tanto no campo quanto nas zonas mineiras. Mesmo depois de terminada a greve geral, à noite, durante o "toque de recolher" nas cidades, começavam os combates que duravam horas.

Nas minas, os combates eram permanentes, como em Caracoles, Quijme, Viloco e Coma, Argentina, Molinos, Vila Carmen e outras. Nas minas de "Siglo XX" e Catavi, os mineiros se reuniram em uma assembléia geral onde aprovaram a insurreição armada. Mas a burocracia sindical o que fez foi entregar as emissoras de rádio mineiras - eram seis - ao exército e recomendar o imediato retorno ao trabalho, alegando que com isto se evitaria que os militares invadissem as emissoras e os bairros mineiros, poupando assim um derramamento de sangue massivo. Mas com estas medidas, e o retorno



Vítimas da repressão em Santa Cruz

ao trabalho, o que ocorreu foi a destruição de toda a organização operária, inclusive a dos próprios reformistas.

Atualmente, a resistência continua em outro nível. No campo e nas cidades se reorganizam as populações em torno dos sindicatos clandestinos e do CONADER (Comissões Nacionais de Resistência, que dão continuidade ao CONADE - Comitê Nacional de Defesa da Democracia). O CONADER, para nós revolucionários, é expressão da frente única antifascista.

A repressão hoje, continua, também em outro nível. A repressão foi a princípio mais seletiva para logo depois se tornar massiva. O sistema repressivo é variado, existindo as forças regulares mas também outras, como bandos vestidos de civis que invadem domicílios e centros-mineiros para prender os dirigentes sindicais e políticos. São bandos lumpen à serviço da lumpen-burguesia narco-traficante (traficante de narcóticos), que dirigiu o golpe.

Houve também uma resistência estudantil, depois que as escolas foram reabertas. Mas esta sofreu violenta repressão, tendo vários de seus, presos. A ditadura afirmou que "são os comunistas que estão metidos nas escolas, os socialistas, os trotskistas" e que na sua luta contra eles deveria fechar todas as universidades durante dois anos. E é o que está sendo feito atualmente, sob controle de tanques e soldados armados.

Outro símbolo da resistência é o governo clandestino de Siles Zuazo.

- Como se encontra hoje este governo clandestino, e como se coloca o movimento operário e camponês diante dele?

- Nas eleições de 29 de junho, a UDP ganhou com mais de 40% dos votos, tendo ainda o PS obtido mais de 11% e a aliança PRIN-MRTK (Partido Revolucionário de Esquerda Nacionalista - Movimento Re-

volucionário Tupac-Katari), na qual estávamos, ficado com 4%. Houve portanto, uma clara maioria de esquerda. Depois deste resultado, todo o povo, em consenso a nível nacional, reconhece o governo clandestino de Siles Zuazo, como um governo anti-fascista. Este reconhecimento também se dá a nível internacional e todo o movimento operário e camponês tem igual posição.

Apesar das debilidades da resistência da UDP, em não defender a tempo o processo democrático e o voto que lhe havia dado o povo, as organizações operárias e camponesas, bem como os partidos políticos de esquerda, lutam na resistência para preparar a grande ofensiva contra o fascismo com palavras de ordem pelas conquistas e liberdades democráticas, que incluem o reconhecimento do governo da UDP. As palavras de ordem principais hoje são: libertação dos presos políticos, reconhecimento do governo da UDP, revogação de todas as medidas repressivas e anti-populares da ditadura de Garcia Meza.

- Como se encontra hoje o CONADER no interior da Bolívia e no exterior?

- O CONADE surgiu como resultado do nível político das massas bolivianas e da necessidade, diante da crise do parlamento e da crise econômica nacional, de preparar e organizar as massas populares para defender os seus salários, os seus bônus de suplementação, suas conquistas democráticas, etc. Já prevíamos uma série de golpes militares, como o de Natusch e o de Meza, com participação da Falange Socialista Boliviana, partido de extrema-direita. Os companheiros do POR-Combate, já vinham expulsando de diversos organismos a FSB, ligada aos militares narco-traficantes. Estas possibilidades de golpes levavam à necessidade de fortalecimento do CONADE.

Depois do golpe militar de Natusch, do qual a COB saiu

vitoriosa, a CONADE se viu rapidamente fortalecida nos centros mineiros, nas fábricas, nos bairros pobres e nas universidades de La Paz, Oruru e Cochabamba. Estas CONADEs atualmente, estão trabalhando contra o governo de Meza, como uma frente única contra as medidas econômicas e repressivas que sofrem os trabalhadores.

Depois do golpe de 17 de julho, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, se formaram as CONADER que, no exterior, tomaram as embaixadas bolivianas em Genebra, Paris, Equador e organizaram manifestações em diversos países contra o golpe fascista. Depois destes fatos, a solidariedade com o povo boliviano se organizou em diversos países da América Latina, em sindicatos, etc. No exterior também, hoje, se luta pela libertação dos presos bolivianos, exige-se de cada país o reconhecimento do governo de Siles Zuazo e o isolamento da ditadura de Garcia Meza, através do boicote às importações e exportações para a Bolívia. Exige-se igualmente, apoio total aos exilados bolivianos, com abertura de suas embaixadas na Bolívia, e de suas fronteiras, para a entrada dos perseguidos políticos e a concessão do asilo político.

- Que espera a resistência boliviana em termos de solidariedade internacional?

- A solidariedade internacional eleva a moral revolucionária na resistência anti-fascista. O movimento operário boliviano, através das CONADERs, convoca a solidariedade internacional a prestar ajuda econômica, para sua manutenção e de seus quadros políticos clandestinos dos movimentos operário, camponês e estudantil, que ora se preparam para as futuras lutas. A resistência dependerá em grande parte dessa ajuda internacional para derrotar o fascismo e para o triunfo socialista dos trabalhadores.

## Viramundo

### Movimento pelo PT nos EUA?

Os EUA são um dos poucos países industriais onde não há um partido operário de massas. Já há décadas que movimentos neste sentido vem sendo iniciados, mas até agora nenhum foi bem sucedido.

Com a crise econômica, os ataques patronais contra os sindicatos, os fechamentos de fábricas, o desemprego, esta discussão se revigora, embora ainda esteja distante do sucesso.

No entanto, uma iniciativa tomada por ativistas do Sindicato dos Trabalhadores do Aço, em Youngstown, Ohio, indica a base que existe para a idéia: Ed Mann, o presidente do Local 1462 deste sindicato, e um dos líderes do movimento contra o fechamento de fábricas, foi lançado como um candidato independente no Congresso. "Se eu concorresse como democrata ou republicano, não mudaria nada. E o que queremos é uma mudança", explicou o próprio Ed sobre sua candidatura.

Os trabalhadores de Youngstown têm uma grande tradição de luta, e apoiaram em 1977 a candidatura do dissidente Ed Sadlowski à presidência do Sindicato do Aço. (USWA).

### Refugiados cubanos

### Ao invés do paraíso, o inferno

Os refugiados que partiram de Cuba após a invasão da embaixada peruana na "Frota da Liberdade", como a definiu Carter, não têm tido felicidade.

Os que chegaram ao Peru hoje encaram a vida em Cuba sob um outro ângulo. Um cubano reclamava que em Cuba se comia carne apenas três vezes por semana. No Peru, grande parte da população se alimenta de NICOVITA, que é um alimento para aves e nocivo aos seres humanos. Uma senhora se queixava de que em Cuba o leite era obrigatório para as crianças apenas até os 8 anos, e que depois não podiam tomar leite se precisassem. No Peru, grande parte das crianças, depois do leite materno, já toma mamadeira com o chá de qualquer erva.

Outro cubano se queixava de que em Cuba, com uma educação gratuita, exigia-se muito estudo e muito trabalho! Isto parece o céu para um país como o Perú, onde além de uma educação só acessível aos ricos, há metade da população ativa de desempregados ou sub-empregados!

Muitos refugiados queriam ir para os EUA, onde supunham estar o paraíso. Mas os que já estão lá não pensam assim: já houve dez seqüestros de aviões praticados por cubanos... que querem voltar a Cuba, mesmo para enfrentar a prisão! Isto dá uma idéia do seu desespero.

A grande imprensa, que explorou a fuga dos refugiados, quase não menciona o fato.

### China

### Mais longe de Mao

Avança o poder de Deng Xiaoping. Depois de ter conseguido substituir Hua Guofeng por seu protegido Zhao Ziyang na chefia do governo, sob o pretexto de "renovação", anuncia-se agora o próximo julgamento do "bando dos quatro" - líderes chineses ligados à Revolução Cultural, adversários de Deng, que estão presos em local ignorado e sem julgamento desde 1976. O processo dos "quatro", que incluem a viúva de Mao, seria o momento apropriado para uma nova ofensiva dos partidários de Deng.

Além disso, na edição de 19 de setembro, o órgão oficial do Partido Comunista Chinês, o "Diário do Povo", contestou a legitimidade da permanência de Hua Guofeng na presidência do partido. Hua havia sido supostamente indicado pelo próprio Mao, através de uma frase escrita em um pedaço de papel: "com você no cargo, estou tranquilo". Segundo o "Diário do Povo", isto é uma prática feudal - o imperador indicava o seu sucessor.

## Abaixo a censura

Ao Sr. Editor-Chefe e demais companheiros do EM TEMPO:

Saudações,

Fiquei surpreso e decepcionado com a publicação parcial de um artigo que havia escrito para EM TEMPO sobre "Partido e sindicato: luta política e luta sindical".

A idéia do artigo surgiu de uma discussão sobre o tema, travada no núcleo do PT a que pertencço. Um companheiro do EM TEMPO sugeriu-me então que escrevesse para o jornal minhas idéias a respeito. Foi o que fiz, passando, a partir daí, a aguardar a publicação do mesmo.

O artigo saiu mutilado na edição de 14 a 27 de agosto de 1980... e na seção de cartas.

Queria precisar os seguintes pontos:

1) EM TEMPO tinha todo o direito de não publicar o artigo - por falta de espaço ou por discordância política. Ou por qualquer outro motivo. Bastava avisar. E devolver os originais.

Mas EM TEMPO resolveu publicar o artigo cortando-o e desnaturando-o.

Em termos técnicos, EM TEMPO poderia pensar em cortar o artigo para caber no espaço disponível. Mas era sua obrigação consultar o autor do artigo para ver se estava de acordo. Mas EM TEMPO resolveu cortar, e cortou. Adotou assim um procedimento típico da imprensa burguesa da pior qualidade. EM TEMPO não tinha o direito de cortar sem consulta. Repito: até os jornais burgueses, quando consideram seus colaboradores, consultam os mesmos antes de realizar cortes.

Mas EM TEMPO, realizando os cortes, desnaturou o artigo.

Quero afirmar que o artigo foi censurado politicamente e que os cortes não foram apenas "técnicos". Na verdade, um aspecto essencial do artigo, a crítica às organizações e partidos progressistas e de esquerda na sua relação com os sindicatos e organizações de tipo sindical, esta crítica foi quase que completamente censurada. Trata-se de um procedimento intolerável num jornal que luta... contra a censura e as arbitrariedades da ditadura.

Finalmente, e não tão importante, EM TEMPO publicou o artigo numa seção... de cartas. Ora, não se tratava de uma carta.

Ou seja, EM TEMPO cortou um artigo que havia sido pedido sem consulta ao autor. Censurou o mesmo. E ainda fingiu que se tratava de uma carta.

2) Quero protestar veementemente contra este procedimento, contra esta arbitrariedade, este "método de trabalho" digno dos melhores partidos stalinistas.

Reivindico, para que seja feita a reparação do erro cometido, a publicação do artigo na íntegra e o registro deste protesto. E fica o apelo para que o combate ao autoritarismo não se limite às denúncias à ditadura mas também se corporifique numa prática interna que respeite os direitos dos próprios companheiro de luta,

saudações,  
Daniel Aarão Reis Filho - RJ

*Somos todos contra a censura, na teoria e na prática. Por isso, ao nosso ver, as acusações do companheiro não procedem. O que fizemos foi simplesmente editar o artigo com as adequações técnicas exigidas por razões de espaço e tempo. (O Editor)*

## Fortalecer o município?

Aos Companheiros do EM TEMPO:

Vira e mexe eu leio nos jornais, tanto de oposição quanto da grande imprensa, sobre a necessidade de fortalecer o município. Ora, pelo que eu saiba, a organização municipal sempre foi o centro da reação, onde os trabalhadores sempre foram mais manipulados (ele eram apenas eleitores de "cabresto") onde a politização era mais baixa etc. Além de tudo, com a centralização e a tecnificação da política, as autoridades municipais não mandam chongas, não sabem e nem podem planejar, já que a realidade hoje não é municipal (se algum dia já foi...), mas sim regional (ao nível da

produção). Na região do vale do Paranapanema, as grandes agro-indústrias atingem dois, três e às vezes, mais municípios. Colocar a questão municipal hoje, neste caso, é dispersar (ai sim) forças dos trabalhadores, pois o problema é o controle dos operários, dos moradores sobre seu bairro, sua cidade etc.

Tanto a direita sabe que a política municipal lhe assegura o poder, que estão querendo instaurar o voto distrital. O seu projeto será fortalecido pela babaquice oposicionista de fortalecer o municipalismo.

Antônio Carlos Drummond  
Monteiro de Castro - SP

Venha tomar umas no lançamento do  
**Almanak 80**

4ª Feira - 1ª de outubro às 21hs. na Livraria Livre,  
R. Alagoas, nº 671 - Perto da Pça. Buenos Aires

## EM TEMPO:

Conselho Editorial e Administrativo:

Eder Sader (presidente), Aloísio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Aires, Sérgio Alli, Tom Duarte.  
Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

Diretoria: Flávio Andrade (presidente), Carlos Tiburcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Aires.

Editor Chefe: Flávio Andrade.

Dir. Responsável: Robinson Ayres.

Arte: Sérgio Papi.

Sucursais:

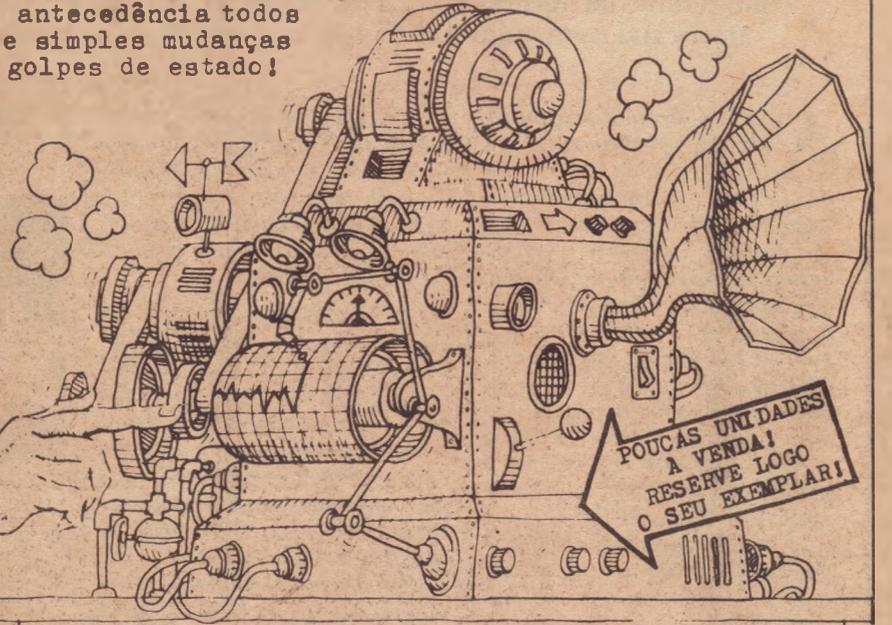
**Belo Horizonte:** Av. Cristóvão Colombo, 550 Tel.: 224-0127. **Porto Alegre:** Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20. **Rio de Janeiro:** Caixa Postal 4680. **Salvador:** Av. Joana Angélica, 8 sala 44. **Fortaleza:** R. Castro e Silva, 1169 Tel.: 22-6804.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S.A.  
R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - São Paulo CEP 05414 - Tel.: 852-8880.

IMPRESSÃO: Editora Joruês  
R. Gastão da Cunha, 49 - Tel.: 531-8900.

# SISMOGRAFO MAGALHÃES PINTO

O mais eficaz detector de terremotos políticos já produzido!  
Anuncia com muitos anos de antecedência todos os abalos institucionais, de simples mudanças de ministério a sangrentos golpes de estado!  
Absolutamente infalível!  
Previsões 100% corretas!



POUCAS UNIDADES  
À VENDA!  
RESERVE LOGO  
O SEU EXEMPLAR!

Como o próprio nome sugere, o Sismógrafo Magalhães Pinto é um notável aparelho destinado a detectar abalos políticos de qualquer intensidade, de maneira a prevenir seu feliz proprietário contra os malefícios das mudanças bruscas no poder.

Quem usa o Sismógrafo Magalhães Pinto está capacitado a escolher, muito antes do pega-para-capar, o gesto mais nobre, as palavras mais brilhantes e a retirada mais estratégica quando o navio começar a fazer água.

Nada de atitudes precipitadas! Nada de correr o risco terrível de entrar para a oposição! Nada de adiar indefinidamente as decisões, colocando em perigo a própria sobrevivência física e política!

A partir de agora, todos os políticos influentes saberão o que fazer, como fazer e quando fazer, muito antes dos acontecimentos atingirem o orgasmo!

Não é soberbo? Não é magnífico? Não é exatamente o que todos vocês sempre desejaram?

Alguns exemplos de pessoas que não usavam o Sismógrafo Magalhães Pinto:



SE ANASTASIO SOMOZA usasse regularmente o Sismógrafo Magalhães Pinto, teria recrutado a tempo dezenas de milhares de mercenários dispostos a tudo e - quem sabe? - talvez pudesse extrair mais um punhado de dólares de sua amada Nicarágua.



SE RICHARD NIXON usasse menos os gravadores ocultos e mais o Sismógrafo Magalhães Pinto, dificilmente desceria do alto da Casa Branca antes de cumprir seu ruidoso périplo pela presidência institucional (ora, vejamos, que rara combinação de palavras!) dos Estados Unidos.



SE REZA PAHLAVI consultasse diariamente o Sismógrafo Magalhães Pinto, na certa teria decapitado todos os atotóis do Irã enquanto criancinhas, adiando assim por 2 ou 3 anos sua adorável turnê pelo mundo civilizado.

**CUIDADO! O PRÓXIMO PODE SER VOCÊ!**

## Bolívia: a crueldade de um golpe

Desde o dia 17 de julho, dia em que os fascistas bolivianos assaltaram o poder e frustraram as aspirações democráticas, o povo boliviano vem sofrendo o peso da repressão, os verdegos Luiz Garcia Meza e o ex-chefe do SIE (Serviço de Inteligência do Exército) Luiz Arze Gomes.

Mas não basta assinalar o inimigo, é necessário explicar como ele atua. O regime militar boliviano não teve a suficiente capacidade para planejar o próprio massacre de seu povo. Desta forma, teve que pedir o assessoramento técnico e financeiro do sádico ditador argentino, Jorge Rafael Videla. Os militares bolivianos não têm nem o mínimo sentido patriótico, aceitaram ser dirigidos pelo ditador estrangeiro. O Quartel Geral, base da repressão, a qual está dirigida por 8 militares argentinos, foi o local onde sábado, 19 de julho, foram executadas 15 pessoas, entre elas alguns líderes sindicais e camponeses. No dia seguinte, o monsenhor Manrique fez celebrar uma missa em todas as igrejas de La Paz em homenagem aos assassinados. Dias depois, a Igreja na Bolívia seria duramente ameaçada pelo

governo fascista e sua doutrina sangrenta. Existiu uma violação descarada à Cruz Vermelha Internacional, pois esta se prestava como transporte mais eficaz para acabar com todo tipo de resistência; as ambulâncias estavam em mãos dos paramilitares, que por sua vez estavam integrados por marginais, traficantes de cocaína, contrabandistas e integrantes do partido Falange Socialista Boliviana.

O Estado-Maior do Exército, no dia 23 de julho, procedeu à incineração de dezenas de cadáveres. As ambulâncias recolhiam os mortos e feridos mas estes não eram levados ao hospital e sim ao Estado-Maior. Lá, matavam os feridos e incineravam os cadáveres.

A demolição da Central Operária Boliviana (COB) autorizada pela ignorância de um presidente não significa a desistência da luta; pelo contrário, esta recém começa, pela libertação da Bolívia e de toda a América Latina. Randall Rocha Randall (estudante boliviano em Belo Horizonte, que estava em La Paz quando se deu o golpe)

## Imperialismo americano

## O novo rosto do velho monstro

Noam Chomsky, o famoso linguista norte-americano, tem-se mostrado também um agudo analista político. Apresentamos aqui um resumo de trechos de um livro que ele prepara sobre "Carter e a lógica do imperialismo, onde ele deixa claro que o sistema dominante americano, com notável eficiência, conseguiu manter o debate sobre a política levada no Vietnã dentro de marcos que não o ameaçam.

Por Roberto Grun

A derrota estrondosa do imperialismo americano no Vietnã deixou-nos uma impressão, não de toda falsa, do fim da ideologia do "american way of life". Os horrores da guerra perdida teriam demonstrado a falsidade dos pilares sobre os quais se erigia a idéia de um "mundo livre" do qual os EUA apareciam como o fiel guardião e afiançador. Infelizmente nem tudo mudou, como nos demonstra Noam Chomsky nos trechos que resumimos a partir do publicado na revista espanhola "El Viejo Topo".

A análise do famoso linguista americano é bastante oportuna, num momento em que, no ano eleitoral que decidirá quem vai ser o chefe supremo das forças armadas americanas, a maior máquina de matar já concebida pela humanidade, os dois principais candidatos se digladiam para demonstrar para o público quem é mais "duro" com os "inimigos dos EUA", e conceitos aparentemente absurdos, como o de guerra nuclear localizada ou de ataque maciço sem resposta possível à URSS voltam a ser ventilados.

O mundo volta a ter boas razões para viver em constante sobressalto - renasce a guerra fria e, o que é pior, num contexto geral de crise do capitalismo, onde se aguçam os pontos de atrito entre

os diversos imperialismos e desses com os povos que conseguiram se libertar do seu jugo ou que estão lutando para tal - e agora com toda a parafernália de foguetes com ogivas múltiplas, satélites-espia e por aí fora.

Está muito fácil de ver também um "rearmamento moral" do imperialismo, que se refletiu na quinta feira da semana passada até no Brasil num programa posto no ar pela Rede Globo - sempre em sintonia com a última moda da matriz ideológica americana - onde se mostrou o "absurdo" de que os EUA demorariam 22 minutos para poder responder a um ataque maciço da URSS (parece piada, uma vez que 25 minutos seriam apenas a sobre-vida da população soviética sobre a americana - o mundo iria acabar do mesmo jeito), numa propaganda descarada dos interesses do complexo industrial militar e das tendências expansionistas dos EUA.

Embora ninguém mais acredite no "bom mocismo" do Tio Sam, vale a pena vermos como Chomsky, este grande crítico do que se passa nos EUA e se espalha no mundo, analisa as últimas mutações ideológicas, atrás das quais se esconde o monstro agressivo e com sede de sangue (sem metáforas).



der a liberdade dos sul-vietnamitas", não há razão que nos obrigue "a desculpar-nos ou castigarmos ou a sentirmo-nos culpados". Tampouco "temos alguma dívida".

Editorialistas e comentaristas não encontraram nada de estranho nessa interpretação da história e expressão de moralidade cristã. É correto dizer que a presente campanha de falsificação da história merece comparação com os fatos mais audazes do totalitarismo do século XX, ainda que os mecanismos sejam inteiramente diferentes. Que tal campanha foi levada a cabo, nunca se pôs em dúvida, e foi prevista há muito tempo. É necessário restabelecer a fé do público na benevolência americana e restabelecer a passividade e a obediência da população, para o caso de haver novas intervenções. E posto que os fatores que modelam a política exterior ianque não foram modificados, é correto supor que as políticas intervencionistas do passado persistirão.

## II - A "política dos direitos humanos"

Como disse Arthur Schlesinger, um dos maiores teóricos do imperialismo americano na versão do Partido Democrata: "os direitos humanos estão substituindo a auto-determinação como valor chave da política exterior americana". Esta declaração é apresentada seriamente, sem ironia. É um dogma da religião estatal dos EUA, que a política americana tem sido guiada pelo ideal wilsoniano de liberdade e autodeterminação. Novamente, é um tributo à efetividade do sistema de propaganda que se possa manter a fé depois de registrada a

intervenção americana para prevenir a autodeterminação a independência e - principalmente - a mudança social na Indochina, Guatemala, República Dominicana, Chile e outros lugares, bem como os bem documentados horrores que aconteceram.

Certamente, não é que os fatos sejam completamente ignorados. Norman Graebner, um historiador especializado em diplomacia, e crítico realista da suposta moral americana em assuntos exteriores, observa que "é irônico que esta nação geralmente ignore os princípios da auto determinação na África e na Ásia, onde há alguma possibilidade de êxito, e os promova atrás da cortina de ferro ou de bambu, onde não existe qualquer possibilidade de êxito". Até aí pode chegar a análise acadêmica consequente: é irônico que nosso compromisso com a autodeterminação manifeste-se unicamente onde não pode ser exercido. O fato de nenhuma maneira sugere que o compromisso seja apenas retórico, é um esforço para conseguir apoio popular para a política atual, que tem sido sistematicamente seguida, ou seja: intervenção pela força se for necessário, ou por meios suaves, se estes forem suficientes, para prevenir mudanças sociais prejudiciais às necessidades e aos interesses das grandes corporações dos EUA.

A preocupação real de A. Schlesinger pelo princípio da autodeterminação é revelada por um memorando enviado ao Presidente Kennedy pouco antes da invasão da Baía dos Porcos, a primeira tentativa de derrubar o governo revolucionário cubano pela força, no qual se falava em assassinar Fidel, minar o regime agra-

vés do terror e da sagotagem, envenenamento de colheitas e disseminação de doenças no gado. Nesse memorandum secreto, Schlesinger condena o "conservadorismo moralizante do período Eisenhower" que nunca fora suficientemente agressivo em assuntos internacionais para agradar aos ideólogos liberais, apesar da intervenção militar planejada e executada na Guatemala, Líbano e Irã. Schlesinger reconheceu que era necessário mentir sobre a invasão da Baía dos Porcos e aconselhou que "quando é preciso mentir, as mentiras devem ser ditas por funcionários subalternos", as decisões básicas devem ser tomadas "na ausência do presidente" de modo que "a cabeça de alguém possa rolar se as coisas forem terrivelmente mal".

Exatamente na mesma medida em que a autodeterminação foi o valor chave na época do Vietnã, Chile, Guatemala e República Dominicana, do Congo e do Irã, os direitos humanos serão os valores chaves daqui para a frente. Em síntese, a campanha dos direitos humanos será um dispositivo para ser manipulado pelos propagandistas com o objetivo de ganhar apoio popular para uma intervenção contrarrevolucionária.

A sinceridade da cruzada pelos direitos humanos e o papel que desempenha a consciência nesse processo podem ser avaliados da seguinte forma: É muito fácil para o Kremlin denunciar violações dos direitos humanos nos EUA e na área sob o controle americano e é igualmente fácil para Carter condenar aos soviéticos pelas suas excessivas violações dos direitos humanos mais elementares. A prova da sinceridade, em ambos os casos, é a mesma: como se comportam face a violações dos direitos humanos em seu próprio país ou frente a violações que eles respaldam e nas quais compartilham as responsabilidades. No caso dos moralistas russos a resposta é bastante simples. Tão simples como no caso do presidente Carter e seus acólitos, como ilustra claramente o exemplo do Chile ou do Vietnã.

A natureza especial da "cruzada" pode enfim ser demonstrada no caso do Irã do tempo do Xá, um país que poderia deter o record mundial de torturas a presos políticos. O Irã, como um todo, era o maior comprador de armas americanas, havendo comprado, nos últimos cinco anos, aproximadamente 15 bilhões de dólares. Visitando o Irã em maio de 1977, o então secretário de estado Cyrus Vance (o mesmo que se demitiu depois da fracassada tentativa de resgate dos reféns americanos do regime islâmico) declarou que "não foi discutida nenhuma ligação entre a venda de armas e os direitos humanos..." E isso em pleno primeiro período de Carter, quando ele ainda parecia como o paladino dos direitos humanos.

## I - Uma falsa auto-crítica americana

Os mecanismos de doutrinação desenvolvidos nos EUA são completamente diferentes dos que operam nas sociedades totalitárias do mundo.

Raramente se emprega a força para assegurar obediência, embora devamos recordar as recentes revelações das atividades do FBI na desagregação de grupos que lutam por mudanças sociais ou por direitos civis, provocando incêndios, explosão de bombas, lutas fracionistas, chegando até ao assassinato político. Assim, o FBI funciona como uma verdadeira polícia política nacional, reforçando o conformismo político e a obediência. Mas o mecanismo primário utilizado tem sido o da "engenharia do consenso", que é conseguida através do domínio do fluxo de informações, dos meios de expressão ou de análise de opiniões. O sistema tem sido efetivo e seu êxito pode ser aquilardado na medida em que se compreenda a sociedade contemporânea, os EUA e seu processo político.

No caso da guerra da Indochina a coisa fica bastante clara: o "debate responsável" encetado pela imprensa liberal deixou fora dos limites da discussão a posição fundamental do "Movimento pela Paz", porque este desafia o sagrado direito dos EUA ao uso da força e da violência para assegurar suas metas internacionais. Em suma, o debate deve restrin-

gir-se a uma questão de tática: poderíamos ter vencido com outros meios?

Esta resposta editorial é típica da imprensa liberal. A notável elasticidade do sistema ideológico está bem ilustrada pelo seu êxito nos anos que transcorreram desde a restauração de um consenso destruído no que se refere ao direito americano em intervir pela força. A versão oficial é a de que os EUA intervieram para defender o Vietnã do Sul da agressão e que era correto proceder assim, ainda que os métodos empregados possam estar sujeitos a crítica. O movimento pela Paz, de acordo com essa doutrina oficial, apoiou a agressão norte-vietnamita, enquanto o governo, talvez equivocadamente, correu em defesa de suas vítimas. Que tal versão da história possa ser sustentada frente à evidência absolutamente concreta do contrário, virtualmente sem nenhuma objeção articulada, é um testemunho notável da efetividade do sistema americano de doutrinação e controle do pensamento. Em um dos seus discursos sobre os direitos humanos, o presidente Carter foi interrogado por um jornalista da CBS sobre a possibilidade dos "EUA terem a obrigação de ajudar a reconstruir o Vietnã". "De nenhuma maneira", replicou Carter, a destruição foi mútua". Bombardeamos a sua população e eles derrubaram os nossos pilotos. "Já que fomos ao Vietnã sem nenhum desejo de impor a vontade americana a outro povo, mas apenas para defen-